



MANIFESTO ELEITORAL

Rui Moreira
AQUI HÁ PORTO.

INTRODUÇÃO

Há oito anos, os Portuenses decidiram ter uma governação diferente do que é habitual na democracia portuguesa, tendo escolhido um projeto político independente. Um projeto que se destaca pela ambição maior de conceber e afirmar um poder executivo prioritariamente vocacionado para servir em exclusivo os interesses da Cidade e dos seus cidadãos, livre do constrangimento de quaisquer imposições ideológico-normativas ou político-partidárias exógenas – um poder executivo capaz de colocar sem concessões os interesses do Porto acima de quaisquer outros.

Se há oito anos emergiu um desejo coletivo de ver a Cidade da Liberdade entregue em mãos confiáveis e suscetíveis de fazer mais e melhor em prol dos Portuenses, hoje já é possível fazer um balanço desses dois mandatos levados a cabo no âmbito deste projeto. E é com a plena consciência dos resultados concretos que alcançamos que agora nos apresentamos de novo a eleições, certos da força de uma Cidade que recuperou o seu fulgor cultural, que reafirmou a sua dimensão económica e que logrou conquistas notáveis em termos de coesão e qualidade de vida, tudo no quadro de uma gestão eficaz com contas à moda do Porto.

O Porto ganhou também um renovado reconhecimento internacional ao ter sabido aproveitar as oportunidades que se lhe depararam para explorar o seu potencial de desenvolvimento e se abrir ao mundo em múltiplos planos, precisamente num momento em que cada vez é mais visível a alavancagem do progresso proveniente do labor de cidades e regiões. A crescente atratividade do Porto, inquestionável nos dias que correm, não se explica somente pela sua beleza, pela sua singularidade e pela sua História. Ela é fruto, muito especialmente, da forma como temos sabido coletivamente afirmar-nos como uma Cidade cosmopolita, interessante e atravessada por manifestações crescentemente inequívocas de qualidade de vida.

É para nós decisivo assegurar a consolidação deste caminho nos próximos anos, isto é, não perder o rumo da Sustentabilidade nas nossas políticas, mantendo a aposta nos pilares fundamentais – designadamente, em termos sociais, económicos, ambientais e culturais – que nos trouxeram aonde chegamos. É também por isso que nos candidatamos novamente, para vencermos obstáculos ressurgidos pelas sequelas da tremenda crise pandémica que se abateu sobre todo o mundo e, com a mesma determinação, contribuímos para a rápida recuperação da Cidade. Com efeito, o último ano e meio foi extremamente duro e desafiante, mas o facto é que também permitiu corroborar quanto o Porto consegue fazer das tripas coração. Estivemos na linha da frente do combate e soubemos enfrentar, em conjunto, as grandes adversidades que se nos colocaram e que vieram introduzir elementos de suspensão ou contrariedade nas tendências de crescimento que vínhamos vivendo. Assumindo agora, com esperança, que estarão ultrapassadas as maiores incertezas resultantes da pandemia, trataremos incansavelmente – eu e a minha equipa – de pugnar pela recuperação e renovação do fulgor da Cidade, assim iniciando um novo período de crescimento e bem-estar: em nome de um Porto próspero e vibrante, onde se forjem e materializem mais iniciativas, onde se crie mais e melhor emprego, onde se melhorem as condições de vida de todos, onde a felicidade se torne regra.

Para que assim aconteça, será decisivo que ninguém fique para trás! O reforço das políticas sociais é para tal determinante, designadamente no que respeita a programas de apoio para as famílias em situações mais vulneráveis e a medidas que se traduzam num reforço efetivo dos orçamentos familiares – seja numa continuada aposta em tarifas mais baixas nos serviços que prestamos (como na água e nos resíduos), seja em sede de impostos (como é o caso do IMI, o mais baixo do País para quem tem habitação própria). Políticas sociais que se terão de manifestar, ainda, na continuidade de programas estruturantes que vimos implementando, como são a gratuitidade dos transportes públicos para as nossas crianças e jovens até aos 18 anos ou o Cartão Porto. (com muitos descontos e serviços gratuitos para os portuenses, de âmbito cultural, no desporto ou em serviços de mobilidade) ou na minimização das consequências decorrentes do envelhecimento revelado pela nossa população, por exemplo reforçando a facilidade de acesso dos mais idosos a deslocações em táxi por motivos de saúde.

Mas um Porto mais vibrante exige uma crescente presença da energia e criatividade dos seus jovens. Promover o equilíbrio demográfico é uma exigência que nos tem animado, já com alguns resultados relevantes nestes últimos anos, e que nos continuará a animar através do reforço das medidas de apoio à fixação de jovens e de incentivo à natalidade na Cidade. Ilustrando: o Município do Porto é senhorio de 13% dos habitantes da Cidade, tem vindo a apoiar milhares de famílias através do programa “Porto Solidário” (assegurando-lhes permanência nas habitações) e tem criado condições para a promoção de habitação a preços acessíveis na Cidade, com vários projetos destinados a centenas de novas habitações – Monte Pedral, Monte da Bela, Lordelo do Ouro – que vamos concluir. Estas e muitas outras propostas constam deste Manifesto Eleitoral que consubstancia os nossos compromissos para a Cidade para os próximos quatro anos.

Tal como nos anteriores manifestos (2013 e 2017), apenas nos comprometemos com o que sabemos que poderemos cumprir a bem dos Portuenses. Na esteira do mandato imediatamente precedente, manteremos o pilar da Sustentabilidade no centro da nossa visão, fundados na convicção do papel essencial das Cidades para transpor os grandes desafios da atualidade e construir um futuro melhor; a Sustentabilidade prosseguirá sendo um mote inspirador presente em toda a nossa ação de forma transversal e de que não abdicaremos.

Mas após a demonstração, que julgamos cabal, de uma liderança independente e que sempre esteve na primeira linha da defesa intransigente da Cidade e dos seus habitantes, também desta vez em que nos apresentamos a eleições para um terceiro mandato ao comando da Cidade somaremos mais visão à nossa visão. Assim, e incondicionalmente focados nos interesses do Porto, intensificaremos o nosso foco nos pergaminhos que advêm do seu peso histórico e simbólico e do seu peso referencial em termos regionais e metropolitanos.

O que adquire renovado sentido em face do momento em que o País se encontra, confrontado com o complexo quadro político vigente e com uma extensão dos desafios vitais que se lhe apresentam – do processo de descentralização em curso sob impulso governamental à utilização transparente e transformadora dos fundos comunitários que já estão disponíveis no PRR e que ficarão acessíveis ao longo da década. Procuraremos contribuir, neste quadro, para a alavancagem de projetos e iniciativas de âmbito mais alargado e que, extravasando as nossas fronteiras concelhias, se nos apresentem como direta ou indiretamente fundamentais para a Cidade – tal foi o caso da nova ponte D. António Francisco dos Santos, de vários programas culturais e desportivos ou de outras convergências em termos de mobilidade.

O Porto tem a perfeita noção do seu grau real e potencial de influência na Área Metropolitana, na Região e no País, sendo cada vez mais claro que a Cidade pode ter muito a ganhar com essa dinâmica de cooperação e que ela constitui um jogo de soma positiva para todas as partes. Desde logo, através de um planeamento que procure ir incorporando a diversa e policêntrica escala metropolitana que lhe é próxima e que assim possa contribuir para assegurar um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território. Será decisivo que se prossiga e aprofunde o alinhamento com os municípios vizinhos na resolução de problemas comuns – seja no quadro mais amplo da AMP, seja no quadro mais restrito do coração metropolitano que é o Grande Porto; uma lógica da concertação intermunicipal que deve considerar questões decorrentes das relações residente-utente, da pendularidade e da localização das principais infraestruturas para a competitividade e internacionalização (porto de mar, aeroporto, infraestruturas logísticas).

Não esqueceremos também o enorme potencial das relações com a Galiza e a participação em iniciativas suscetíveis de condicionarem positivamente os destinos de Portugal. Sem prejuízo de outras formas atuação em termos de associações entre municípios, em geometrias variáveis e com objetivos diversificados; a participação nestas “ligas de cidades”, totalmente alinhadas com o leque de intervenções favorecidas pela União Europeia, corresponderá adicionalmente a um feliz apelo às velhas tradições hanseáticas de que nos reclamamos enquanto Cidade.

Concluindo, queremos sublinhar quão forte é a nossa crença de que os Portuenses contam connosco para fazer o que tem de ser feito. Recordemos a recuperação do Pavilhão Rosa Mota, o qual passou a constituir mais um espaço modernizado e de excelência ao serviço da Cidade, a duplicação do Parque Oriental, assim resolvendo o maior passivo ambiental da Cidade com a despoluição do Rio Tinto, e a substituição do velho canil por um novo e moderno Centro de Recolha Oficial de Animais; mas recordemos ademais que, não fora a pandemia, também já constariam no acervo da Cidade o Terminal Intermodal de Campanhã, o Cinema Batalha ou o nosso tão amado Mercado do Bolhão, obras que não tardarão a ficar concluídas.



As páginas seguintes são elucidativas dos muitos projetos que temos em curso, em gestação ou em esboço. Organizámo-los em torno de seis grandes eixos estratégicos – Cultura e Património; Economia, Pessoas e Inovação; Ambiente, Energia e Qualidade de Vida; Urbanismo e Habitação; Coesão Social; Mobilidade – e a todos propomos uma consulta para melhor conhecimento e pormenorização. Recorreremos aos mais variados mecanismos financeiros suscetíveis de melhor agilizar uma eficiente e atempada execução, sendo que alguns prazos de implementação poderão ser mesmo encurtados por via de um bom aproveitamento do PRR.

Partimos assim para uma nova caminhada com uma visão enriquecida pela experiência, dotados de projetos estruturantes capazes de concretizarem e dispondo uma equipa que tem vindo a dar provas inequívocas de competência e capacidade de gestão. Estes são os nossos ativos, não promessas vãs – com eles, levaremos a cabo o que nos propomos, sempre com trabalho sério e empenhado. Pelo progresso e bem-estar da Cidade que tanto amamos, contamos com o seu voto no próximo dia 26 de setembro, tal como o nosso Porto contará sempre com todos nós.

Aqui há Porto, hoje e sempre!

Rui Moreira

PROGRAMA

EIXO I: CULTURA E PATRIMÓNIO	10
I. 1. APOIO E FINANCIAMENTO À CRIAÇÃO CONTEMPORÂNEA	12
I. 2. EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS	13
I. 2. 1. BATALHA E O CINEMA	13
I. 2. 2. BIBLIOTECAS E LITERATURA	14
I. 2. 3. FESTIVAIS, MUNICIPAIS E NÃO MUNICIPAIS	15
I. 2. 4. GALERIA MUNICIPAL DO PORTO E ARTE CONTEMPORÂNEA	16
I. 2. 5. MUSEU DA CIDADE	17
I. 2. 6. TEATRO MUNICIPAL DO PORTO E ARTES PERFORMATIVAS	18
I. 3. APOSTA NA ZONA ORIENTAL	20
I. 3. 1. MATADOURO INDUSTRIAL	21
I. 3. 2. ANTIGO CACE, A NOVA 'ELEKTRA'	21
I. 3. 3. BONJÓIA	21
I. 4. ARTE, COESÃO E INCLUSÃO	22
EIXO 2: ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO	26
II. 1. CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA ECONÓMICA DA CIDADE	29
II.1. 1. MEDIDAS ECONÓMICAS DE CARÁTER ABRANGENTE	29
II.1. 2. TURISMO	31
II.1. 3. COMÉRCIO	32
II. 2. AS PESSOAS ENQUANTO PRIORIDADE: A EDUCAÇÃO	33
II.2. 1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	33
II.2. 2. PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO	34
II.2. 3. SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	36
II.2. 4. ENSINO SUPERIOR	37
II. 3. INOVAÇÃO E TRANSIÇÃO DIGITAL	39
EIXO 3: AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA	44
III. 1. AMBIENTE	46
III.1. 1. MEDIDAS AMBIENTAIS DE CARÁTER ABRANGENTE	46
III.1. 2. GESTÃO DE RESÍDUOS E LIMPEZA PÚBLICA	49
III.1. 3. CICLO URBANO DA ÁGUA	52
III. 2. ENERGIA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	55
III. 3. ELEMENTOS TRANSVERSAIS DA QUALIDADE DE VIDA URBANA	57
III.3. 1. JUVENTUDE	57
III.3. 2. DESPORTO	62
III.3. 3. SEGURANÇA DOS CIDADÃOS	67
III.3. 4. BEM-ESTAR ANIMAL	68
III.3. 5. GOVERNAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	69

EIXO 4: URBANISMO E HABITAÇÃO	75
IV. 1. UMA CIDADE REGENERADA	77
IV.1. 1. REFORÇO E QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE HABITAÇÃO ACESSÍVEL	77
IV.1. 2. APROFUNDAMENTO DE UM MODELO SUSTENTÁVEL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	81
IV.1. 3. ESTÍMULO À REABILITAÇÃO URBANA	85
IV. 2. QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO E ESPAÇO PÚBLICO	87
IV. 3. UMA GESTÃO URBANÍSTICA MODERNA: TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E EFICÁCIA DA TRAMITAÇÃO	89
EIXO 5: COESÃO SOCIAL	95
V. 1. GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS	97
V. 2. SAÚDE E RESPOSTAS SOCIAIS	99
V. 3. OUTRAS DIMENSÕES DE INTERVENÇÃO SOCIAL	100
V. 4. HABITAÇÃO SOCIAL	102
EIXO 6: MOBILIDADE	106
VI. 1. O TRANSPORTE PÚBLICO E A PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DO CIDADÃO MULTIMODAL	108
VI.1. 1. APOSTA NA OFERTA DE SERVIÇO E NO AUMENTO DA QUOTA DE UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO	108
VI. 2. MODOS SUAVES: APOSTA NA REDE PEDONAL E EM PERCURSOS CICLÁVEIS E SERVIÇOS PARTILHADOS	114
VI.2. 1. PROMOÇÃO DA BICICLETA COMO MODO DE TRANSPORTE	114
VI.2. 2. AUMENTO DA REDE DE PERCURSOS PEDONAIS ASSISTIDOS	115
VI. 3. LOGÍSTICA URBANA	116
VI. 4. O TRANSPORTE INDIVIDUAL E A TRANSIÇÃO SERENA PARA UMA CULTURA DO CIDADÃO MULTIMODAL	117
VI. 4. 1. IMPLEMENTAÇÃO DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO – ZAAC	117
VI. 4. 2. EXTENSÃO DAS ZONAS ESCOLARES A TODOS OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA CIDADE	117
VI. 4. 3. MOBILIDADE ELÉTRICA E POSTOS DE CARREGAMENTO	118
VI. 4. 4. GESTÃO DE TRÁFEGO: UM SISTEMA DE GESTÃO DA MOBILIDADE INOVADOR E MAIS INTEGRADO	118



EIXO I: CULTURA E PATRIMÓNIO

De todas as práticas sociais e intelectuais, as culturais serão (deverão ser!) seguramente das mais inquietas. E, por isso, a Cultura é sempre uma das áreas mais desafiantes no governo de um território, independentemente da sua escala. Quem deseja governar com Cultura, tem sempre de estar do lado dela. Estar com a Cultura e pela Cultura. Foi isto que quisemos fazer ao longo dos últimos oito anos.

Mas o que significa isto? Estar com a Cultura significa saber interpretá-la, estimulá-la e, muitas vezes, antevê-la. Saber não a atropelar também. Ou seja, perceber como acompanhar os seus novos caminhos e desafios, materiais e imateriais (a nível local, nacional e internacional), mas também as suas necessidades e complexidades que se alteram a um ritmo quase sempre imprevisível e particularmente sensível. Dar respostas articuladas à imprevisibilidade da Cultura faz parte do nosso trabalho presente, e da nossa visão futura.

A nosso ver, este é um trabalho que só pode ser bem-sucedido com permanente auscultação e debate com múltiplos agentes do sector, em diferentes sedes e espaços, formais e informais. Temo-nos por isso empenhado no diálogo constante com as estruturas culturais da Cidade, acompanhando as suas preocupações, necessidades e circunstâncias de trabalho.

Nos últimos anos, a Cultura foi muito mais do que uma aposta determinante da nossa ação política. Tentámos sempre que fosse uma prioridade e um motor de pensamento político. Partimos da Cultura para pensar a reestruturação dos territórios do Porto, os seus equilíbrios e, principalmente, o seu desenho futuro. Da equação de crescimento da Cidade, a Cultura foi sempre considerada prioritariamente: por um lado, com políticas de apoio e financiamento ao sector; por outro, com medidas de reestruturação, melhoramento e criação de equipamentos municipais ao serviço da Cultura, dos quais nunca prescindimos enquanto serviço público.

A nossa proposta para os próximos quatro anos é, portanto, equilibrar um sistema contrário à privatização de serviços culturais do município (modelo que se seguiu durante os doze anos que antecederam o nosso mandato), com medidas de apoio ao desenvolvimento cada vez mais sustentável de práticas artísticas independentes, nas mais diversas disciplinas da Cultura. Uma das nossas grandes lutas tem sido, pois, a criação de condições que possibilitem uma permanência cada vez mais sólida e viável de artistas e espaços de arte no Porto. Acreditamos que, ao fazê-lo, estamos a investir no presente e futuro dos artistas mas também dos nossos públicos.

A nossa meta é, portanto, acompanhar a criação artística – saber interpretá-la e dar-lhe condições cada vez mais interessantes para se desenvolver na nossa Cidade de forma inventiva, crítica, autónoma – e trabalhar nesse sentido a pensar permanentemente nos públicos atuais e futuros, na sua diversidade e complexidade (pois também eles evoluem a um ritmo igualmente rápido e muitas vezes imprevisível).

Sendo que a nossa política cultural, tal como a prática das artes, estará necessariamente em permanente construção e, por isso, nunca pode ser perfeita; queremos-la, antes de mais, ágil, problematizadora, consciente e propositiva. É assim que pretendemos estar com a Cultura da Cidade nos próximos quatro anos.

I. 1. APOIO E FINANCIAMENTO À CRIAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Lançámos, em 2017, um dos programas mais distintos de apoio à criação artística independente (isto é, autónoma da atividade de programação do município): o Criatório. Este programa singular no histórico de políticas culturais do Porto, e também do país, rapidamente se tornou num programa importante para artistas e programadores da Cidade. Um programa que em cinco anos financiou 98 projetos, através de uma avaliação que se tornou autónoma das nossas equipas municipais.

Em 2020, o programa teve um crescimento de 50%, passando a financiar também espaços culturais independentes da Cidade, que com o apoio podem fazer face aos seus custos não só de programação, mas também operacionais – como recursos humanos e rendas, tendo em consideração o acelerado custo associado à permanência no centro do Porto. Entre 2017 e 2021, apoiámos cem novos projetos artísticos, estabelecendo este programa como um dos mais relevantes no contexto nacional.

A este programa, associou-se o Shuttle, que a partir de 2018 passou a apoiar, todos os anos, a internacionalização de projetos artísticos de agentes residentes no Porto.

A ideia de financiamento e apoio à prática artística, a partir de um modelo concursado autónomo, tem pautado também a atividade de outras iniciativas municipais: de exposições e bolsas de curadoria na Galeria Municipal do Porto, às bolsas de criação e investigação do Teatro Municipal, sem esquecer a atribuição de espaços de atelier para artistas.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- crescimento de 25 % do programa de apoio direto à criação artística, no âmbito do Criatório, aumentando de 16 bolsas para 20 bolsas anuais
- crescimento de 100% do programa de apoio direto a espaços culturais do Porto, no âmbito do Criatório, aumentando o apoio de cada bolsa de 15 mil euros para 20 mil euros anuais, e o número total de bolsas de 10, para 15 anuais
- crescimento do programa de apoio à internacionalização Shuttle, até aos 100 mil euros anuais

I. 2. EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS

I. 2. 1. BATALHA E O CINEMA

Com a abertura do Batalha em 2022, e a criação este ano da Filmporto – film commission, a nossa política cultural irá finalmente acompanhar a força do tecido de inúmeros agentes e também a própria tradição da Cidade nesta área. Não é suficiente dizermos que o Porto é a “Cidade do Cinema” ou das imagens; é preciso efetivar esse epíteto com medidas que já pudemos implementar e com um apoio mais vincado ao sector que estamos desde já a colocar em marcha, com a Filmporto mas também com o Batalha.

O Batalha abrirá como centro cultural para o cinema, propondo programas diversificados em ligação ao cinema contemporâneo, à história do cinema e à imagem em movimento, trabalhando ao mesmo tempo em ligação aos agentes que programam festivais no Porto e ao Cineclube do Porto. No Batalha, poder-se-á investigar cinema, aprender sobre cinema do Porto e portugueses, e conhecer novas linguagens do cinema de hoje.

Simultaneamente, temos estado empenhados em apoiar a iniciativa privada na área da exibição, sem a qual a Cidade perderá toda a vitalidade. O apoio financeiro e logístico aos cinemas independentes, o Trindade e o Passos Manuel, assim como o apoio financeiro aos inúmeros festivais que decorrem anualmente no Porto, tem sido um eixo importante da nossa ação.

O mesmo se aplica ao cartão de cinema municipal Tripass, que até a data chegou a mais de vinte mil pessoas, foi um passo determinante (e singular) na nossa política de apoio ao cinema, quer a nível de acesso, quer de mobilização de públicos.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- abertura do Batalha Centro de Cinema em 2022
- continuidade das bolsas Filmporto, que financiam a produção de cinema no Porto, assim como da sua missão de apoio logístico e formativo ao sector audiovisual
- apoio continuado aos festivais e ciclos de cinema da Cidade
- continuidade da emissão do Cartão de cinema Tripass
- relançamento da Agenda de Cinema Independente

I. 2. 2. BIBLIOTECAS E LITERATURA

Os nossos projetos de artes performativas, visuais e museológicas, têm integrado com grande intensidade preocupações literárias e de escrita; e, naturalmente, o festival literário da Feira do Livro do Porto desempenha um papel imprescindível neste domínio. As nossas bibliotecas públicas desempenham um papel vital no acesso regular ao conhecimento sobre a produção literária nacional, internacional e naturalmente do Porto.

No âmbito da ação do Museu da Cidade, criaram-se dois espaços expositivos situados nas duas Bibliotecas Municipais — o Gabinete do Som (BPMP) e o Gabinete Gráfico (BMAG) —, dedicados respetivamente a questões de índole bibliográfica e gráfica; com investimento programático em programas públicos como os Cursos Breves e os programas literários para crianças e jovens, e sobretudo com o repensamento e renovação da Biblioteca Sonora, projeto axial de uma política literária acessível e inclusiva, tendencialmente universal.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- requalificação e Ampliação da Biblioteca Publica Municipal do Porto, projeto do Arq. Souto Moura que permite triplicar a capacidade de depósito
- criação de um novo Gabinete para a Literatura e Leitura, com uma equipa de programação própria que deverá introduzir dinâmicas regulares de dinamização das duas bibliotecas
- criação do Centro de Estudos Poéticos José Bento, na sequência da incorporação póstuma na BPMP, por vontade do autor, do seu valioso espólio literário, organizado em torno de três eixos fundamentais: o estudo da literatura espanhola e hispânica, a divulgação da poesia junto das gerações mais jovens e o estudo do percurso e das afinidades eletivas do autor
- recuperação da obra de um autor esquecido como é Júlio Dinis (a pretexto dos 150 anos do desaparecimento de Júlio Dinis, da aquisição de um importante espólio de escritos em grande parte inéditos e dando continuidade ao programa de debates, de edição e de apresentação do inédito Herbário de sua autoria que ocorre na edição da Feira do Livro de 2021), inscrevendo-o na contemporaneidade e conquistando camadas mais jovens de leitores
- construção de um programa de estímulo à criação, gravação e divulgação da produção poética em língua portuguesa, ativando o seu entendimento e tornando-a acessível e apetecível ao público infantojuvenil

I. 2. 3. FESTIVAIS, MUNICIPAIS E NÃO MUNICIPAIS

Ao longo dos últimos dois mandatos, fundámos três novos festivais de Cidade, que ocupam um papel particularmente singular no nosso contexto mas também na oferta cultural do País. O Fórum do Futuro, a Feira do Livro do Porto e o DDD – Dias da Dança, nas áreas do pensamento e arte contemporânea, da literatura e das artes performativas, respetivamente, tornaram-se acontecimentos aglomeradores de públicos e artistas nacionais e internacionais, atingindo uma vitalidade artística singular no nosso contexto. Ao mesmo tempo, traduzem-se hoje em importantes ferramentas de coprodução de novas criações dos nossos artistas.

Em 2020, em associação com o Município de Matosinhos e com gestão da ESAD, lançámos a Porto Design Biennale, cujas duas edições explanaram a VivaCidade do sector do Design das duas Cidades e da Região, num evento único no país pela forma como reúne públicos e agentes do design, nacionais e internacionais, no pensamento e divulgação da prática do design, uma área que nos distingue hoje a nível mundial.

Mas a nossa Cidade tem bem mais para oferecer a este nível programático, e temos tentado acompanhar a iniciativa de artistas e programadores que escolhem o Porto para apresentar festivais de grande fulgor artístico e sem os quais a vida cultural da Cidade não seria a mesma. Ao longo dos últimos anos, coproduzimos e apoiamos financeiramente dezenas de festivais nas mais diversas áreas da cultura: de festivais de grande dimensão como o FITEI, o FIMP, o Porto Pos Doc, o Fantasporto ou o Primavera Sound, aos múltiplos festivais com formatos variados, mas cuja importância cultural e disciplinar é inquestionável para a nossa vida cultural.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- continuidade dos três festivais municipais, o DDD, a Feira do Livro e o Fórum do Futuro (que regressa em Novembro de 2022, com nova direção artística) e da Porto Design Biennale
- continuidade das políticas de apoio e de coprodução aos festivais que decorrem anualmente da Cidade, através de apoio financeiro e dos equipamentos municipais adequados

I. 2. 4. GALERIA MUNICIPAL DO PORTO E ARTE CONTEMPORÂNEA

O projeto da Galeria Municipal do Porto conseguiu ocupar – com mais de cinquenta exposições que comissariou, produziu e apresentou – um espaço destacado no campo das artes visuais da Cidade e do país. Para isso, contribuiu a forte aproximação às novas linguagens artísticas, e simultaneamente ao pensamento sobre legados artísticos do Porto, passados e presentes. O projeto atravessou o campo das exposições, dele fazendo hoje parte discussões, edição, formações, performance e outras iniciativas que definem este projeto como uma instituição de arte aberta às questões contemporâneas e às preocupações que marcam as práticas de artistas e curadores da Cidade, do país e de fora dele. Assim, entendemos, deve ser um espaço municipal para a arte contemporânea: ativo; problematizador de assuntos urgentes; potenciador de conhecimento por parte dos públicos; preocupado com o desenvolvimento de artistas, curadores, e públicos diferenciados; e forte na sua relação de investimento na nova produção artística. Ao longo do último mandato, a GMP alicerçou também a sua atividade na proposta de novos encontros entre artistas do Porto e de Portugal com curadores relevantes na cena internacional.

O novo projeto de Ateliers Municipais, para artistas no campo das artes visuais, nasceu em 2020, e entendemos que tem de continuar a crescer nos próximos anos. Este é um apoio imprescindível do município para o desenvolvimento do sector das artes visuais na Cidade. O mesmo se aplica à Coleção Municipal de Arte, que iniciámos em 2017 e cuja centena de obras contemporâneas consubstanciam um importante apoio a artistas e galerias do Porto, mas também um importante retrato da nossa produção artística ao longo do século XX e XXI.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- recuperação e atualização da Galeria Municipal nos jardins do Palácio, obras a efetuar durante o ano de 2022
- abertura do novo e segundo espaço expositivo da Galeria Municipal do Porto, no Matadouro, prevista para 2023
- continuidade e desenvolvimento do programa PING – programa de incursão à Galeria, que compagina a atividade expositiva com iniciativas educativas, formativas e discursivas abertas a todos os públicos
- lançamento de mais 20 espaços de Ateliers Municipais para artistas do Porto, no Matadouro Industrial, no CACE cultural, e noutros polos a definir
- inauguração, no Matadouro, do novo espaço de reservas para arte contemporânea
- continuidade da política de aquisições de obras de arte, a galerias comerciais da Cidade e diretamente a artistas em representação galerística no Porto

I. 2. 5. MUSEU DA CIDADE

Consolidados os projetos do Teatro Municipal e de Arte Contemporânea, 2020 foi o momento escolhido para lançar o ambicioso projeto de transformar e afirmar o Museu da Cidade do Porto, nomeando uma direção artística.

Pensámos e estamos a construir um museu à escala da Cidade, que se expande de Ocidente a Oriente, desde o Parque da Pasteleira à Quinta da Bonjóia. Prosseguimos a recuperação de edifícios emblemáticos da Cidade, com tipologias e de épocas muito diferentes, nos quais apresentamos não só as extensas e diversas coleções municipais como convidamos protagonistas de diferentes campos da criação e do conhecimento a ali apresentar os seus trabalhos e reflexões.

Não é hoje possível conceber a Cidade sem museus que acompanhem as dinâmicas socioculturais contemporâneas, que sejam lugares de encontro e de partilha, plataformas onde se faz comunidade, onde se produz diferença e identidade.

Fundámos a Rádio Estação, projeto-âncora do Museu da Cidade, que reúne um amplo conjunto de colaboradores, entre coletivos, especialistas de variadíssimos campos disciplinares e músicos, que se constitui como uma sonda sonora da vibrante cena musical e sónica da Cidade e almeja constituir um arquivo de paisagens e registos sonoros.

Criámos cinco gabinetes, espaços de exposição temporária, que intercetam as quatro áreas do Departamento de Gestão Cultural do Município – as Bibliotecas, o Arquivo Municipal, o Património e os Museus – e amplificam as práticas, os discursos e os espólios dos equipamentos que as integram.

Abrimos o Reservatório, estação primeira do Museu, onde se guarda, expõe e estuda o valioso espólio arqueológico recolhido no território do Porto, permitindo conhecer os modos de vida e a construção da Cidade, desde a pré-história à época moderna e contemporânea.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- abertura ao público todas as 17 estações do Museu da Cidade, prestando um serviço de excelência aos munícipes e aos visitantes, nomeadamente através de um trabalho de mediação responsável e desafiante
- inauguração do Abrigo dos Pequeninos, o moderno espaço de reservas que foi projetado para acolher uma importante parte das coleções municipais
- conclusão da inventariação das coleções municipais
- conclusão da ampliação e a reestruturação da Biblioteca Sonora da BPMP, quer ao nível dos equipamentos, melhorando a qualidade do importante serviço de acesso à leitura prestado à comunidade de cegos e amblíopes, quer no que concerne à recuperação do riquíssimo espólio bibliográfico gravado e a uma melhor gestão editorial dos conteúdos propostos aos leitores

I. 2. 6. TEATRO MUNICIPAL DO PORTO E ARTES PERFORMATIVAS

O Teatro Municipal do Porto (TMP), projeto bandeira da nossa primeira candidatura, agregou numa só instituição os Teatros Municipais Rivoli e Campo Alegre e tem tido um desenvolvimento constante desde 2014.

O seu projeto artístico foi pensado e desenvolvido de forma complementar à oferta da Cidade, suprimindo as lacunas programáticas existentes na Cidade do Porto. Para o projeto de teatro do município, cedo definimos 5 eixos principais: coprodução e apresentação de companhias e artistas que trabalham a partir da Cidade; aposta na dança contemporânea, sublinhando-se a criação do DDD - Festival Dias da Dança; programação internacional pluridisciplinar, com atenção a novas linguagens cénicas; serviço educativo constante e transversal a todas as faixas etárias, construindo-se o PARALELO - Programa de Aproximação às Artes performativas. Apostando principalmente em dança, o TMP apresenta regularmente teatro, música, literatura, formas animadas e circo contemporâneo.

O Teatro Municipal do Porto conseguiu simultaneamente definir-se enquanto epicentro das artes performativas da Cidade, ferramenta importante para o desenvolvimento do trabalho artístico local e uma montra do que de mais atual se produz no país e no mundo. Desde 2014 foram desenvolvidas 268 coproduções entre o TMP, companhias e festivais nacionais e internacionais, posicionando-o como um dos principais Teatros europeus.

O CAMPUS Paulo Cunha e Silva, recentemente inaugurado a 9 de junho - data de aniversário do antigo vereador Paulo Cunha e Silva - era um projeto há muito reivindicado pela comunidade artística. Com o Teatro Municipal operante e focado na apresentação, sentiu-se a necessidade de um espaço de trabalho focado na pesquisa artística, no qual a reflexão e a prática acontecem com outros ritmos, geradores de um trabalho mais aprofundado. Após a renovação da antiga Escola Básica Gomes Ferreira, o CAMPUS PCS proporciona residências artísticas, residências técnicas, residências de investigação - programa Reclamar Tempo - e aulas diárias de diferentes práticas físicas. À disposição dos artistas da Cidade e de quem no Porto quer desenvolver as suas criações, temos agora mais 4 estúdios de trabalho, dois quartos, uma cozinha e uma sala/biblioteca de artes performativas.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- integração do TMP, CAMPUS e DDD em mais redes europeias de financiamento e circulação internacional
- realização de dois grandes focos de programação apresentados em Paris, em parceria com o Centre Pompidou e o Théâtre de la Ville, reforçando assim um eixo que se foi vindo a desenvolver ao longo dos anos: o papel do TMP como impulsionador da internacionalização das artes performativas nacionais
- consolidação da coprodução dos diversos festivais de artes performativas da Cidade
- aposta na descoberta de jovens artistas e acompanhá-los de forma contínua em todas as fases de desenvolvimento do seu trabalho
- constituição de uma rede de parceiros nacionais e internacionais para o CAMPUS, promovendo a circulação de residências artísticas
- expansão das parcerias municipais, reforçando o carácter metropolitano do DDD – Festival Dias da Dança

I. 3. APOSTA NA ZONA ORIENTAL

Desde cedo afirmámos que as politicamente esquecidas ‘zona oriental’ e ‘freguesia de Campanhã’ seriam prioritárias em termos estratégicos e de investimento. Afirmámos e, ao fim de dois mandatos, podemos dizer que cumprimos.

A Cultura surgiu, também neste domínio, como vetor absolutamente central. Através do Cultura em Expansão, priorizámos imediatamente a programação cultural em bairros sociais e associações de Campanhã. Ao fim destes oito anos, são inúmeros os projetos comunitários, espetáculos e iniciativas culturais que apresentamos nos vários auditórios e espaços associativos da freguesia que, dessa forma, ajudámos a dinamizar – e cuja interessante (e antiga) vida associativa e cultural, frequentemente desconhecida por muitos portuenses, ajudámos a divulgar. A questão da “acessibilidade” na freguesia, que o Terminal Intermodal irá revolucionar, não pode ser dissociada da questão Cultural. Tem sido esse o nosso entendimento: fazer andar de braço dado a acessibilidade física e a intelectual.

Para além de novas iniciativas inovadoras, como a Fonoteca Municipal do Porto, já em funcionamento na Plataforma Arda, em Pinto Bessa, nos próximos anos nascerão projetos de grande relevância para a Cultura da Cidade e da freguesia como o Matadouro, o CACE e a Bonjóia. Estes são projetos já marcha, com obras de reabilitação em andamento, e cujos perfis complementares do ponto de vista disciplinar e logístico queremos que potenciem a vida artística da vasta zona oriental do Porto. Queremos também, todavia, que esta potente energia de renovação que se avizinha consiga estimar a cultura rica da freguesia e suas tradições, envolvendo-as, aprendendo com elas, para que se criem formas de fazer e experienciar cultura na freguesia que compreendam e respeitem o território.

I. 3. 1. MATADOURO INDUSTRIAL

O Matadouro é o motor e o maior símbolo da mais significativa e duradoura transformação urbana, cultural e social que ocorre na Cidade do Porto nos últimos vinte anos. O projeto incorpora uma importante dimensão pública, que contempla a criação de equipamentos dedicados às artes, à educação e à integração social.

Terá extensões do Museu da Cidade e da Galeria Municipal, com substanciais áreas expositivas e de reserva, nobilitando uma zona há muito desfavorecida do ponto de vista da oferta cultural, criando uma nova centralidade.

I. 3. 2. ANTIGO CACE, A NOVA 'ELEKTRA'

O antigo CACE Cultural, situado nas instalações da Central Elétrica do Freixo, parte integrante do património municipal desde 2020, cujo projeto de recuperação foi recentemente apresentado em reunião de Câmara, manterá a vocação enquanto polo de produção artística interdisciplinar, acolhendo estruturas de forte relevância na Cidade, tais como o Teatro Experimental do Porto e a Circolando (atual cri).

Integrando espaços de residência artística, duas Blackbox vocacionadas para acolher projetos performativos, nas áreas da música, da dança, do teatro e do circo contemporâneo, o complexo industrial, originalmente desenhado pelo Arquiteto Januário Godinho, integrará ainda a Extensão da Indústria do Museu da Cidade, lugar privilegiado para conhecer a prolífica história industrial do Porto. Assim como um novo polo dos Ateliers Municipais.

I. 3. 3. BONJÓIA

A Quinta da Bonjóia, espaço verde emblemático da zona oriental da Cidade, verá ser recuperado o seu edificado e ali implantada a última estação do Museu da Cidade – a Extensão da Natureza –, que incluirá zonas de cultivo, um arquivo de sementes e um projeto gastronómico experimental com fortes preocupações educativas, em que se cruzam os saberes específicos das áreas do Ambiente e da Cultura.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- abertura do Matadouro – extensões do Museu da Cidade e da Galeria
- abertura da nova 'Elektra' – polo de produção artística interdisciplinar no CACE Cultural
- abertura da estação do Museu da Cidade – Extensão da Natureza, em Bonjóia

I. 4. ARTE, COESÃO E INCLUSÃO

A área de cruzamento entre a coesão social e a arte foi um dos pilares do nosso trabalho ao longo dos anos. Tal aconteceu através do Cultura em Expansão, que cresceu para se tornar um dos projetos mais singulares no contexto português e que hoje propõe à Cidade, anualmente, mais de 150 espetáculos e apresentações em bairros do Porto, algo único no historial da cultura do Porto e do país.

Mas não só. Inclusão é perceber e explorar formas de acesso cada vez mais interessantes, articuladas e ambiciosas para os diferentes públicos; é, também, perceber as diferenças cívicas e culturais dos múltiplos públicos, formas de diluir discriminações diversas e de as debater de maneira aberta. Os nossos programas municipais, no âmbito dos nossos equipamentos, têm explorado com intensidade práticas de inclusão e discussão que propõem ideias e formas de trabalho, neste sentido, inclusivas. Queremos seguir este caminho e fortalecê-lo ao longo dos próximos anos.

Para uma ideia de coesão cultural tem também contribuído de forma expressiva o financiamento concursado ao Associativismo português que, desde 2020, inclui a possibilidade de financiamento para associações da Cidade com 200 mil euros anuais.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- continuidade do Cultura em Expansão, a partir do mesmo modelo gerido pelo Município, mas em rede programática com estruturas parceiras a trabalhar nas diferentes freguesias
- continuidade do desenvolvimento de práticas de inclusão pela cultura nos equipamentos e programas municipais, nos domínios físico, intelectual, económico e social
- continuidade de financiamento anual ao Associativismo português
- abertura de um novo espaço para práticas culturais inclusivas, no Matadouro, previsto para 2023

CULTURA E PATRIMÓNIO

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- crescimento de 25 % do programa de apoio direto à criação artística, no âmbito do Criatório, aumentando de 16 bolsas para 20 bolsas anuais
- crescimento de 100% do programa de apoio direto a espaços culturais do Porto, no âmbito do Criatório, aumentando o apoio de cada bolsa de 15 mil euros para 20 mil euros anuais, e o número total de bolsas de 10, para 15 anuais
- crescimento do programa de apoio à internacionalização Shuttle, até aos 100 mil euros anuais
- abertura do Batalha Centro de Cinema em 2022
- continuidade das bolsas Filmporto, que financiam a produção de cinema no Porto, assim como da sua missão de apoio logístico e formativo ao sector audiovisual
- apoio continuado aos festivais e ciclos de cinema da Cidade
- continuidade da emissão do Cartão de cinema Tripass
- relançamento da Agenda de Cinema Independente
- requalificação e Ampliação da Biblioteca Pública Municipal do Porto, projeto do Arq. Souto Moura que permite triplicar a capacidade de depósito
- criação de um novo Gabinete para a Literatura e Leitura, com uma equipa de programação própria que deverá introduzir dinâmicas regulares de dinamização das duas bibliotecas
- criação do Centro de Estudos Poéticos José Bento, na sequência da incorporação póstuma na BPMP, por vontade do autor, do seu valioso espólio literário, organizado em torno de três eixos fundamentais: o estudo da literatura espanhola e hispânica, a divulgação da poesia junto das gerações mais jovens e o estudo do percurso e das afinidades eletivas do autor
- recuperação da obra de um autor esquecido como é Júlio Dinis (a pretexto dos 150 anos do desaparecimento de Júlio Dinis, da aquisição de um importante espólio de escritos em grande parte inéditos e dando continuidade ao programa de debates, de edição e de apresentação do inédito Herbário de sua autoria que ocorre na edição da Feira do Livro de 2021), inscrevendo-o na contemporaneidade e conquistando camadas mais jovens de leitores
- construção de um programa de estímulo à criação, gravação e divulgação da produção poética em língua portuguesa, ativando o seu entendimento e tornando-a acessível e apetecível ao público infantojuvenil

CULTURA E PATRIMÓNIO

- continuidade dos três festivais municipais, o DDD, a Feira do Livro e o Fórum do Futuro (que regressa em Novembro de 2022, com nova direção artística) e da Porto Design Biennale
- continuidade das políticas de apoio e de coprodução aos festivais que decorrem anualmente da Cidade, através de apoio financeiro e dos equipamentos municipais adequados
- prosseguimento de projetos como os de um espaço municipal para a arte contemporânea (Galeria Municipal), de Ateliers Municipais e de uma Coleção Municipal de Arte
- abertura ao público todas as 17 estações do Museu da Cidade, prestando um serviço de excelência aos munícipes e aos visitantes, nomeadamente através de um trabalho de mediação responsável e desafiante
- inauguração do Abrigo dos Pequeninos, o moderno espaço de reservas que foi projetado para acolher uma importante parte das coleções municipais
- conclusão da inventariação das coleções municipais
- conclusão da ampliação e a reestruturação da Biblioteca Sonora da BPMP, quer ao nível dos equipamentos, melhorando a qualidade do importante serviço de acesso à leitura prestado à comunidade de cegos e amblíopes, quer no que concerne à recuperação do riquíssimo espólio bibliográfico gravado e a uma melhor gestão editorial dos conteúdos propostos aos leitores
- integração do TMP, CAMPUS e DDD em mais redes europeias de financiamento e circulação internacional
- realização de dois grandes focos de programação apresentados em Paris, em parceria com o Centre Pompidou e o Théâtre de la Ville, reforçando assim um eixo que se foi vindo a desenvolver ao longo dos anos: o papel do TMP como impulsionador da internacionalização das artes performativas nacionais
- consolidação da coprodução dos diversos festivais de artes performativas da Cidade
- apostar na descoberta de jovens artistas e acompanhá-los de forma contínua em todas as fases de desenvolvimento do seu trabalho
- constituição de uma rede de parceiros nacionais e internacionais para o CAMPUS, promovendo a circulação de residências artísticas
- expansão das parcerias municipais, reforçando o carácter metropolitano do DDD – Festival Dias da Dança

CULTURA E PATRIMÓNIO

- recuperação e atualização da Galeria Municipal nos jardins do Palácio, obras a efetuar durante o ano de 2022
- abertura do novo e segundo espaço expositivo da Galeria Municipal do Porto, no Matadouro, prevista para 2023
- continuidade e desenvolvimento do programa PING – programa de incursão à Galeria, que compagina a atividade expositiva com iniciativas educativas, formativas e discursivas abertas a todos os públicos;
- lançamento de mais 20 espaços de Ateliers Municipais para artistas do Porto, no Matadouro Industrial, no CACE cultural, e noutros polos a definir
- inauguração, no Matadouro, do novo espaço de reservas para arte contemporânea
- continuidade da política de aquisições de obras de arte, a galerias comerciais da Cidade e diretamente a artistas em representação galerística no Porto
- abertura do Matadouro – extensões do Museu da Cidade e da Galeria
- abertura da nova 'Elektra' – polo de produção artística interdisciplinar no CACE Cultural
- abertura da estação do Museu da Cidade -Extensão da Natureza, em Bonjóia
- continuidade do Cultura em Expansão, a partir do mesmo modelo gerido pelo Município, mas em rede programática com estruturas parceiras a trabalhar nas diferentes freguesias
- continuidade do desenvolvimento de práticas de inclusão pela cultura nos equipamentos e programas municipais, nos domínios físico, intelectual, económico e social
- continuidade de financiamento anual ao Associativismo portuense
- abertura de um novo espaço para práticas culturais inclusivas, no Matadouro, previsto para 2023

EIXO II: ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO

A Cidade do Porto representa 3,8% do conjunto da atividade económica nacional e é uma componente nuclear de uma Região Norte que vale 28,2% daquele mesmo total (o que significa que o concelho do Porto contribui com um peso de 13,3% para o desempenho da Região mais dinâmica no plano nacional) e 38,3% das exportações de bens do País (onde o Porto ocupa o lugar 12 no ranking concelhio).

No interior desta atividade económica registam-se naturalmente muitas e variadas presenças, em especial em termos setoriais ou em termos dimensionais. E se o conjunto da atividade comercial é claramente dominante (36,3%), outras áreas têm igualmente presença assinalável (alojamento, restauração e similares com 6,5%; indústria transformadora com 9,3% e destaque para as indústrias alimentares e, em menor medida, da borracha e plásticos; construção com 9,4%; atividades de serviços de maior valor acrescentado, como de consultoria, científicas, técnicas e similares ou de informação e comunicação, respetivamente com 6,3% e 5,2%). Importa, por isso, que o poder autárquico assuma as suas responsabilidades em sede de manutenção, sustentação e reforço desta relevante dimensão empresarial da Cidade e da Região, mesmo que sendo umas mais estratégicas do que outras – porque, e cada vez mais, nenhuma comunidade pode prescindir da centralidade decorrente da criação de riqueza como condição de progresso.

Acresce a nossa adesão à ideia de que a Economia é feita pelas Pessoas e para as Pessoas, adesão essa que nos conduz à matriz do desenvolvimento pessoal e humano que radica nos processos e conteúdos educativos que são proporcionados àqueles que melhor garantirão a qualidade da criação de riqueza acima mencionada como central. E se as sociedades contemporâneas se caracterizam por um especial ritmo de mudanças sociais, económicas, tecnológicas e demográficas, assim como pela exigência de resposta das instituições a novos desafios, as escolas de hoje são parte inescapável destas circunstâncias ao enfrentarem desafios que suscitam uma necessidade de adaptação sem paralelo.

A Educação constitui também um dos pilares fundamentais para promover a igualdade de oportunidades e fortalecer a cultura e os valores de cidadania, pelo que se torna fundamental assegurar uma educação inclusiva, igualitária e baseada nos princípios de direitos humanos e desenvolvimento sustentável, capaz de garantir o sucesso educativo e de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. E se o Porto é hoje, notoriamente, uma Cidade educadora, uma Cidade amiga das crianças e das famílias, o nosso compromisso é o de continuarmos a prosseguir uma política local de educação como serviço público, em estreita articulação com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, as associações de pais e os interesses da comunidade que a escola serve.

Dadas as dificuldades económicas que atingiram o País no contexto pandémico, com impactos relevantes nas famílias e no respetivo enquadramento das suas gerações mais novas aos mais diversos níveis (incluindo o aproveitamento escolar), o próximo quadriénio exigirá forçosamente compromissos ainda mais fortes e firmes nesta dimensão (quer orientados para todos os graus educativos, quer tomando em conta as exigências do processo de descentralização em curso por parte do Governo).

Por outro lado, torna-se crescentemente consensual que não há uma economia sólida sem uma preocupação determinante quanto à inovação que vai incorporando, quer no quadro das empresas quer no contexto de outros vetores estruturantes (como o ambiente, a ação social ou a mobilidade); daí o papel central que sempre concedemos à inovação em todos os planos de desenvolvimento da Cidade – será, pois, sempre através de um prisma que potencie a execução de soluções inovadoras que a Cidade conseguirá ultrapassar os grandes desafios do futuro, garantindo a modernização dos serviços públicos, uma maior inclusão social e um desenvolvimento mais sustentável. Ao que acresce que a transição digital, um dos grandes desafios das sociedades modernas, também tem vindo a assumir no Porto, desde o primeiro instante, um caráter de aposta – o que tem passado por uma política ativa para a área de inovação e transição digital, envolvendo os principais agentes da Cidade (nomeadamente a academia, a indústria e os empreendedores, sempre em completo alinhamento com os cidadãos e com os técnicos dos serviços municipais) que constitui uma garantia de criação de uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento.

No momento presente, mais do que propor uma política e um plano de ação que se centre em si mesmo, a Cidade é de novo desafiada a participar ativamente na implementação desta política. O programa proposto está assente no desenvolvimento de iniciativas-âncora, coordenadas pela Porto Digital, das quais se destacam, como exemplo, o Porto Innovation Hub e o ScaleUp Porto. É objetivo central deste plano criar condições para que o ecossistema multifacetado e heterogéneo que tanto caracteriza a génese da nossa Cidade explore o conceito de “Cidade-laboratório”, expandindo-o para novas áreas e transformando desafios do nosso dia-a-dia em oportunidades para gerar conhecimento, ciência, negócios e, mais importante ainda, criando soluções de elevado impacto na qualidade de vida de todos.

Algumas das principais ações em vista na nossa proposta para estas áreas são sumariadas mais abaixo.

II. 1. CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA ECONÓMICA DA CIDADE

II.1. 1. MEDIDAS ECONÓMICAS DE CARÁTER ABRANGENTE

A Cidade do Porto tem vindo a procurar posicionar-se, a nível nacional e internacional, como um incontornável destino para viver, estudar, investir, trabalhar e visitar. A dinâmica económica da Cidade fica bem visível na oferta existente em todos os setores, seja na hotelaria e turismo, no comércio a retalho e por grosso, no imobiliário (designadamente não residente, i.e., escritórios e sedes de investimento corporativo). Neste quadro, são visíveis os resultados decorrentes da estratégia de atração de investimento promovida pelo Município, através da InvestPorto, no desenvolvimento de um trabalho de estruturação dos serviços de apoio ao investimento e de promoção internacional da Cidade com vista a essa atração: são vários e significativos os exemplos de instalação na Cidade de empresas de relevo internacional.

Todas estas apostas terão de prosseguir e ser aprofundadas nos próximos anos e nos diferentes planos: localização estratégica, segurança e hospitalidade; infraestruturas e qualidade de vida; business friendship e oferta de trabalho; polaridade de inovação e talento. Propomo-nos, portanto, promover uma valorização acrescida dos inúmeros ativos específicos existentes – seja em termos de uma contínua melhoria das diferentes componentes de diferenciação da qualidade de vida, de uma pujança económica e empregadora assinalável à escala nacional ou do crescente conhecimento e qualificação dos recursos humanos associável à atenção dada à componente educativa em todos os graus de ensino e idades e, em especial, à força muito própria da Academia do Porto.

Para tal, serão cruciais ações de carácter e impacto genérico como as seguintes:

- (I) desenvolvimento de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ONU) para o Município e do resultante plano de ação (roadmap) 2020-2030 (que servirá como alicerce para que o Município integre no seu planeamento e na sua gestão estratégica os pilares económico, social, cultural e ambiental, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e de uma simplificação administrativa de toda a relação de licenciamento de atividades económicas na Cidade (assumindo que os projetos de investimento na Cidade assentam numa estrutura mínima em termos de burocracia e máxima em termos de transparência);
- (II) capitalização acrescida do trabalho da Divisão Municipal InvestPorto (única estrutura municipal em Portugal a tratar do apoio ao investimento), através da sua articulação com uma Associação de Promoção do Investimento, Inovação e Desenvolvimento para a Região Norte, e criação de uma ferramenta de informação da economia da Cidade (BIA Porto), uma plataforma analítica, flexível, escalável, com acessos seguros e atualizada de forma contínua que permita sentir o pulso económico da Cidade e possa contribuir para a realização, avaliação e ajustamento das políticas de desenvolvimento económico da Cidade;

(III) criação de um Observatório de Talento e de uma Porto Skills Academy (consubstanciando a construção de um mapa de talento da Cidade e de uma ferramenta de aglutinação de vários projetos de formação na área das competências, permitindo assim que a Cidade crie um ciclo virtuoso entre o crescimento do investimento e a capacidade de geração de talento local e regional) e criação de um Programa Municipal de Imersão em Mercado de Trabalho durante o Verão dirigido a jovens entre os 16 e os 21 anos (visando que os jovens possam ter contato direto com a realidade profissional e empresarial da Cidade);

(IV) criação de um Conselho de Embaixadores da Cidade do Porto, visando em última instância contribuir para a afirmação da Cidade do Porto como destino atrativo do investimento estrangeiro e de fonte de talento (designadamente através das comunidades portuguesas e de luso-descendentes espalhadas pelo mundo e mobilizando especialmente Portuenses com influência para promoverem a Cidade além-fronteiras e divulgarem os seus múltiplos elementos de vantagem competitiva);

(V) continuação da eficácia na utilização dos Fundos Europeus, através do Gabinete de Gestão de Fundos Europeus e Instrumentos de Financiamento, otimizando a sua atuação através de um reforço das suas ferramentas de gestão e de um plano estratégico de priorização de meios de financiamento.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- desenvolvimento de uma Agenda de Sustentabilidade inserida na estratégia económica da Cidade
- simplificação administrativa de toda a relação de licenciamento de atividades económicas na Cidade
- capitalização e reforço da atração de investimento para a cidade - InvestPorto
- criação de uma ferramenta de informação da economia da Cidade (BIA Porto)
- criação de um Observatório de Talento e de uma Porto Skills Academy
- criação de um Programa Municipal de Imersão em Mercado de Trabalho durante o Verão dirigido a jovens entre os 16 e os 21 anos
- criação de um Conselho de Embaixadores da Cidade do Porto
- manter o Porto como o Concelho do País mais eficaz na obtenção de Fundos Europeus

II.1. 2. TURISMO

O setor turístico desempenhou, em especial na última década, um papel importante e até estratégico na afirmação nacional e internacional da Cidade e na sua dinâmica económica (em especial, pelo seu impacto em termos de criação de emprego, reabilitação do edificado e projeção e alavancagem do comércio tradicional e dos serviços de proximidade). O trabalho que nele vinha sendo realizado com vista a dar resposta a desequilíbrios de várias ordens que se manifestavam e a uma sua maior sustentação (casos de um programa de transferência de imóveis do setor do Alojamento Local para o mercado de arrendamento tradicional ou criação de roteiros para mitigar efeitos de concentração de turistas no Centro) foi de algum modo interrompido pela violência inaudita da crise pandémica. É chegado o momento de retomar aquele trabalho, designadamente em torno de eixos como os seguintes:

- (I) criação de zonas de crescimento turístico sustentável – com vista a garantir a continuidade de um impacto positivo do setor na Cidade, e no quadro de uma desejada gestão das dinâmicas de crescimento do Alojamento Local, iremos promover a sustentabilidade da atividade turística através de uma relação de equilíbrio setorial, designadamente entre visitantes e a comunidade; proporemos para tal a criação de zonas de crescimento turístico sustentável;
- (II) qualificação da oferta turística, por via da expansão dos programas de reconhecimento da qualidade da oferta de alojamento da Cidade “Confiança Porto” e de programas de formação e de interação com as plataformas de aluguer para que o destino ganhe reconhecimento em termos de bem-estar e ligação entre os turistas e a comunidade local;
- (III) alargamento do âmbito de atuação do Mediador de Alojamento Local, criando um mediador em cada junta de freguesia para assegurar uma centralização, facilitação e conciliação dos interesses e necessidades dos residentes e dos visitantes da Cidade, assim como de todos os restantes interessados;
- (IV) criação de um Observatório do Turismo com dados abertos para a Cidade (fluxos turísticos, taxas de ocupação, receitas médias, etc.), assim permitindo aos agentes económicos e à Cidade em geral uma informação em tempo real sobre a evolução das atividades ligadas ao setor.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- criação de zonas de crescimento turístico sustentável
- qualificação da oferta turística
- criação de um mediador do alojamento local em cada junta de freguesia
- criação de um observatório do Turismo com dados abertos para a Cidade

II.1. 3. COMÉRCIO

Além do seu peso tradicional, a atividade comercial continua a ser a mais relevante da economia local. Merece, por isso, uma continuada atenção por forma a que lhe possam ser assegurados os elementos de revitalização, sustentabilidade e diferenciação que sejam mais consentâneos com uma economia moderna e ao serviço das pessoas e dos seus modos de vida. Eis alguns dos eixos de que trataremos:

- (I) prosseguimento da qualificação dos agentes do comércio tradicional da Cidade, visando apostar na modernização e no desenvolvimento da atividade comercial da Cidade e promover a competitividade e sustentabilidade dos negócios e um relacionamento de excelência dos comerciantes com o seu público cliente;
- (II) reforço da digitalização do comércio da Cidade, através do lançamento de uma plataforma de nova geração (a integrar na nossa app “Shop in Porto” e suscetível de permitir a compra on-line nos mais de 1600 estabelecimentos comerciais já aderentes e de todos aqueles que se juntem ao projeto);
- (III) garantia de proteção e salvaguarda das entidades de interesse histórico que, pela sua atividade e património material ou imaterial, constituam uma relevante referência cultural ou social para a Cidade (através de um apoio de meio milhão de euros por ano);
- (IV) aposta na relação entre a produção agrícola de proximidade e a restauração da Cidade, com ênfase na gastronomia atlântica, por via da criação de uma equipa de trabalho nesse sentido (capitalizando também as ligações com a produção agrícola da proximidade e o Mercado do Bolhão, a reabrir após reabilitação);
- (V) continuação do esforço de qualificação, modernização e agilização do funcionamento das Feiras e Mercados da Cidade, designadamente dotando-os de novas e mais adequadas componentes de imagem, espaço nas redes sociais e incorporação na plataforma “Shop in Porto”;
- (VI) criação de um recinto de feiras na Zona Oriental da Cidade (“feiródromo”), em linha com a aposta política nessa área e a concretizar num espaço capaz de receber em total segurança feiras de grande dimensão (como as atuais feiras da Vandoma e do Cerco);
- (VII) criação de observatório do Comércio com dados abertos para a Cidade, assim permitindo uma caracterização aprofundada do setor retalhista (na perspetiva dos comerciantes e dos consumidores), uma segmentação de acordo com múltiplos critérios (espaciais, dimensionais, de densidade, de especialização), uma identificação das dinâmicas geográficas e a testagem de indicadores de desempenho do comércio de rua, local e tradicional da Cidade, tudo almejando a um objetivo final de construção e disponibilização de um “mapa do comércio da Cidade” em tempo real.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- prosseguimento da qualificação dos agentes do comércio tradicional da Cidade
- reforço da digitalização do comércio da Cidade
- garantia de proteção e salvaguarda das entidades que constituam uma relevante referência cultural ou social para a Cidade (através de um apoio de meio milhão de euros por ano)
- aposta na relação entre a produção agrícola de proximidade e a restauração da Cidade
- continuação do esforço de qualificação das feiras e mercados da Cidade
- criação de um recinto de feiras na Zona Oriental da Cidade (“feiródromo”)
- criação de observatório do Comércio com dados abertos para a Cidade

II. 2. AS PESSOAS ENQUANTO PRIORIDADE: A EDUCAÇÃO

II.2. 1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- Garantir a universalidade e a frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, com qualidade, adequando o horário e períodos de funcionamento às necessidades das famílias, com uma oferta diversificada de atividades, nomeadamente nas vertentes das expressões físico-motoras, artísticas e musicais.
- Alargar a gratuidade das refeições escolares – almoço e lanches, a todas as crianças, abrangendo os períodos de pausas e férias escolares sempre que se justifique.
- Suscitar uma ampla reflexão para que a creche possa vir a integrar o sistema educativo português, pois a educação começa muito antes dos 3 anos, e criar as condições para o seu alargamento a mais territórios para garantir o acesso em função das necessidades nas mesmas condições em que é assegurado o jardim-de-infância (acordo tripartido Câmara, Ministério da Educação e Segurança Social).
- Investir na contínua melhoria da educação na infância, através da valorização e qualificação dos recursos humanos, na melhoria e apetrechamentos dos espaços educativos, apropriados a todas as crianças, incluindo as que têm deficiências, na implementação de projetos diferenciadores e específicos em função da necessidade de cada território.
- Apetrechar todas as salas de educação pré-escolar com recursos digitais.
- Apostar num maior envolvimento jardim-de-infância – famílias para melhor responder aos desafios que se colocam hoje a ser pai e mãe, a ser família; a ser comunidade.

II.2. 2. PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

- Promover a contínua melhoria da qualidade da educação básica, através do reordenamento da rede escolar, na melhoria das condições físicas para a educação, apropriadas para as crianças e sensíveis às deficiências e ao género e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes.
- Garantir uma Escola por Inteiro Porto., no âmbito da componente de apoio à Família, qualificando a resposta e alargando o horário de funcionamento de todas as escolas para 8h30 – 18h30, gratuitamente, criando assim, uma resposta efetiva às necessidades das famílias.
- Alargar a gratuidade das refeições escolares – almoço e lanches, a todos os alunos, abrangendo os períodos de pausas e férias escolares.
- Prosseguir o investimento nas Atividades de Enriquecimento Curricular, como um importante instrumento de política educativa orientado para a promoção da igualdade de oportunidades, a redução de assimetrias sociais e o sucesso escolar, com a oferta obrigatória para todos os alunos do 1º ao 4º ano, da Atividade Física e Desportiva e de Expressões Lúdicas.
- Dar continuidade ao programa “Porto de Atividades”, que dando resposta ao conceito de Escola a Tempo Inteiro, permite qualificar diariamente o tempo de permanência das crianças na escola através do desenvolvimento de atividades Lúdicas e de Apoio ao Estudo que estimulem o desenvolvimento pessoal e social da criança, contribuindo, simultaneamente, para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens.
- Reforçar os apoios à educação especial, qualificando-a através da melhoria das infraestruturas físicas e da afetação dos recursos humanos e materiais necessários, bem como da adequação de ofertas socioeducativas, como o desporto adaptado, a cinoterapia, a musicoterapia, a hidroterapia, entre outras.
- Disponibilizar os apoios à ação social escolar que se revelem necessários, nomeadamente os auxílios económicos para a aquisição de livros e material escolar e visitas de estudo.
- Reforçar a informatização e modernização de todas as salas de aula do 1º. CEB (a maior parte das quais já dispõe de quadros interativos) com vista à promoção de um ensino mais inovador e de qualificação do ensino à distância.
- Manter o reforço dos apoios aos Agrupamentos de Escolas abrangidos pelo Programa de Territorialização de Políticas Educativas de Intervenção Prioritária e lançar anualmente uma linha de financiamento aos Agrupamentos para projetos específicos mediante a apresentação de um diagnóstico e propostas de intervenção.

- Prosseguir com o desenvolvimento de programas educativos inovadores focados nos grandes desafios da atualidade: o ambiente, o património, as tecnologias, a educação financeira, a cidadania, a criatividade, entre outras, alicerçados em parcerias robustas com entidades culturais, artísticas e científicas de referência, as instituições de ensino superior da Cidade, o tecido empresarial local numa aposta na responsabilidade partilhada.
- Reforçar o Plano Municipal de Erradicação do Abandono e de Combate ao Absentismo Escolar, em articulação com as Escolas, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e a Segurança Social e dar continuidade ao Programa Municipal de Promoção do Sucesso Escolar – Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa, especialmente dirigido às crianças em risco de insucesso.
- Será reforçado o trabalho no âmbito do Mecanismo de Coordenação PORTO CIDADE AMIGA DAS CRIANÇAS que visa uma política coordenada para a infância e a adolescência e tem como principal objetivo contribuir para assegurar os direitos da criança, através da implementação de um conjunto de medidas locais, do reforçar dos direitos da criança na cultura organizacional do Município e das entidades com responsabilidades em áreas relacionadas com as crianças; da participação das crianças na vida da comunidade e de ações concertadas entre todos os atores com impacto na vida das crianças, incluindo sectores municipais, entidades públicas e privadas.

II.2. 3. SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Propor ao Ministério da Educação a constituição de um grupo de trabalho para reorganizar a rede educativa da Cidade, com o objetivo de racionalizar os recursos educativos existentes, superando a fragmentação e duplicação de redes de serviços e promovendo o envolvimento cooperativo entre instituições.
- Definir e executar um plano de requalificação de todas as escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário da Cidade, no âmbito da transferência de competências em curso por parte do Governo.
- Colaborar com os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas de modo a garantir a efetividade do perfil de competências a todos os alunos à saída da escolaridade obrigatória, nas vertentes cognitiva, social e pessoal.
- Valorizar o ensino secundário e a rede de escolas profissionais da Cidade, que têm uma oferta diversificada de percursos de educação e formação, em resposta aos desafios da globalização.
- Adequar a rede de oferta de ensino e formação profissional às necessidades da Cidade e da Região.
- Criar o Campus de Educação e Formação do Porto, em parceria com o Ministério da Educação e o IEFP.
- Criar uma rede de Escolas + Oportunidade para dar novas oportunidades a quem abandonou ou não concluiu com sucesso educativo a escolaridade básica.
- Alargar o Plano Municipal de Erradicação do Abandono e de Combate ao Absentismo Escolar aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e ao ensino secundário, bem como o Programa Municipal de Promoção do Sucesso Escolar – Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa e de Recuperação da Matemática, para promover o cumprimento de doze anos de escolaridade com sucesso.
- Reforçar, no âmbito o processo de transferência de competências, os recursos humanos não docentes.
- Dar uma especial atenção e apoio ao investimento em medidas, programas e projetos que promovam um ensino básico integrado, global e comum, capaz de combater o risco de insucesso escolar e a saída precoce dos alunos do sistema educativo e de assegurar o cumprimento dos doze anos de escolaridade obrigatória com êxito.
- Reforçar programas que permitam às escolas definir estratégias de diversificação pedagógica e promover uma maior ligação da escola à comunidade.

II.2. 4. ENSINO SUPERIOR

- Atribuir bolsas de estudo anuais para o ensino superior, em cooperação com as instituições de ensino superior privado da Cidade.
- Manter e reforçar a ligação com as Universidades, fomentando soluções de maior envolvimento com as escolas secundárias, as estruturas de formação profissional e o tecido social e económico.
- Prosseguir parcerias com a FAP – Federação Académica do Porto, especialmente em áreas que possam envolver os estudantes em atividades socioculturais e em medidas que visem a melhoria das condições de acolhimento dos estudantes vindos de fora, a inserção no mercado de trabalho e a fixação no Município.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- garantir a universalidade e a frequência da educação pré-escolar a todas as crianças
- alargamento da gratuitidade das refeições escolares no ensino pré-escolar e de 1º Ciclo
- melhoria contínua da educação na infância através da valorização dos recursos humanos e melhoria dos espaços educativos de forma inclusiva
- dotação de todas as salas de educação pré-escolar e de 1º Ciclo com recursos digitais
- alargamento gratuito do horário de funcionamento de todas as escolas do 1º Ciclo
- prosseguimento e reforço do investimento nas Atividades de Enriquecimento Curricular, no programa “Porto de Atividades”, no Plano Municipal de Erradicação do Abandono e de Combate ao Absentismo Escolar, nos apoios à educação especial e nos apoios à ação social escolar que se revelem necessários.
- desenvolvimento de programas educativos inovadores focados nos grandes desafios da atualidade

- reforçar o trabalho no âmbito do mecanismo de coordenação Porto Cidade Amiga das Crianças
- definição e execução de um plano de requalificação de todas as escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário da Cidade
- adequar a rede de oferta de ensino e formação profissional às necessidades da Cidade e da Região
- criar o Campus de Educação e Formação do Porto, em parceria com o Ministério da Educação e o IEFP
- criar uma rede de Escolas + Oportunidade
- promover o cumprimento de doze anos de escolaridade com sucesso, alargando programas municipais
- reforçar, no âmbito do processo de transferência de competências, os recursos humanos não docentes
- atribuição de bolsas de estudo anuais para o ensino superior

II. 3. INOVAÇÃO E TRANSIÇÃO DIGITAL

- Desenvolver o programa “Porto Digital+” com o objetivo de promover a utilização das tecnologias digitais como catalisadoras de “mais conhecimento”, “mais segurança”, e “mais desenvolvimento e inclusão”. O programa terá como base a disponibilização de acesso à Internet de banda larga a todos os cidadãos e visitantes da Cidade, nomeadamente através da expansão da rede “Porto Free Wi-Fi”, que tendencialmente garantirá pontos de acesso, no espaço público, a menos de 500 metros de distância. O programa “Porto Digital+” contemplará ainda um plano de ações que visem o aumento da literacia digital da sociedade, promovendo uma maior coesão social e abordando nomeadamente aspetos como a ética e os direitos digitais, ou ainda, o potencial da transição digital no desenvolvimento da sociedade.
- Desenvolver o Centro de Gestão Integrada de Segunda Geração, baseado no conceito de “gémeo digital” (digital-twin), que potencie a operação coordenada da Cidade melhorando a informação em tempo real e preditiva numa lógica de promoção do conceito de “data driven decision making” e que, ao mesmo tempo, garanta a abertura dos serviços desenvolvidos numa perspetiva de valorização transversal do conhecimento produzido, quer numa lógica de dados abertos, quer numa perspetiva de internacionalização. Neste eixo pretende-se garantir um alinhamento, e contributo ativo, com as várias iniciativas europeias nas áreas relacionadas com as Cidades e comunidades inteligentes, este alinhamento é fundamental para a avaliação e melhoria contínua do trabalho desenvolvido. O Centro de Gestão Integrada de segunda geração deverá ainda ser suportado pelo reforço no investimento na infraestrutura de sensorização da Cidade, assim como na infraestrutura de câmaras de monitorização de tráfego, que evoluirá no sentido de criar novos serviços orientados à vídeo-proteção em conjunto com a Polícia de Segurança Pública.
- Desenvolver o “Programa (re)Start”, que visa contribuir para o reforço da maturidade e aumento da capacidade de crescimento das start-ups da Cidade. Este programa complementar a iniciativa Scaleup Porto, e ambiciona criar condições para que empreendedores da Cidade transformem os desafios em oportunidades de novos negócios. Desta forma, o conceito de laboratório vivo ganha uma nova dimensão, uma dimensão de experimentação, fundamental para a criação de start-ups de elevada capacidade de crescimento e internacionalização.

- Desenvolver o programa de Serviços Digitais Partilhados que potencie a racionalização e utilização eficiente de recursos digitais na esfera municipal. A aposta passará pelo reforço das competências das equipas técnicas, e pela disponibilização de ferramentas especializadas que torne mais eficiente o desenvolvimento de serviços, assim como o aumento da resiliência das infraestruturas digitais críticas da Cidade, por exemplo, através da utilização da rede de fibra ótica da Cidade e centro de dados partilhado, assim como, através da utilização de metodologias de desenho de serviços ou outros serviços cujo potencial de partilha gere eficiências.
- Criação da Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação que desenvolva o conceito de “Inovação na Transformação da Cidade” e que promova a gestão da inovação e cocriação aberta baseada no conceito de “toolbox”, a ser implementado pela Porto Digital. A plataforma disponibilizada procurará garantir que o processo de inovação é contínuo, de grande impacto, e que acompanha a transformação diária da Cidade. Para atingir os objetivos propostos será disponibilizado investimento dedicado e recursos especializados. Assim, procura-se apostar na utilização da inovação como motor de desenvolvimento, garantindo uma resposta eficaz e abrangente aos principais desafios vividos.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- desenvolvimento do programa “Porto Digital+”, tendo como base a disponibilização de acesso à Internet de banda larga a todos os cidadãos e visitantes da Cidade em espaço público
- desenvolvimento do Centro de Gestão Integrada de Segunda Geração, potenciando a operação coordenada da Cidade e melhorando a informação em tempo real e preditiva, simultaneamente suportado por um reforço de investimento na infraestrutura de sensorização e monitorização de tráfego da Cidade
- desenvolvimento do “Programa (re)Start”, dirigido às start-ups da Cidade e complementado na iniciativa Scaleup Porto
- desenvolvimento do programa de Serviços Digitais Partilhados, potenciando a racionalização e utilização eficiente de recursos digitais na esfera municipal
- criação da Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação

ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- desenvolvimento de uma Agenda de Sustentabilidade inserida na estratégia económica da Cidade
- simplificação administrativa de toda a relação de licenciamento de atividades económicas na Cidade
- capitalização do trabalho da Divisão Municipal InvestPorto
- criação de uma ferramenta de informação da economia da Cidade (BIA Porto)
- criação de um Observatório de Talento e de uma Porto Skills Academy
- criação de um Programa Municipal de Imersão em Mercado de Trabalho durante o Verão dirigido a jovens entre os 15 e os 21 anos
- criação de um Conselho de Embaixadores da Cidade do Porto
- manter o Porto como o Concelho do País mais eficaz na obtenção de Fundos Europeus
- criação de zonas de crescimento turístico sustentável
- qualificação da oferta turística
- criação de um mediador do alojamento local em cada junta de freguesia
- criação de um observatório do Turismo com dados abertos para a Cidade
- prosseguimento da qualificação dos agentes do comércio tradicional da Cidade
- reforço da digitalização do comércio da Cidade
- garantia de proteção e salvaguarda das entidades que constituam uma relevante referência cultural ou social para a Cidade (através de um apoio de meio milhão de euros por ano)
- aposta na relação entre a produção agrícola de proximidade e a restauração da Cidade
- continuação do esforço de qualificação das feiras e mercados da Cidade
- criação de um recinto de feiras na Zona Oriental da Cidade (“feiródromo”)

ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO

- criação de observatório do Comércio com dados abertos para a Cidade
- garantir a universalidade e a frequência da educação pré-escolar a todas as crianças
- alargamento da gratuidade das refeições escolares no ensino pré-escolar e de 1º Ciclo
- melhoria contínua da educação na infância através da valorização dos recursos humanos e melhoria dos espaços educativos de forma inclusiva
- dotação de todas as salas de educação pré-escolar e de 1º Ciclo com recursos digitais
- alargamento gratuito do horário de funcionamento de todas as escolas do 1º Ciclo
- prosseguimento e reforço do investimento nas Atividades de Enriquecimento Curricular, no programa “Porto de Atividades”, no Plano Municipal de Erradicação do Abandono e de Combate ao Absentismo Escolar, nos apoios à educação especial e nos apoios à ação social escolar que se revelem necessários.
- desenvolvimento de programas educativos inovadores focados nos grandes desafios da atualidade
- reforçar o trabalho no âmbito do mecanismo de coordenação Porto Cidade Amiga das Crianças
- definição e execução de um plano de requalificação de todas as escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário da Cidade
- adequar a rede de oferta de ensino e formação profissional às necessidades da Cidade e da Região
- criar o Campus de Educação e Formação do Porto, em parceria com o Ministério da Educação e o IEFP
- criar uma rede de Escolas + Oportunidade
- promover o cumprimento de doze anos de escolaridade com sucesso, alargando programas municipais

ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO

- reforçar, no âmbito do processo de transferência de competências, os recursos humanos não docentes
- atribuição de bolsas de estudo anuais para o ensino superior
- desenvolvimento do programa “Porto Digital+”, tendo como base a disponibilização de acesso à Internet de banda larga a todos os cidadãos e visitantes da Cidade
- desenvolvimento do Centro de Gestão Integrada de Segunda Geração, potenciando a operação coordenada da Cidade e melhorando a informação em tempo real e preditiva, simultaneamente suportado por um reforço de investimento na infraestrutura de sensorização e monitorização de tráfego da Cidade
- desenvolvimento do “Programa (re)Start”, dirigido às start-ups da Cidade e complementado na iniciativa Scaleup Porto
- desenvolvimento do programa de Serviços Digitais Partilhados, potenciando a racionalização e utilização eficiente de recursos digitais na esfera municipal
- criação da Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação

EIXO III: AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

Os desafios ambientais e climáticos têm vindo a ganhar uma maior atenção por parte da população, despoletando grande preocupação e maior sentido de urgência, o que impele à ação por parte daqueles que têm responsabilidades de decidir em prol da Cidade. Sabendo que as alterações climáticas têm um quadro de impacto à escala planetária, é, no entanto, muito importante o papel e o contributo que as Cidades têm em fazer parte da resolução do problema, tomando decisões no sentido correto, apostando na melhoria ambiental, na descarbonização e na transição energética, concretizando uma Cidade com cada vez melhor qualidade de vida.

Estamos perante desafios globais que necessitam de uma articulada ação local no sentido de preservar a nossa “Casa Comum” e contribuir para salvaguardar os limites ambientais do nosso Planeta ao mesmo tempo que se garantem as bases sociais. Para tal, é crucial uma visão holística e transversal para a próxima década, envolvendo toda a gestão do Município a nível ambiental, económico, social assim como cultural

Este plano deverá dar continuidade à ambição climática municipal, revendo e consolidando as medidas da Estratégia Municipal iniciada em 2016 e estar alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, sendo acompanhado de uma monitorização clara e transparente sobre a sua evolução, avaliando o município no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alinhado com as melhores práticas internacionais.

O Porto tem assumido uma forte liderança nas temáticas ambientais, desenvolvendo projetos com impacto positivo nos últimos oito anos, reconhecidos nacional e internacionalmente, como comprova, a título de exemplo a liderança do Fórum do Ambiente da rede Eurocities, pelo segundo mandato consecutivo. Tornámos o Porto mais verde, abrindo novos parques e jardins, reabilitando grande parte dos existentes, apostando na descarbonização dos veículos ao serviço da Cidade, investindo numa mobilidade mais sustentável e de zero emissões, incentivando o bom uso de energia, assente na compra de energia 100% renovável e dando passos para produzirmos a nossa própria energia – limpa e renovável – que nos permite fechar o ciclo tornando a Cidade mais sustentável e resiliente.

Sublinhe-se ainda que o Porto tem hoje um programa visando tornar a Cidade mais circular, o Porto Circular 2030, que versa sobre as mais variadas oportunidades que a Cidade tem para proceder a uma mudança de paradigma, concretizando a transformação de uma economia linear numa economia mais circular. Os próximos 4 anos serão importantes para acelerar as medidas e os eixos de ação definidos neste roadmap, onde a Câmara Municipal desempenha um papel fundamental agindo e desenvolvendo medidas em parceria com outros stakeholders da Cidade.

III. 1. AMBIENTE

III.1. 1. MEDIDAS AMBIENTAIS DE CARÁTER ABRANGENTE

O caminho tem sido trilhado de forma segura, consciente e progressiva, com base numa estratégia consolidada de Cidade e que ganha nova ambição com o PDM recentemente aprovado. Nesse sentido, queremos continuar a expansão dos espaços verdes com base no novo PDM, fazendo uso de soluções de base natural, com novos parques urbanos e investindo nos jardins de proximidade que ganharam uma importância e reconhecimento ainda maiores por parte dos portuenses. Entre estes, muito em breve estará pronto o Parque Central da Asprela, atualmente em obra, e cuja concretização entre as forças vivas da Cidade – Câmara Municipal do Porto / Águas e Energia do Porto, Universidade do Porto e Politécnico do Porto – permitirão aos portuenses usufruir de um novo parque de 6 ha, que estará ao serviço da população e permitirá coser a malha do Pólo da Asprela, aproximando-o do verdadeiro Campus Universitário que a Cidade merece. Também em fase de conclusão está a intervenção em 10 hectares do Parque da Cidade, terceira e última fase, que remata este parque icónico da Cidade e que conclui a ligação à frente marítima, ao mesmo tempo que recupera parte da zona alcatroada do Queimódromo, reconquistando área permeável para o Parque. Na zona oriental da Cidade está ainda a nascer um novo parque urbano, num total de 4,6 hectares de área verde que estão inseridas na construção do novo Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), equipamento nevrálgico para a descarbonização da Cidade. A somar a estes projetos cuja obra os portuenses já podem acompanhar no terreno, confirmando a nossa capacidade de execução, temos novos projetos a desenvolver. Queremos, nos próximos 4 anos, concretizar o novo Parque da Lapa, o novo Parque da Alameda de Cartes e a requalificação do espaço público em Lordelo do Ouro. Queremos ainda recuperar o espaço da antiga Quinta de Salgueiros para aí estabelecer o Porto BioLAB, o primeiro Bosque Urbano do Porto, um espaço de conservação da biodiversidade e de prestação de serviços dos ecossistemas ao mesmo tempo que se abre parte do espaço para fruição pública, nomeadamente para a prática desportiva. Prosseguiremos com uma política de recuperação e reabilitação dos nossos jardins de proximidade como a Praça da República, que queremos ver em obra já em 2022, recuperando a sua traça histórica original, a Praça Francisco Sá Carneiro (Praça Velásquez), a Praça da Corujeira e o Jardim de Arca de Água, mas também olhando com redobrada atenção para espaços de proximidade menos conhecidos e ainda por desenvolver, como por exemplo, o jardim entre as ruas Senhora do Porto e Santa Luzia.

As árvores em espaço urbano desempenham muitas funções conhecidas como serviços ecológicos, sendo inúmeras as mais valias que representam em termos de saúde pública, biodiversidade e impacto visual positivo. Nos últimos anos temos dotado o Município dos meios adequados para mitigar riscos e diminuir os conflitos que o crescimento das árvores podem causar, intervindo não só na plantação de novas árvores procurando robustecer o coberto arbóreo, como também monitorizando o património arbóreo de forma próxima e com total transparência, publicitando todas as ações no site do Município. Na sequência do novo PDM e com base na nova estrutura ecológica municipal, desenvolveremos um Plano de Arborização com o principal objetivo de criar uma visão para a Cidade em termos de desenvolvimento arbóreo tendo em conta medidas táticas, intervenções nas ruas, escolha das espécies a plantar de acordo com o seu desenvolvimento, o tipo de arruamento e edificado pré-existente com o objetivo de possibilitar o crescimento e prolongar a sua vida útil, promovendo corredores verdes e a biodiversidade. De igual forma, continuaremos a densificar a floresta urbana nativa através do programa FUN Porto com a ambição de plantar mais de 10 mil árvores nos próximos anos, investindo na plantação de árvores de espécies autóctones na Cidade, aproveitando locais de menor conflito (como os nós das autoestradas), atribuindo árvores para plantação a portuenses com pequenos terrenos ou jardins privados e continuando a valorizar o respeito pelo património arbóreo classificado, dando-o a conhecer ao público e valorizando o nosso Viveiro Municipal, como estrutura-chave na produção de árvores e flores para embelezar a Cidade e ao mesmo tempo exportador de árvores para ações de plantação na Área Metropolitana do Porto, no âmbito do programa FUTURO – 100 mil árvores. Ainda no âmbito da promoção da biodiversidade, desenvolveremos um programa específico para polinizadores criando melhores condições na Cidade para o seu desenvolvimento. Fruto da nossa atenção e trabalho, temos verificado um paulatino crescimento da agricultura biológica, numa política importante de economia circular, alicerçada em recuperação de espaços municipais para hortas urbanas sempre que tal se afigure oportuno e possível, ao mesmo tempo que se têm desenvolvido parcerias para o seu desenvolvimento com outras entidades, nomeadamente com algumas IPSS e instituições de ensino superior. Nesse sentido, queremos continuar a desenvolver esta rede de hortas urbanas, procurando aumentar o número de talhões municipais e desenvolver, sempre que possível, parcerias para a sua implementação em espaços privados, devidamente integradas no Programa Horta à Porta da LIPOR.

A consciencialização das novas gerações para a importância dos temas relacionados com o ambiente tem muitas vezes dominado a agenda pública. Estes desígnios impelem-nos à ação, já aqui descrita com inúmeras medidas que queremos implementar, mas leva-nos ainda à importância crucial dos mais novos na mudança do mundo, especialmente nos assuntos em torno do ambiente. Nesta matéria, o município do Porto está dotado de espaços físicos dedicados à Educação Ambiental que contabilizam 5 centros de educação ambiental aos quais se soma o Pavilhão da Água, recentemente remodelado. Em média, anualmente, visitam o conjunto destes espaços mais de 100.000 pessoas, da Cidade do Porto e de municípios vizinhos. Entendemos a importância da melhoria contínua destes espaços, perspetivando assim a renovação profunda do Centro de Educação Ambiental do Covelo, com a construção de um novo espaço de apoio ao desenvolvimento destas atividades.

A disponibilidade de equipamentos para os mais novos é também um desígnio que temos assumido. Desde 2013 praticamente duplicamos o número de parques infantis existentes. Entendemos que este é o tempo certo para incrementar a oferta, com o compromisso de alargar a rede pública com mais parques infantis, alargando a cobertura existente.

Conscientes de que na construção e reabilitação teremos também de aproveitar para melhorar as condições dos nossos edifícios, este novo PDM inclui um instrumento único em Portugal que é o Índice Ambiental. Este Índice, que engloba um trabalho de várias vertentes do Conhecimento, irá incentivar a que os proprietários desse edificado adotem medidas que promovam a eficiência dos edifícios e a resiliência do território (medidas de eficiência energética como produção de energia limpa; criação de telhados verdes; incremento ou preservação da biodiversidade, apenas para ilustrar com alguns exemplos). Estas medidas terão sempre em conta as especificidades do nosso território, pois são diferentes as medidas bioclimáticas a adotar na Foz, no Centro ou na zona Oriental da Cidade.

Os espaços cemiteriais a cargo do Município têm vindo a recuperar a dignidade merecida. Tendo procedido à recuperação das Capelas dos Cemitérios do Prado do Repouso e do Cemitério de Agramonte, queremos agora intervir na área destinada ao Crematório Municipal tendo em vista a melhoria das condições do espaço, especialmente a zona dedicada à despedida dos familiares dos seus entes queridos, antecâmara do Crematório.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- cumprimento do Roadmap para a Economia Circular, tendo em vista um Porto mais Circular em 2030
- continuação da expansão dos espaços verdes de Cidade, reabilitar jardins de proximidade e desenvolver a arborização e a densificação da floresta urbana nativa
- desenvolvimento de um programa específico para polinizadores
- desenvolvimento e organização da rede de hortas urbanas
- novo centro de educação ambiental do Covelo
- alargamento da rede pública de parques infantis
- melhoria do Crematório Municipal

III.1. 2. GESTÃO DE RESÍDUOS E LIMPEZA PÚBLICA

Em matéria de gestão de resíduos e limpeza pública, orgulhámo-nos de poder dizer que tornámos o Porto mais limpo, com uma operação de recolha e limpeza melhor, mais eficiente e reconhecidamente mais sustentável. Foi possível, assim, melhorar todos os indicadores em termos de resíduos e reciclagem, sendo que a constituição da Porto Ambiente foi um marco fundamental. Esta empresa municipal, que atualmente detém o Selo de Qualidade da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos) – atribuído a apenas 7 dos 255 sistemas de gestão de resíduos existentes, foi uma aposta ganha e permitiu ao Executivo em funções a concretização das ambiciosas metas traçadas. No Porto anualmente, cerca de 99% dos resíduos são valorizados enviando para aterro menos de 1%. Todos os que são recolhidos separadamente dão origem a novos produtos seja pela valorização material quer seja pela valorização orgânica, os restantes são valorizados energeticamente.

“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.” – a expressão de Isaac Newton é lapidar para expressar o que ainda pode ser feito em matéria de resíduos e limpeza: construir sobre o bom trabalho que já foi desenvolvido pela Porto Ambiente. Assim, assumimos a vontade de continuar a manter como objetivo da nossa ação prestar um serviço de recolha de resíduos a um preço justo para as pessoas. Como tal, queremos manter o Porto como o município que tem a tarifa doméstica de resíduos mais baixa da região (área dos municípios Lipor), num sistema que seja sustentável.

Um Porto mais saudável, mais verde e sustentável exige medidas ousadas e arrojadas. Assim foi em 2015 quando abolimos o uso do glifosato na Cidade, medida respeitadora da segurança das nossas crianças e prudente no que diz respeito à saúde pública. Este foi um compromisso assumido que hoje aqui reafirmamos, em prol dos portuenses.

A monitorização da qualidade da limpeza é um tema no qual queremos trabalhar, criando indicadores e ferramentas que nos permitam, de forma mais ágil e rápida, intervir em determinadas ruas onde possa ter acontecido um fenómeno inesperado que tenha criado situações inesperadas em termos de limpeza pública, sempre numa lógica de melhoria contínua e de resposta aos desafios de uma Cidade dinâmica. A sustentabilidade da atividade da Porto Ambiente é um tema ao qual tem sido dedicada enorme atenção. A recente modernização da frota de veículos pesados de recolha de resíduos tornou-a mais amiga do ambiente, menos poluente e menos ruidosa. A nova frota, essencialmente movida a gás natural, deixa para trás uma frota antiga a diesel, trazendo benefícios em termos de menores emissões e menor ruído. Aos dias de hoje, mais de 75% dos resíduos são transportados em veículos a gás natural. O desafio que queremos assumir é continuar a trabalhar para a melhoria desta frota, através da incorporação de biogás nestes veículos pesados. Este biogás será proveniente de projetos desenvolvidos a partir dos biorresíduos recolhidos na Cidade, bem como de projetos de produção de biogás nas ETAR do Porto.

No que diz respeito à reciclagem, os bons resultados alcançados, superando as metas a que nos tínhamos comprometido, apenas nos motivam para elevar a fasquia e querer atingir maiores taxas de reciclagem. Para tal, pretendemos:

- Alargar a recolha seletiva de biorresíduos do Projeto Orgânico a toda a Cidade;
- Instalação de mais de 250 novos ecopontos;
- Alargamento dos projetos porta-a-porta domésticos e não domésticos;
- Eliminar todos os pontos de recolha de resíduos da Cidade sem oferta seletiva;
- Implementar um sistema de recolha seletiva de resíduos têxteis.

A reciclagem e o bom tratamento dos resíduos são muito relevantes, mas importa também tratar o problema dos resíduos na sua origem, isto é, incentivando a redução e a reutilização de recursos. Para tal, destacamos alguns programas importantes na promoção de uma economia mais circular, contribuindo para o desígnio Porto Cidade Circular 2030, nomeadamente a criação do Centro de Reutilização do Porto, um espaço físico dedicado à reutilização e reparabilidade, a ser criado no ecocentro da Prelada e um reforço da aposta nos programas de combate e redução do desperdício alimentar como o Dose Certa e o Embrulha., desenvolvidos em parceria com os restaurantes e outros espaços alimentares da Cidade do Porto.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- manutenção do Porto como o município com a tarifa doméstica de resíduos mais baixa da Região (área dos municípios Lipor)
- alargamento da recolha seletiva de biorresíduos do Projeto Orgânico a toda a Cidade
- prosseguimento da melhoria da frota de veículos de recolha de resíduos, através da incorporação de biogás nestes veículos pesados
- instalação de mais de 250 novos ecopontos
- alargamento dos projetos porta-a-porta domésticos e não domésticos, eliminar todos os pontos de recolha de resíduos da Cidade sem oferta seletiva e implementar um sistema de recolha seletiva de resíduos têxteis
- criação do Centro de Reutilização do Porto, espaço físico dedicado à reutilização e reparabilidade, no ecocentro da Prelada
- reforço da aposta nos programas de combate e redução do desperdício alimentar como o Dose Certa e o Embrulha., desenvolvidos em parceria com os restaurantes e outros espaços alimentares da Cidade do Porto

III.1. 3. CICLO URBANO DA ÁGUA

A Cidade do Porto é intensamente atravessada por cursos de água, ribeiras e rios entre os quais se destacam o Rio Douro e o Rio Tinto. Ao mesmo tempo, banhada pelo Oceano Atlântico, o Porto tem uma ligação umbilical à água criando as mais diversas oportunidades no seu uso correto, no consumo, na fruição e na promoção da biodiversidade.

A gestão da água em meio urbano é exigente e complexificou-se ao longo do tempo, exigindo maior preocupação e atenção por parte das entidades gestoras municipais. Essa tendência crescente tem assistido no Porto a uma resposta eficiente e eficaz, tendo sido assegurada nos últimos anos, de forma exemplar, pela empresa municipal Águas e Energia do Porto, sendo garante da qualidade da água do Porto e da boa prestação de serviços de distribuição de água e saneamento na Cidade.

Uma regulação mais escrupulosa do setor da água, o inevitável envelhecimento e desgaste das infraestruturas de água, a transição climática e energética, e os cada vez mais frequentes fenómenos climáticos extremos tais como o galgamento costeiro, a precipitação intensa em curtos períodos de tempo, os fenómenos de seca extrema, lançam exigentes e novos desafios só possíveis de ultrapassar alicerçando a experiência e os investimentos certos numa empresa com muito conhecimento no setor da água e que merece manter um elevado nível de qualidade ao serviço dos portuenses.

A continuidade do processo de redução da água não faturada, o controlo das aflúncias indevidas nos seus sistemas separativos, uma boa gestão das linhas de água e da frente marítima são algumas das prioridades a ter em atenção numa gestão inteligente do ciclo urbano da água. Ao mesmo tempo, é importante garantir a capacidade de mitigação dos efeitos das alterações climáticas e o aumento da resiliência das infraestruturas às ocorrências mais frequentes de fenómenos extremos.

Neste cenário, é nossa prioridade manter a tarifa da água como uma das mais baixas da região, promovendo o acesso a um preço justo a este precioso bem por parte dos portuenses e incentivando ao seu correto uso. Os consumidores estão cada vez mais cientes da importância da boa gestão da água e exigentes no serviço prestado pelo que continuaremos a investir em plataformas de atendimento cada vez mais eficientes.

O programa Beba Água do Porto crescerá com novos bebedouros que incentivem o uso da nossa água que é de excelência e qualidade reconhecidas, adaptando ou colocando novos mecanismos que permitam encher garrafas reutilizáveis, promovendo o consumo de água e diminuindo a utilização excessiva de plástico de uso único.

Continuaremos a dar passos seguros na inovação necessária do setor. Projetos como o novo Complexo de Tratamento de Águas Residuais do Porto, onde se pretende produzir energia (biogás), perspetivando a reutilização das águas cinzentas para rega ou lavagem de pavimentos, bem como a venda de subprodutos e da economia na aquisição de reagentes, serão essenciais para ampliar a capacidade de investimento e de circularidade.

Queremos desenvolver uma crescente sensorização e digitalização transversal à exploração das redes. Os dados gerados nos vários pontos da Cidade potenciarão um acelerador inteligente de informação, capaz de dotar o Município de conhecimento útil para promover ações de manutenção preventivas, intervenções calendarizadas mais efetivas, ao mesmo que potencia um melhor serviço prestado ao cidadão.

Apostaremos no desenvolvimento de projetos que valorizem a qualidade dos cursos de água, designados espaços azuis, em conjugação com os espaços verdes e tendo por base soluções de base natural. Isto implica o desenvolvimento de projetos de reabilitação e renaturalização de ribeiras, trazendo linhas de água à superfície, sempre que tal se afigure possível e exequível. Exemplo destas intervenções são a renaturalização das ribeiras da Manga e da Asprela, no novo Parque Central da Asprela cujas obras já decorrem.

Continuaremos a aposta num controlo apertado dos cursos de água da Cidade, com monitorização permanente da qualidade dos nossos rios e ribeiras, nomeadamente com a intervenção de guarda-rios, profissão que recuperámos e que tem sido fundamental na deteção de focos de poluição e descargas ilegais que prontamente são penalizadas, tendo em vista a salvaguarda do património natural do Porto.

Continuaremos a apostar na nossa frente marítima com a valorização das Praias do Porto, agora que a gestão das zonas balneares está completamente a cargo do Município. 2021 foi o primeiro ano em que a limpeza das praias esteve sob a nossa responsabilidade, notando-se um investimento muito superior ao que era efetuado. Em linha com este tratamento de alta qualidade, queremos continuar a apostar na gestão criteriosa deste território de excelência que ainda tem muito para crescer em termos de qualidade. Estamos fortemente empenhados em que o projeto do exutor da Riguinha seja implementado já a partir do próximo ano, naquele que é um esforço conjunto com o Município de Matosinhos, APDL e APA, prevendo um trabalho de despoluição da bacia da ribeira, mas assumindo o exutor como a medida de contingência que terá de existir durante essa despoluição, que como sabemos tem prazos mais alargados. Este trabalho permitirá resolver os problemas com a qualidade da água da Praia Internacional, permitindo alcançar o objetivo de termos todas as praias no Porto com bandeira azul.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- manutenção da tarifa da água como uma das mais baixas da Região
- aumento da disseminação do programa Beba Água do Porto (expansão da rede de bebedouros públicos e mecanismos que permitam encher garrafas reutilizáveis)
- criação do novo Complexo de Tratamento de Águas Residuais do Porto, inovando na produção de energia (biogás) e promovendo a reutilização de águas cinzentas para rega e lavagem de pavimentos
- desenvolvimento de uma crescente sensorização e digitalização transversal à exploração das redes
- desenvolvimento de projetos de reabilitação e renaturalização de ribeiras, trazendo linhas de água à superfície (sempre que tal se afigure possível e exequível) e continuar o controlo apertado dos cursos de água da Cidade, com monitorização permanente da qualidade dos nossos rios e ribeiras, nomeadamente via intervenção de guarda-rios
- apostar na nossa frente marítima com a valorização das Praias do Porto, agora que a gestão das zonas balneares está completamente a cargo do Município
- incentivo e contribuição ativa para o avanço do projeto do exutor da ribeira da Riguiha num esforço conjunto com o Município de Matosinhos, APDL e APA que permitirá resolver os problemas da qualidade da água da Praia Internacional e alcançar o objetivo de bandeira azul em todas as praias do Porto

III. 2. ENERGIA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A transição energética é um eixo determinante nas políticas de descarbonização, contribuindo de forma determinante para a mitigação das alterações climáticas. Hoje, fruto dos desenvolvimentos recentes que culminaram com a constituição da Empresa Municipal Águas e Energia do Porto, o Município tem à sua disposição um instrumento de gestão capaz e robusto para um desenvolvimento e implementação mais rápida das políticas públicas no contexto da energia e transição energética justa. Esta verdadeira empresa de utilities do Município permitirá consolidar e expandir as intervenções da Câmara Municipal tendo em vista uma maior produção renovável e uso criterioso de energia, gerando poupanças financeiras e ambientais em prol de um futuro melhor para todos os portuenses.

A matriz energética do Porto aponta para que 56% das emissões sejam provenientes dos edifícios. Como tal, este deve ser um setor prioritário na intervenção do município. Assim sendo, propomos a criação de um novo serviço de apoio ao cidadão focado no edificado habitacional, criando mecanismos para ajudar os munícipes a melhorar as condições de habitabilidade e eficiência energética das casas em que vivem. Um programa desta natureza tem múltiplas vertentes de intervenção, contribuindo simultaneamente para reduzir a pobreza energética no território, aumentar a literacia energética dos cidadãos, promover o aumento da eficiência energética dos edifícios e as energias renováveis, contribuindo para a descarbonização. Este programa deverá desenvolver-se através da criação de um instrumento financeiro “Fundo Porto Verde” que permita financiar intervenções que resultem numa melhoria da eficiência energética do edificado e conseqüente diminuição de emissões.

O desenvolvimento da primeira Comunidade de Energia Renovável (CER) na Cidade do Porto é um marco muito importante na verdadeira (r)evolução energética que vem sendo promovida no Município do Porto. A somar a esta, já a ser desenvolvida no Bairro Agra do Amial e que servirá de exemplo ao futuro modelo a implementar, queremos expandir este conceito potenciando a criação de novas comunidades num total de 6MW fotovoltaicos, resultado do somatório do conjunto dos diversos painéis fotovoltaicos que queremos instalar nos telhados dos edifícios de habitação social de gestão municipal. Promoveremos, ainda e sempre que possível, a produção de energia renovável para autoconsumo em todos os edifícios municipais, elevando a resiliência energética da Cidade que se converterá, tão rapidamente quanto possível, em ganhos ambientais e financeiros a favor da Cidade do Porto.

A mobilidade elétrica tem ganho protagonismo e destaque na Cidade do Porto, impulsionada pelos exemplos positivos que o Município tem promovido, nomeadamente na eletrificação da sua frota de veículos ligeiros. Neste aspeto, assumimos o compromisso de aumentar a percentagem de veículos elétricos na frota municipal de forma sustentável, contribuindo para uma frota ambientalmente melhor, mas ao mesmo tempo financeiramente equilibrada. Assim sendo, propomos também aumentar a rede de carregadores elétricos disponível na Cidade para os munícipes, bem como potenciar novas soluções de carregamento de veículos elétricos.

Tendo em vista a neutralidade carbónica da Cidade antes de 2050 e o cumprimento dos 60% de redução de emissão de gases de efeito de estufa (face aos dados de 2004) no Porto até 2030, queremos tornar as atividades da autarquia neutras em carbono, tão rápido quanto possível, promovendo as seguintes ações, para lá das elencadas anteriormente:

- Garantir que os novos edifícios públicos sejam eficientes energeticamente e tendencialmente Zero Energy Buildings ou promotores de energia positiva (positive energy blocks);
- Promover a requalificação dos edifícios existentes de acordo com as diretivas para a eficiência energética tendo em vista os nZEB (near Zero Energy Buildings);
- Manter a compra exclusiva de energia limpa, 100% de origem renovável certificada.

Todas as iniciativas municipais terão no Centro Transição Energética do Porto, recentemente inaugurado, o seu espaço de comunicação com o cidadão numa lógica de envolver a comunidade nestes grandes desafios.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- criação de um novo serviço de apoio ao cidadão focado no edificado habitacional orientado para mecanismos de ajuda aos munícipes em matéria de condições de habitabilidade e eficiência energética das casas em que vivem e de redução da pobreza energética do território
- desenvolvimento da primeira Comunidade de Energia Renovável (CER) na Cidade do Porto tendo em vista o alargamento deste modelo a outras áreas da Cidade
- produção de energia renovável para autoconsumo em todos os edifícios municipais, aumentar a percentagem de veículos elétricos na frota municipal de forma sustentável e tornar as atividades da autarquia neutras em carbono, tão rápido quanto possível
- aumento da rede de carregadores elétricos disponível na Cidade para os munícipes, bem como potenciar novas soluções de carregamento de veículos elétricos
- garantia de que os novos edifícios públicos sejam energeticamente eficientes e tendencialmente Zero Energy Buildings ou promotores de energia positiva (positive energy blocks) e promover a requalificação dos edifícios existentes de acordo com as diretivas para a eficiência energética tendo em vista os nZEB (near Zero Energy Buildings)
- manutenção da compra exclusiva de energia limpa, 100% de origem renovável certificada

III. 3. ELEMENTOS TRANSVERSAIS DA QUALIDADE DE VIDA URBANA

III.3. 1. JUVENTUDE

A presença ativa de jovens numa Cidade, dela fruindo e sobre ela intervindo, é quiçá a componente mais relevante da sua qualidade de vida e capacidade de atração. Porque investir na juventude é investir na criatividade e inovação, é investir numa Cidade mais atrativa, dinâmica, justa e sustentável para as atuais e futuras gerações.

O compromisso assumido com os jovens e com as organizações representativas da juventude foi o de que as políticas municipais e os programas direcionados para os jovens assumiriam uma perspetiva transversal abrangendo diversas áreas, tais como; educação, emprego, ensino superior, habitação, qualidade de vida, desporto, cultura, ambiente, mobilidade, ação social, sustentabilidade, inclusão, entre outras. Assim, nos últimos anos o trabalho desenvolvido foi o de concretizar a transversalidade das políticas municipais de juventude num processo de cocriação e de incentivo à participação jovem, sob o lema, “de, para e com os jovens”.

Reforçamos a afirmação do Porto como Cidade educadora e universitária, com o lançamento da plataforma Study in Porto, numa plataforma de informação online para todos os jovens em mobilidade, nacional ou internacional que queiram vir estudar para a nossa Cidade. O Andante gratuito foi estendido aos jovens estudantes da Cidade até aos 18 anos de idade, que passaram a ter acesso gratuito a transportes públicos do sistema intermodal Andante para três zonas distintas; reconhecemos o mérito escolar com o Prémio Rumo à Excelência, promovemos campos de férias. Atraímos empresas e emprego qualificado. Apoiamos a reintegração de jovens NEET (Not in Employment, Education or Training) em diversos programas formativos municipais. Apoiamos diversas organizações de juventude, designadamente através do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense e da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto.

O alojamento para os jovens estudantes do ensino superior é um tema que acompanhamos com particular atenção, projetos como Monte Pedral e Morro da Sé são exemplo disso. No primeiro projeto, para além de estar prevista a construção do maior projeto de habitação acessível anunciado no país, vai ser edificada uma residência para estudantes com cerca de 100 camas e no segundo estima-se que a residência de estudantes possa vir a ter aproximadamente 120 camas.

Garantimos uma discriminação positiva na candidatura a habitações a rendas controladas por parte de jovens casais, nomeadamente nos concursos públicos para o arrendamento acessível de fogos reabilitados no Centro Histórico. E o Porto com Sentido - Programa de Habitação a preços acessíveis na Cidade do Porto - adotou critérios de preferência para a atração de casais jovens.

O cartão PORTO., que garante descontos nos espetáculos do Teatro Municipal do Porto e no acesso às piscinas municipais, além de outras vantagens associadas, está disponível para todos os munícipes com domicílio fiscal na Cidade e para estudantes com quarto ou casa arrendada na nossa Cidade.

O Conselho Municipal da Juventude atingiu um recorde de participação quer no que respeita ao número de sessões realizadas num mandato, quer de participação ativa de conselheiros e observadores organizações-membro. Em abril de 2021, coorganizamos o primeiro Encontro Nacional de Conselhos Municipais da Juventude, que contou com mais 320 jovens, e lançamos a reflexão sobre a modernização dos Conselhos Municipais da Juventude.

Aprovamos a Estratégia da Juventude do Porto 4.0, documento diretor das políticas municipais de juventude, a qual, após um longo período de auscultação, participação e construção com os jovens, cocriamos. Este foi um processo aberto a todos os jovens da Cidade, resultou de um conjunto de atividades de auscultação aos jovens e encerra os princípios orientadores, a missão, a visão, os objetivos, as metas e ações e atividades concretas para ativar essa mesma Estratégia.

Queremos assim consolidar o posicionamento do Porto como uma Cidade amiga dos jovens, amplificar a juventude e reforçar a voz dos jovens na participação democrática através da utilização das «ferramentas» previstas na Estratégia da Juventude do Porto 4.0, que consistem num conjunto de 50 ações, programas e atividades relacionadas com 5 áreas-chave de atuação: promoção de atividades de aprendizagens para a cidadania ativa; comunicação eficaz com os jovens; apoio a organizações de juventude; promoção de uma maior e efetiva aproximação dos jovens às instituições democráticas; desenvolvimento de atividades com interesse e relevância para os jovens e, sempre que possível, fazê-lo em conjunto, em parceria, com os jovens e com as organizações de jovens.

Esta metodologia e resultados são o espelho da forma como queremos continuar a desenvolver o nosso trabalho em prol da juventude da nossa Cidade nos próximos anos, com conhecimento da realidade e preocupações dos jovens, privilegiando a sua colaboração e participação, adaptando princípios e boas práticas de trabalho e de aprendizagem não-formal, fazendo uma avaliação e melhoria contínua.

O trabalho que pretendemos desenvolver resultará do contacto próximo com os diversos agentes que integram o ecossistema de juventude de que dispomos na Cidade do Porto. Contamos com a presença de mais de 100 organizações de juventude, entre as quais organizações de relevo no domínio regional e nacional e, também, organizações de âmbito local que desenvolvem um trabalho muito meritório e com impactos muito significativos na comunidade. Continuaremos a aprofundar a relação da autarquia com as organizações juvenis presentes na Cidade do Porto e potenciar a cocriação, implementação e avaliação das políticas e os programas na área da juventude. Como tal, a participação jovem e a aproximação dos jovens às instituições democráticas da Cidade constituem uma prioridade, numa clara aposta na colaboração, diálogo construtivo, codecisão, cocriação no desenvolvimento do trabalho na área da juventude.

- (I) Acesso à habitação e promoção da fixação de jovens na cidade: Isenção do IMI para jovens até aos 35 anos pelo período de 3 anos adicionais aos 3 anos do regime geral. No caso de jovens com filhos, a isenção é alargada a 5 anos.
- (II) Empregabilidade jovem: garantir o acesso a serviços de exploração/orientação vocacional e gestão de carreira para todos os jovens do Porto. Apoiar os jovens a desenvolverem competências digitais de empreendedorismo e inovação. Apoiar os jovens a reforçarem competências de empregabilidade, potenciando o emprego digno e inclusivo dos jovens, contribuindo para o acesso ao primeiro emprego, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens.
- (III) Aprendizagens de qualidade: apoiar a integração dos estudantes do ensino secundário e ensino superior na Cidade; envolver os jovens em atividades de aprendizagem não-formal, apoiar os jovens a desenvolverem competências pessoais, sociais e de aprender a aprender.
- (IV) Diversidade e igualdade de oportunidades (sempre com o objetivo último de combater a exclusão social e todas as formas de desigualdade e discriminação, promovendo a efetivação do direito à igualdade e inclusão social de todos os jovens): aumentar as ações desenvolvidas por jovens e organizações de juventude para promover a diversidade e a igualdade de oportunidades, garantir o acesso a oportunidades de trabalho com jovens nas sete freguesias do Porto, apoiar os jovens a desenvolverem competências para os Direitos Humanos; aumentar as atividades comunitárias desenvolvidas por jovens e organizações de juventude.
- (V) Ambiente e desenvolvimento sustentável: desenvolver com jovens campanhas de sensibilização ambiental. Envolver os jovens em ações de sensibilização ambiental. Aumentar a quantidade de organizações de juventude verdes e amigas do ambiente.
- (VI) Participação jovem (sempre com o objetivo de promover práticas multinível inclusivas, participadas e participativas, com vista à consolidação da cidadania e ao reforço institucional das políticas municipais de juventude): modernizar o Conselho Municipal da Juventude; apoiar os jovens a desenvolverem competências de cidadania; reforçar as capacidades de colaboração, inovação e sustentabilidade das organizações de juventude; reforçar o acesso a informação estimulante e de qualidade dirigida aos jovens.

(VII) Outras ações e medidas a considerar:

- Promover uma ação anual de início de ano letivo junto da comunidade estudantil (incluindo alunos Erasmus) para sensibilização da importância do associativismo juvenil/estudantil.
- Alargar os projetos e programas direcionados para a promoção do empreendedorismo para os jovens dos ensinos secundário e superior e dirigentes das associações juvenis.
- Reforçar a ligação entre a autarquia e os estudantes do ensino secundário, nomeadamente, através do investimento na capacitação das associações de estudantes.
- Apoiar o desporto universitário, na sua vertente formal, e investir na promoção do desporto informal junto dos mais jovens.
- Promover o desenvolvimento de projetos de impacto comunitário junto de crianças e jovens em risco de exclusão social e/ou insucesso escolar.
- Apoiar o programa “Aconchego”, uma iniciativa que tem como objetivo promover o bem-estar dos seniores e suas famílias, através do alojamento de jovens universitários nas suas residências.
- Apoiar o crescimento do programa “FAP no bairro” cujo propósito é a intervenção social através dos estudantes da Academia que prestam serviço de voluntariado em comunidades mais fragilizadas e vulneráveis.
- Prosseguir políticas de discriminação positiva na candidatura a habitações a rendas controladas por parte de jovens casais que se pretendam estabelecer em determinadas zonas do concelho.
- Continuar a promover, em parceria com as instituições de ensino superior, soluções de alojamento mais abrangentes e mais amplas para os jovens estudantes que procuram instalar-se na Cidade.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- Isenção do IMI para jovens até aos 35 anos pelo período de 3 anos adicionais aos 3 anos do regime geral. No caso de jovens com filhos, a isenção é alargada a 5 anos.
- apoio à empregabilidade jovem
- estímulo a aprendizagens de qualidade
- promoção da diversidade e igualdade de oportunidades
- realização de campanhas de sensibilização ambiental
- fomento da participação jovem através da modernização do conselho municipal da juventude e desenvolvimento de competências de cidadania
- concretização de diversas medidas de política, designadamente discriminação positiva na candidatura a habitações a rendas controladas por parte de jovens casais que se pretendam estabelecer nas determinadas zonas do Concelho
- promoção, em parceria com as instituições de ensino superior, de soluções de alojamento mais abrangentes e mais amplas para os jovens estudantes
- reforçar a ligação entre a autarquia e os estudantes do ensino secundário, nomeadamente, através do investimento na capacitação das associações de estudante
- apoio às organizações de juventude

III.3. 2. DESPORTO

O desporto e a atividade física são fatores determinantes na construção de uma Cidade que se quer mais coesa, inclusiva, moderna e sustentável.

Continuamos empenhados em promover o acesso da prática desportiva a um número cada vez maior de pessoas, desenvolvendo uma cultura desportiva assente na inclusão, igualdade e pluralidade. O desporto não melhora apenas o bem-estar físico e psicológico das pessoas, mas também ajuda a ultrapassar questões sociais relevantes tais como a exclusão social, as desigualdades, o racismo, a xenofobia, desempenhando, ainda, um importante papel na formação e educação dos jovens e contribuindo para a qualidade de vida dos mais seniores.

Nos últimos anos, o desporto e a atividade física têm registado um grande desenvolvimento na Cidade do Porto, com a criação de novas infraestruturas desportivas e a renovação das existentes, a realização de novos programas desportivos informais, muitos deles de cariz inovador e inclusivo e a aposta em eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, com relevante impacto económico.

Queremos continuar a apostar no desporto e na consciencialização dos portuenses para a prática regular do exercício físico, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo comportamentos sedentários, promovendo a saúde e o bem-estar dos nossos munícipes independentemente de idade, género ou condição.

Com um plano ambicioso, reconquistamos anos de atraso, revolucionando o parque desportivo, investindo não só na recuperação e modernização da rede municipal de piscinas, pavilhões e grandes campos, mas também lançando um ambicioso conjunto de investimentos para a ampliação da oferta municipal, com a construção de novos campos.

Porque queremos uma Cidade cada mais ativa, saudável e inclusiva, promovemos o uso dos parques e jardins como espaços privilegiados para a prática informal e regular da atividade física, proporcionando aulas gratuitas a milhares de crianças, jovens e adultos em toda a Cidade.

As boas práticas implementadas pela Câmara Municipal do Porto a nível de equipamentos e programas desportivos, antes e durante a pandemia, valeram as distinções nas categorias “Campos de Férias do Ano 2019” e “Intervenção Covid-19 no Desporto Ano 2020”, as quais evidenciam o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela autarquia, quer na gestão e adaptação do parque desportivo ao atual contexto pandémico, quer na reformulação/implementação de programas de atividade física face a esta nova realidade.

Paralelamente, diversificamos a oferta desportiva e influenciámos novos comportamentos, promovendo novas modalidades urbanas, utilizando o poder do desporto como instrumento poderoso de inclusão social e coesão territorial, nomeadamente, através do programa “Desporto no Bairro”, cujo sucesso superou todas as expectativas em termos de adesão.

Duplicamos o investimento nos escalões de formação e no desporto adaptado e não abdicamos de valorizar o desporto de alta competição, que passará a contar com uma Bolsa de Apoio para jovens de elevado potencial desportivo.

Nos últimos anos, reforçámos o ecossistema desportivo da Cidade e estreitamos parcerias com o movimento associativo, a rede escolar e as juntas de freguesia da Cidade, numa aposta que se traduziu num aumento do número de atletas que praticam atividade física e desportiva de forma regular e orientada.

Foi ainda desenvolvida uma plataforma digital que possibilita o acesso à informação dos mais de 300 equipamentos desportivos atualmente existentes na Cidade e de 200 modalidades desportivas, um atlas desportivo municipal digital que agrega toda a oferta desportiva da Cidade, com informação sobre todos os clubes e entidades desportivas sedeadas no Porto.

Partindo destes grandes pressupostos, e da prática política levada a cabo nos dois mandatos precedentes, a nossa proposta de atuação para os próximos quatro anos será estruturada em torno dos seguintes tópicos:

(I) prosseguir a “revolução” em curso no parque desportivo da Cidade, através da concretização de investimentos em novas infraestruturas desportivas:

- grandes projetos: o Campo Municipal do Outeiro, a construção de um Parque Urbano com um Campo Municipal, com dimensões oficiais, bancadas, ambos em Paranhos; o novo Campo Desportivo Municipal de Justino Teixeira, em Campanhã; a ampliação do atual Parque Desportivo de Ramalde/INATEL e a criação de um Parque Urbano, com valências desportivas, entre os quais um Campo Municipal de futebol de 11 e diversos de equipamentos de apoio na Foz;
- construir um Pavilhão Municipal Multiusos, com capacidade para acolher eventos desportivos de grande dimensão, nomeadamente jogos internacionais nas mais diversas modalidades desportivas, que será, ainda, a casa municipal de vários desportos como o futsal, basquetebol, andebol, voleibol, atividades gímnicas diversas, entre outras;
- novo polo desportivo para a prática de desportos radicais (skate e pump track) na Zona Oriental da Cidade;
- centro de apoio aos desportos náuticos na frente-mar, contribuindo assim para a dinamização das modalidades de surf, surf paddle, bodyboard, entre outras;
- alargamento da oferta de espaços destinados à prática desportiva informal na Cidade, através da criação e/ou requalificação de pequenos espaços multidesportivos, tais como recantos com tabelas de basquete, ringues existentes no espaço público e percursos pedestres nos parques municipais;
- equipamentos desportivos ao ar livre, na frente ribeirinha e outras zonas da Cidade, potenciando o usufruto do espaço público e promovendo o convívio e a atividade física;

(II) prosseguir a renovação permanente dos equipamentos desportivos: o parque desportivo municipal continuará a ser permanentemente renovado e atualizado, de modo a oferecer as melhores condições de conforto e segurança para a prática desportiva dos seus milhares de utentes diários; a par da aposta na requalificação e manutenção preventiva das infraestruturas existentes, o Município continuará também a investir na otimização de recursos, na utilização mais sustentável das suas infraestruturas, na eficiência ambiental e energética de cada um dos seus equipamentos, mas também na garantia de melhores condições de mobilidade e acessibilidade para todos os cidadãos;

(III) reforçar o apoio ao associativismo: os últimos anos têm sido de crescente reconhecimento da importância e valorização do movimento associativo da nossa Cidade. Dada a proximidade aos cidadãos, o movimento associativo é parte do suporte da oferta cultural, social, recreativa e desportiva na Cidade, promovendo a crescente oferta de atividades e fomentando hábitos de cidadania ativa. Reconhecendo o papel estratégico que as coletividades e clubes assumem nesse desenvolvimento, o Município tem vindo a criar diversos instrumentos de apoio que suportam a sua atividade regular ao nível do desenvolvimento do desporto e da prática desportiva à generalidade da população da Cidade; normalizadas que foram as relações com os clubes e associações desportivas da Cidade – desde a mais pequena associação de bairro aos maiores clubes da Cidade –, e estabelecida uma relação de maior proximidade com todos os agentes desportivos, a grande prioridade neste novo ciclo é reforçar ainda mais o apoio ao associativismo e ao ecossistema desportivo da Cidade, simplificando e incrementando o relacionamento com os agentes desportivos, tendo presente que o atual momento exige uma resposta ainda mais vigorosa que permita colmatar vulnerabilidades e atender às situações de maior emergência decorrentes da crise pandémica. Assim, teremos:

- transformação em medida regular e anual do Programa Retoma Desporto, abrindo a cada início de época um novo pacote de apoio à aquisição de material e equipamento desportivo aos clubes e associações desportivas da Cidade;
- continuada inclusão de um eixo específico destinado ao Desporto no Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, apoiando projetos diversos e de melhoria de infraestruturas;
- continuado pagamento integral das inscrições dos atletas de formação de diversas modalidades desportivas federadas, incluindo o desporto adaptado, continuando a alargar o número de modalidades apoiadas e contribuindo decisivamente para o aumento dos praticantes das camadas jovens;
- continuado apoio à atividade desportiva regular e às iniciativas dos clubes desportivos, associações, federações e grupos informais;

(IV) criar uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento e elevado potencial desportivo, tendo por objetivo não só criar condições para a sua evolução e realização plena, mas também possibilitar a sua participação em grandes provas e campeonatos internacionais, incluindo os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos;

(V) alargar e reforçar os programas informais de atividade física: os programas gratuitos de prática desportiva informal e regular têm sido um sucesso crescente, beneficiando milhares de crianças, jovens e adultos em toda a Cidade; é, por isso, nosso objetivo alargar a oferta dos programas desportivos municipais existentes a novas zonas da Cidade, reforçando os índices de atividade física e prática desportiva ao ar livre; paralelamente, vão ser criados novos programas inclusivos, especificamente dirigidos a crianças, seniores e pessoas com deficiência, criando oportunidades adequadas para a prática desportiva de todas as gerações; vamos também dedicar especial atenção a programas de atividade física para idosos, que permitam melhorar a sua mobilidade e proporcionar maior convívio, combatendo o isolamento social e promovendo os laços entre gerações;

Evoluindo as motivações para a prática de desporto ao longo da vida, com perda de importância nos mais idosos (onde o sedentarismo é naturalmente mais prevalente), vamos desenvolver um plano para a promoção de estilos de vida saudável e um programa de sensibilização para reforçar a importância da prática da atividade física informal e do envelhecimento ativo, estabelecendo protocolos com autoridades e entidades da área da saúde (cardiologia, diabetes, oncologia) e em cooperação com as juntas de freguesia e instituições de desenvolvimento social, aproveitando estruturas desportivas de proximidade existentes. Assim como reforçar e alargar o âmbito do programa municipal “No Porto a Vida é Longa” a novas atividades e a novos espaços, municipais e privado, trabalhar com as universidades sénior, reconhecendo o seu papel de valorização da população a que se destinam e o seu contributo para o envelhecimento ativo, desenvolver um novo programa municipal destinado aos mais jovens (visando capacitá-los para a utilização autónoma e utilitária da bicicleta na Cidade e promovendo simultaneamente a adoção de hábitos de mobilidade ativos e sustentáveis) e duplicar o número de vagas disponíveis nos programas de férias municipais, dando assim resposta à grande procura deste programa desenvolvido durante as pausas letivas e que continua a ser referenciado como um dos melhores campos de férias a nível nacional;

(VI) Dar um novo impulso à inclusão pelo desporto, a concretizar junto de crianças e jovens em situação vulnerável e em contextos desfavorecidos, partindo da experiência proveniente do programa “Desporto no Bairro” (desenvolvido em vários bairros da Cidade com o envolvimento de parceiros desportivos locais); trata-se de um programa pioneiro a nível nacional que tem lançado sementes transformadoras na vida de centenas de crianças e jovens, combatendo desigualdades profundas, estimulando a sua criatividade, potenciando novas aprendizagens e competências sociais, promovendo valores como a tolerância e a solidariedade, diluindo barreiras culturais e abrindo novos caminhos para a profissionalização através do desporto; este caminho precursor iniciado pelo Município do Porto ao nível da promoção e

valorização dos desportos urbanos – como o breaking, o skate, o surf e o street basquete, entre outras – será, de resto, potenciado ainda mais neste próximo ciclo autárquico com o lançamento do primeiro grande festival de desportos urbanos a nível nacional, contribuindo, assim, para o alargamento da sua base de recrutamento e a promoção da diversidade desportiva na Cidade, especialmente junto dos mais jovens e através de modalidades incluídas no programa olímpico;

(VII) captar grandes eventos de referência nacional e internacional na área do desporto e da alta competição, aproveitando o trabalho realizado nos últimos anos em que o Município do Porto reforçou ainda mais a sua atratividade e a sua capacidade organizativa, para além do natural apoio aos grandes eventos desportivos internacionais que o Porto acolhe regularmente (grandes finais de competições europeias de clubes e seleções no futebol e noutras modalidades que naturalmente acrescem valor económico, social e desportivo à Cidade) e do continuado trabalho de articulação com as federações desportivas nacionais, clubes, associações desportivas e outros parceiros para atrair eventos de dimensão nacional ou mundial de reconhecido interesse para o desenvolvimento da Cidade, da Região e do próprio País;

(VIII) divulgar e abrir, a quem nos visita em qualquer dimensão turística, o vasto programa de eventos desportivos da Cidade e estabelecer parcerias com diversos clubes e promotores internos e externos para o desenvolvimento de um Plano Estratégico nesta vertente, por forma a também promover internacionalmente a Cidade neste eixo; na mesma linha, procurar complementar a visita de todos os que vêm ao Porto incentivados pela oferta desportiva (através do acesso a um conjunto alargado de experiências para viajantes individuais e respetivas famílias, se for o caso, e através de uma estratégia de proximidade e direcionada aos diferentes participantes), além de promover o Porto como Cidade de Desporto nos vários eventos e feiras internacionais onde a Cidade está atualmente presente;

(IX) criar um Conselho Consultivo do Desporto, visando implementar uma nova e ambiciosa estratégia de desenvolvimento desportivo a médio/longo prazo, envolvendo todos os agentes desportivos da Cidade na definição, implementação e monitorização das futuras políticas desportivas municipais, de modo a ajustar as propostas às novas tendências e à realidade de cada momento e de cada território; será um espaço de debate e de diálogo, de participação democrática por parte de movimento associativo e personalidades de reconhecido mérito desportivo.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- construção de novas infraestruturas desportivas, como campos desportivos, um novo pavilhão multiusos, um novo polo desportivo para a prática de desportos radicais, um centro de apoio a desportos náuticos bem como novos espaços destinados à prática desportiva informal
- continuidade da renovação dos equipamentos desportivos
- reforço do apoio ao associativismo desportivo
- criação de uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento e elevado potencial desportivo
- alargamento e reforço dos programas informais de atividade física, nomeadamente destinados a séniores
- impulso à inclusão pelo desporto (a partir do programa “Desporto no Bairro”)
- captação de grandes eventos desportivos de referência nacional e internacional
- criação de um Conselho Consultivo do Desporto

III.3. 3. SEGURANÇA DOS CIDADÃOS

O Porto é reconhecidamente uma Cidade segura, assim contribuindo para um dos ativos mais relevantes do posicionamento do País numa matéria que é, por razões que será despidiendo enumerar, uma das mais sensíveis aos olhos do mundo e de quem o pretende percorrer sem atropelos para trabalhar ou visitar.

Não obstante, e rechaçando securitarismos improcedentes, queremos manter uma vigilância neste domínio de alta volatilidade e imprevisibilidade por forma a assegurar aos cidadãos da Cidade uma continuada tranquilidade no seu modo de vida.

(I) Sistema de vídeo-proteção da Cidade – a Câmara Municipal do Porto, em estreita colaboração com as forças de segurança, deu já início a dois projetos para a instalação de um sistema de vídeo-proteção da Cidade que contempla uma vertente de security, naturalmente relacionada com fenómenos de segurança/insegurança e de implicação criminal, a assegurar pelas forças de segurança, e uma vertente de safety que o sistema proporcionará para a análise e resposta de situações cuja competência é do Município (como incêndios, fenómenos naturais, incidentes intimamente relacionados com proteção civil, mobilidade, estacionamento abusivo, ocupação ilícita do espaço público e limpeza urbana).

Este sistema, integrado no Centro de Gestão Integrada da Cidade, irá permitir um maior acompanhamento securitário da Cidade, nas suas diversas componentes, assumindo-se como um instrumento estruturante para o reforço da manutenção da tranquilidade pública e de proteção das comunidades locais.

(II) Reforço e continuidade do serviço de guarda-noturno – este serviço foi caindo em desuso ao longo dos últimos anos, fruto da ausência de um quadro legislativo e regulamentar atrativo para o desempenho da profissão. Em estreita colaboração com a Associação Nacional de Guarda Noturnos, associações de moradores e juntas de freguesia, foi possível desenvolver um projeto-piloto para a criação de onze zonas de atuação para serviço de guarda-noturno.

Constituindo um complemento à ação das forças de segurança através do patrulhamento e vigilância ativa nas respetivas áreas de atuação o serviço de guarda-noturno assume particular relevância pela sua proximidade às comunidades locais, pretendendo-se intensificar a sua presença na Cidade através da consolidação das zonas de atuação já criadas e da criação de novas zonas de atuação.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- prosseguimento da instalação de um sistema de vídeo-proteção da Cidade para a PSP
- criação de novas zonas de atuação para serviço de guarda-noturno

III.3. 4. BEM-ESTAR ANIMAL

O bem-estar animal tem sido uma aposta presente no nosso projeto. A obra feita comprova isso mesmo, nomeadamente a construção de um novo e moderno Centro de Recolha Oficial de Animais, que encerrou um antigo canil com mais de 80 anos. Este novo equipamento dispõe das mais modernas funcionalidades, ao nível das melhores práticas existentes.

A eles somam-se dois parques caninos, inéditos até então na Cidade e o desenvolvimento de programa CED (Captura-Esterilização-Devolução) para colónias de gatos tem sido implementado por meio de colaboração com várias associações zoófilas de reconhecido mérito da Cidade.

Um Porto amigo dos animais é, assim, um desígnio que incorporamos na qualidade de vida da Cidade e que vamos continuar a desenvolver.

- (I) Alargar a rede de parques caninos na Cidade;
- (II) Apostar em campanhas contínuas de promoção de adoção de animais do CROA, apostando na dimensão de comportamentalismo animal e sensibilizando para a adoção com responsabilidade;
- (III) Continuar políticas CED, controlando a proliferação de gatos na Cidade;
- (IV) Prosseguir a aposta num caminho de atuação conjunta que vem sendo seguido em matéria de alastramento das gaivotas na Área Metropolitana do Porto (visando conhecer melhor os seus hábitos e monitorizar o seu comportamento, assim como desenvolver com equipas especializadas um trabalho de mitigação do seu comportamento e nidificação a nível dos concelhos marítimos), um problema que só poderá ser debelado com envolvimento de vários concelhos.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- alargamento da rede de parques caninos na Cidade
- aposta em campanhas contínuas de promoção de adoção de animais do CROA, privilegiando a dimensão de comportamentalismo animal e uma sensibilização para a adoção com responsabilidade
- continuação de políticas CED, controlando a proliferação de gatos na Cidade

III.3. 5. GOVERNAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

O excesso de burocracia é reconhecidamente uma principais chagas das sociedades menos desenvolvidas, mas também das sociedades modernas menos dinâmicas no plano da organização da respetiva sociedade civil e das suas reivindicações junto dos poderes públicos. E o bom funcionamento destes, a sua eficácia e transparência organizacionais, acabam por constituir um elemento determinante do equilíbrio social. Eis uma matéria em que o Porto deu passos absolutamente decisivos nos anos mais recentes.

Com efeito, nos últimos anos foi dado um salto enorme na prestação de serviços ao Município, num projeto que designamos por Gabinete do Município de Nova Geração. Esta fase avançada do Gabinete do Município incluiu o desenvolvimento de diversas vertentes (internas e externas), entre as quais se destacam: a implementação da Linha Porto. (220 100 220) que passou a centralizar todo o atendimento telefónico ao cidadão; a digitalização total dos processos do Município internamente, quer na relação com o Município, com especial destaque para a área do Urbanismo onde toda a tramitação passou a ser digital – da origem até ao final dos processos; a implementação de um novo Portal do Município, moderno e atualizado, com uma navegação mais intuitiva e facilitada, entre outras medidas.

O esforço de digitalização demonstrou a sua enorme utilidade durante os períodos de confinamento na pandemia. Importa agora reforçar e evoluir nesta tendência, especialmente numa nova fase nos formulários online que se podem submeter, melhorando a informação que é prestada sobre o processo interno e melhorando a transparência e eficácia do mesmo. A evolução destes serviços passa, naturalmente, pelo reforço da comodidade do utilizador no seu acesso. Assim, importa potenciar um reforço do atendimento nos canais online e telefónico, mais práticos e simples, não descurando os utilizadores que tendo maiores dificuldades no acesso a estes canais ou em processos mais complexos possam continuar a usar o canal presencial.

Internamente, hoje já existem plataformas de gestão de ocorrências que já dão informação ao Município sobre o estado de tratamento dos seus pedidos e situações reportadas nos serviços. Comprometemos-nos, agora, a passar a fase seguinte agilizando a forma como o município pode fazer essa participação através de novos métodos digitais.

Em termos de transparência no Recrutamento continuaremos a aposta no desenvolvimento das próximas fases da Plataforma de Recrutamento, instrumento pioneiro a nível autárquico, que contribuiu para a transparência dos processos e atratividade dos candidatos. Esta plataforma tornou o processo de recrutamento acessível a qualquer pessoa, independentemente da geografia ou condição, reforçando, assim, a igualdade de oportunidades, a transparência e a desburocratização do processo de recrutamento no Município, reduzindo substancialmente a utilização de papel.

O lançamento do Cartão PORTO. foi um sucesso. Nos próximos 4 anos, e finda a pandemia, teremos todas as condições para ainda chegar a mais portuenses num cartão que será também mais digital, dando-lhes condições únicas para usufruírem da Cidade, seja no desporto, na cultura, nos transportes ou em outras iniciativas e parcerias a criar e potenciar. O Cartão Porto. será um verdadeiro elo de ligação com todos os munícipes da Cidade.

Em vários momentos ao longo deste documento foram mencionadas interações com os cidadãos ou outras entidades. É importante salientar que continuaremos a dar especial importância ao tema da Proteção de Dados Pessoais, onde temos feito um caminho exemplar, precursor e proativo, sempre na salvaguarda dos direitos daqueles que por qualquer razão necessitem de interagir com o Município, vivam ou não na Cidade do Porto. É responsabilidade da nossa atuação enquanto entidade pública a salvaguarda dos direitos e liberdades que hoje cada vez mais temos de preservar.

Aprofundar mais e mais será o nosso lema no próximo quadriénio.

(I) Reforçar e fazer evoluir os canais digitais do Município, implementando uma nova fase nos formulários online que se podem submeter, melhorando a informação que é prestada sobre o processo interno e melhorando a transparência e eficácia do mesmo.

(II) Agilizar a forma de reporte de ocorrências por parte dos munícipes, através de novos métodos digitais.

(III) Potenciar acrescidamente o Cartão PORTO. como verdadeiro elo de ligação do Município com todos os munícipes da Cidade, tornando-o mais digital e criando condições únicas para usufruírem da Cidade, seja no desporto, na cultura, nos transportes ou em outras iniciativas e parcerias a criar e potenciar.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- reforço e evolução dos canais digitais do Município.
- melhorar a informação prestada ao munícipe contribuindo para uma maior transparência sobre os processos internos em termos de informação e tempos de resposta.
- potenciação acrescida do Cartão PORTO.

AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- cumprimento do Roadmap para a Economia Circular, tendo em vista um Porto mais Circular em 2030
- continuação da expansão dos espaços verdes de Cidade, reabilitar jardins de proximidade e desenvolver a arborização e a densificação da floresta urbana nativa
- desenvolvimento de um programa específico para polinizadores
- desenvolvimento e organização da rede de hortas urbanas
- novo centro de educação ambiental do covelo
- alargamento da rede pública de parques infantis
- melhoria do Crematório Municipal
- manutenção do Porto como o município com a tarifa doméstica de resíduos mais baixa da Região (área dos municípios Lipor)
- alargamento da recolha seletiva de biorresíduos do Projeto Orgânico a toda a Cidade
- prosseguimento da melhoria da frota de veículos de recolha de resíduos, através da incorporação de biogás nestes veículos pesados
- instalação de mais de 250 novos ecopontos
- alargamento dos projetos porta-a-porta domésticos e não domésticos, eliminar todos os pontos de recolha de resíduos da Cidade sem oferta seletiva e implementar um sistema de recolha seletiva de resíduos têxteis
- criação do Centro de Reutilização do Porto, espaço físico dedicado à reutilização e reparabilidade, no ecocentro da Prelada
- reforço da aposta nos programas de combate e redução do desperdício alimentar como o Dose Certa e o Embrulha., desenvolvidos em parceria com os restaurantes e outros espaços alimentares da Cidade do Porto
- manutenção da tarifa da água como uma das mais baixas da Região

AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

- aumento da disseminação do programa Beba Água do Porto (expansão da rede de bebedouros públicos e mecanismos que permitam encher garrafas reutilizáveis)
- criação do novo Complexo de Tratamento de Águas Residuais do Porto, inovando na produção de energia (biogás) e promovendo a reutilização de águas cinzentas para rega e lavagem de pavimentos
- desenvolvimento de uma crescente sensorização e digitalização transversal à exploração das redes
- desenvolvimento de projetos de reabilitação e renaturalização de ribeiras, trazendo linhas de água à superfície (sempre que tal se afigure possível e exequível) e continuar o controlo apertado dos cursos de água da Cidade, com monitorização permanente da qualidade dos nossos rios e ribeiras, nomeadamente via intervenção de guarda-rios
- apostar na nossa frente marítima com a valorização das Praias do Porto, agora que a gestão das zonas balneares está completamente a cargo do Município
- incentivo e contribuição ativa para o avanço do projeto do exutor da ribeira da Riguiña num esforço conjunto com o Município de Matosinhos, APDL e APA que permitirá resolver os problemas da qualidade da água da Praia Internacional e alcançar o objetivo de bandeira azul em todas as praias do Porto
- criação de um novo serviço de apoio ao cidadão focado no edificado habitacional orientado para mecanismos de ajuda aos munícipes em matéria de condições de habitabilidade e eficiência energética das casas em que vivem e de redução da pobreza energética do território
- desenvolvimento da primeira Comunidade de Energia Renovável (CER) na Cidade do Porto tendo em vista o alargamento deste modelo a outras áreas da cidade
- produção de energia renovável para autoconsumo em todos os edifícios municipais, aumentar a percentagem de veículos elétricos na frota municipal de forma sustentável e tornar as atividades da autarquia neutras em carbono, tão rápido quanto possível
- aumento da rede de carregadores elétricos disponível na Cidade para os munícipes, bem como potenciar novas soluções de carregamento de veículos elétricos

AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

- garantia de que os novos edifícios públicos sejam energeticamente eficientes e tendencialmente Zero Energy Buildings ou promotores de energia positiva (positive energy blocks) e promover a requalificação dos edifícios existentes de acordo com as diretivas para a eficiência energética tendo em vista os nZEB (near Zero Energy Buildings)
- manutenção da compra exclusiva de energia limpa, 100% de origem renovável certificada
- Isenção do IMI para jovens até aos 35 anos pelo período de 3 anos adicionais aos 3 anos do regime geral. No caso de jovens com filhos, a isenção é alargada a 5 anos
- apoio à empregabilidade jovem
- estímulo a aprendizagens de qualidade
- promoção da diversidade e igualdade de oportunidades
- realização de campanhas de sensibilização ambiental
- fomento da participação jovem através da modernização do conselho municipal da juventude e desenvolvimento de competências de cidadania
- concretização de diversas medidas de política, designadamente discriminação positiva na candidatura a habitações a rendas controladas por parte de jovens casais que se pretendam estabelecer nas determinadas zonas do Concelho
- promoção, em parceria com as instituições de ensino superior, de soluções de alojamento mais abrangentes e mais amplas para os jovens estudantes
- reforçar a ligação entre a autarquia e os estudantes do ensino secundário, nomeadamente, através do investimento na capacitação das associações de estudante
- apoio às organizações de juventude
- construção de novas infraestruturas desportivas, como campos desportivos, um novo pavilhão multiusos, um novo polo desportivo para a prática de desportos radicais, um centro de apoio a desportos náuticos bem como novos espaços destinados à prática desportiva informal

AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

- continuidade da renovação dos equipamentos desportivos
- reforço do apoio ao associativismo desportivo
- criação de uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento e elevado potencial desportivo
- alargamento e reforço dos programas informais de atividade física, nomeadamente destinados a séniores
- impulso à inclusão pelo desporto (a partir do programa “Desporto no Bairro”)
- captação de grandes eventos desportivos de referência nacional e internacional
- criação de um Conselho Consultivo do Desporto
- prosseguimento da instalação de um sistema de vídeo-proteção da Cidade para a PSP
- criação de novas zonas de atuação para serviço de guarda-noturno
- alargamento da rede de parques caninos na Cidade
- aposta em campanhas contínuas de promoção de adoção de animais do CROA, privilegiando a dimensão de comportamentalismo animal e uma sensibilização para a adoção com responsabilidade
- continuação do desenvolvimento de políticas CED, controlando a proliferação de gatos na Cidade
- reforço e evolução dos canais digitais do Município
- melhorar a informação prestada ao munícipe contribuindo para uma maior transparência sobre os processos internos em termos de informação e tempos de resposta
- potenciação acrescida do Cartão PORTO.



EIXO IV: URBANISMO E HABITAÇÃO

Nos últimos quatro anos, o quadro de desenvolvimento do território do Porto alterou-se profundamente. A recente aprovação do novo Plano Diretor Municipal (PDM), amplamente debatido com a Cidade num processo transparente, participado e democrático, levou à adoção de novos paradigmas de desenvolvimento urbanístico e dotou o município de um conjunto de novos instrumentos que permitirão enfrentar com redobrada confiança os desafios que hoje se colocam às Cidades.

A reabilitação urbana continua a ser uma prioridade no Porto. Mas se dantes ela se limitava ao centro da Cidade, hoje é entendida de modo mais integrado, tendo-se alargado a Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas noutros territórios para além do Centro Histórico.

Ao mesmo tempo, a par desse eixo estratégico, outros foram definidos no novo PDM, que assumiu como prioritária a qualificação de todo o território municipal, nas suas múltiplas vertentes: reabilitação, regeneração e nova construção. Essa alteração de paradigma levou à definição de cinco domínios prioritários que irão nortear o desenvolvimento territorial do Porto na próxima década: o ambiente, a habitação, a mobilidade, o património e a economia.

Uma vez fixado o quadro normativo e de referência para o desenvolvimento urbanístico da Cidade, depois de reforçados os instrumentos de coesão territorial, de reabilitação urbana e de competitividade económica do Porto, importa agora preparar a Cidade para a recuperação do vigor e do dinamismo que a caracterizaram nos anos anteriores à atual pandemia. O primeiro objetivo do nosso programa político é, portanto, recuperar o futuro que a Cidade estava a saber construir antes da paragem forçada a que todos fomos obrigados. Esse desígnio político é-o também no que ao desenvolvimento do território diz respeito.

Assim, a proposta que fazemos à Cidade nos domínios do urbanismo e da habitação para os próximos quatro anos desdobra-se em três grandes objetivos: a regeneração da Cidade, a qualificação do ambiente urbano e a adoção de uma gestão moderna e transparente.

Deste modo, o nosso programa para o Urbanismo e Habitação acessível contempla um conjunto de ações estratégicas que irão desenvolver e expandir a agenda reformista que temos vindo a implementar nos últimos anos; são projetos de curto, médio e longo prazo, que irão contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos e para a recuperação económica pós-pandemia, mas que acima de tudo contribuirão para o desenvolvimento futuro da nossa Cidade.

IV. 1. UMA CIDADE REGENERADA

IV.1. 1. REFORÇO E QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE HABITAÇÃO ACESSÍVEL

Os dados projetados pelo INE indicam que a perda populacional que a Cidade tem sofrido continuamente desde os anos 80 estancou em 2017, ano em que o Porto teria ganho população pela primeira vez em quarenta anos. É uma boa notícia, que reforça o objetivo que tem norteado as políticas urbanísticas que temos implementado: a recuperação demográfica da Cidade a médio prazo. A primeira dessas políticas diz respeito à habitação, de importância capital num município cujo parque habitacional público é o maior do País.

A Câmara Municipal do Porto é senhoria de 13% da população do município, sendo proprietária de mais de 13.000 fogos distribuídos por toda a Cidade. Nos últimos quatro anos o executivo municipal acelerou a reabilitação desse imenso parque habitacional, dessa forma promovendo a qualidade de vida dos seus cidadãos e reforçando a coesão social e territorial.

Apesar da resposta de largo espectro do Município destinada aos estratos mais vulneráveis da população, a verdade é que a conjuntura internacional e nacional, aliada ao dinamismo económico sem paralelo que a Cidade atravessava antes da pandemia, levou a uma acentuada subida dos preços da habitação, tal como sucedeu nas maiores Cidades portuguesas e europeias. Esse aumento de preços foi muito superior à recuperação dos rendimentos das famílias portuguesas, que praticamente estagnaram nos últimos anos. Tal desfazamento tem vindo a provocar uma dificuldade crescente no acesso à habitação por parte da classe média, o que levou à definição e implementação de uma nova política municipal de habitação acessível destinada aos portuenses de rendimentos intermédios cujos resultados já se têm vindo a sentir, com a entrega de mais de uma centena de fogos arrendados abaixo do preço de mercado só no último ano.

A política municipal de habitação acessível que propomos é de variada escala e múltiplos âmbitos, desdobrando-se em vários eixos e convocando vários agentes. Em primeiro lugar, propõe a promoção de novos fogos em propriedades municipais, através de investimento público ou em parceria com a iniciativa privada, com projetos de grande escala ou disseminados pela Cidade em pequenas parcelas reabilitadas.

No que respeita aos principais projetos de habitação nova, importa referir os seguintes:

- Operação de Lordelo do Ouro, integrada num grande projeto de requalificação urbanística e ambiental com mais de 90.000 m² de área de intervenção, que transformará o território entre o Fluvial e Serralves e entre o Parque da Pasteleira e o Campo Alegre numa área qualificada, integrando a renaturalização da Ribeira da Granja, um novo parque urbano, uma nova estrutura de mobilidade e cinco novos edifícios de habitação com renda acessível;
- Operação do Monte Pedral, em Cedofeita, correspondente à transformação da área do antigo Quartel de Serpa Pinto numa nova centralidade, com a construção de novos edifícios de habitação, de serviços e de comércio, a reabilitação do edifício principal do quartel, e a construção de raiz de duas praças e um arruamento entre as ruas da Constituição e Egas Moniz;
- Operação do Monte da Bela, em Campanhã, que contribuirá para a transformação da freguesia mais oriental na Cidade de Futuro que aí estamos a construir, juntamente com os investimentos já em curso no Terminal Intermodal de Campanhã, no antigo Matadouro Municipal e na requalificação da Praça da Corujeira e ruas circundantes;
- Operação das Antas, no Bonfim, que prevê a promoção de habitação acessível em parcelas municipais integradas no Plano de Pormenor das Antas;
- Operação da Lapa, em que se destinará um conjunto de parcelas municipais aí localizadas para a construção ou reabilitação de fogos com renda acessível, contribuindo dessa forma para a regeneração de uma área significativa no centro da Cidade.

A par da construção de novos fogos, a reabilitação do edificado é um dos eixos fundamentais no aumento da oferta de habitação para a classe média. A municipalização da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, resgatada ao Estado Central ao fim de cinco longos anos de persistência, permitiu inverter a política de alienação dos fogos devolutos que vinha acontecendo, que são agora destinados à reabilitação para arrendamento acessível.

Os fogos disponíveis no património municipal, juntamente com as propriedades da Porto Vivo SRU, bem como aquelas que o município tem vindo a adquirir um pouco por toda a Cidade, constituem hoje um conjunto de ativos estratégicos cuja reabilitação está em curso e permitirá a disseminação de fogos com renda acessível um pouco por toda a Cidade, fixando as populações e regenerando o território.

Apesar do volume de investimento previsto e da quantidade de projetos em implementação ou planeados, sem paralelo neste século, o sucesso da nova Política Municipal de Habitação Acessível não depende apenas do investimento municipal. O problema da habitação é complexo, multifacetado, e só terá resolução se for mobilizado um conjunto alargado de instrumentos e iniciativas, sem dogmas ou espartilhos ideológicos, de forma objetiva e pragmática. A nossa proposta política pretende mobilizar todos os agentes urbanos, desde o Estado ao terceiro sector, desde a academia aos investidores privados.

No que diz respeito a parcerias com entidades públicas, importa referir o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido junto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IRHU), designadamente no que respeita à construção de novos fogos em instalações militares desativadas ou noutras parcelas devolutas cuja propriedade ainda é do Estado.

Outra parceria que iremos desenvolver diz respeito ao problema específico das residências de estudantes, que constituem parte importante da população flutuante do Porto. Iremos, a este respeito, promover parcerias com a Academia, maximizando as possibilidades de financiamento que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) prevê, em particular para a construção de duas novas residências de estudantes no Morro da Sé e no Monte Pedral. Tais operações permitirão distribuir a habitação estudantil para além dos polos universitários, contribuindo para o rejuvenescimento de áreas significativas da Cidade.

Finalmente o último eixo da política de habitação acessível do município é o do apoio à iniciativa privada. Numa Cidade como o Porto, consolidada, com pouca propriedade pública disponível, a promoção de parcerias com o setor privado é fundamental para o rápido incremento da oferta de nova habitação. A esse respeito importa referir o programa Porto com Sentido, cujo sucesso se mede pelas largas dezenas de casas entregues em poucos meses de existência, que propomos reforçar no seu orçamento e âmbito. Para além do objetivo de mobilização de fogos existentes para o mercado de arrendamento acessível, já contemplado pelo programa, somar-se-á a construção de novos fogos destinados ao arrendamento acessível, através de investimento privado, mas utilizados pelo município mediante acordos de parceria.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- promoção de novos fogos com renda acessível em terrenos municipais: operação de Lordelo do Ouro; operação do Monte Pedral; operação do Monte da Bela; operação das Antas; operação da Lapa
- reabilitação para arrendamento acessível de imóveis municipais
- construção de novos fogos em instalações militares desativadas ou noutras parcelas devolutas do Estado, em parceria com o IHRU
- construção de novas residências de estudantes no Morro da Sé e no Monte Pedral, em parceria com a Academia
- incentivo à iniciativa privada para construção de habitação acessível: benefícios fiscais e urbanísticos; reforço do programa Porto com Sentido

IV.1. 2. APROFUNDAMENTO DE UM MODELO SUSTENTÁVEL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Uma das prioridades assumidas no nosso programa eleitoral diz respeito à coesão territorial e social. O desenvolvimento sustentado do Porto depende de uma atenção dedicada aos territórios com desafios e potencialidades específicos e, nesse sentido, desde há oito anos que a Zona Oriental do Porto foi escolhida como área prioritária de intervenção. Antes, nunca essa área da Cidade tinha merecido a atenção que lhe era devida por parte da Câmara Municipal, que nos últimos quatro anos lançou o maior pacote de investimentos de que há memória, muitos já implementados ou com obras no terreno, outros ainda já planeados, programados ou projetados.

Um dos principais projetos em curso, já com concurso lançado, será a nova ponte rodoviária sobre o Douro entre o Freixo e Vila Nova de Gaia. Associada a essa ponte, propomos a construção de um novo acesso entre a cota baixa e a cota alta, ligando a marginal fluvial do Freixo ao novo Terminal Intermodal de Campanhã. Em conjunto, as duas obras reforçarão as condições de mobilidade interna e de interligação de todo o território oriental com a Área Metropolitana, contribuindo decisivamente para a transformação da zona ribeirinha do Freixo, uma área com elevado potencial de desenvolvimento e de qualificação urbanística.

Mais a norte, perto do centro cívico da freguesia, está em curso aquele que será, provavelmente, o projeto com maior potencial de transformação de Campanhã: a reconversão do antigo Matadouro Municipal num equipamento inovador, que cruzará a instalação de novas empresas de base tecnológica com uma extensão do museu da Cidade e da galeria municipal e com espaços relacionados com a ação social do município. O programa desta nova centralidade materializa e interseja todos os domínios do nosso manifesto eleitoral: a coesão, a economia, a cultura e a sustentabilidade. O futuro Matadouro será o novo ex-libris da Cidade, justamente localizado a oriente, e constituirá um centro de atividade económica, cívica e cultural com relevância nacional.

Associado a esse novo equipamento propomos o desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento urbanístico em São Roque, nos terrenos da antiga estação de recolha da STCP, recentemente adquiridos pelo município. O desenvolvimento urbanístico dessa vasta área, em conjunto com o Matadouro e a Praça da Corujeira reabilitada, constituirá um polo de atividade urbana e uma nova centralidade a oriente, estruturada por um parque verde público central, ladeado por novas construções multifuncionais.

Entre o Matadouro e a Estação de Campanhã localiza-se outro dos projetos estruturantes propostos no nosso manifesto: a reconversão da área em redor da Rua Justino Teixeira e da Avenida 25 de Abril numa área de atividade económica e de serviços. A regeneração que propomos para essa área permitirá a reconversão de um vasto território hoje largamente devoluto ou ocupado por antigas fábricas desativadas num polo de emprego e de inovação, potenciada pela proximidade do Terminal Intermodal de Campanhã, cuja construção está em vias de terminar.

No extremo norte da freguesia de Campanhã localiza-se um dos maiores projetos de transformação que propomos em toda a Cidade: o projeto de desenvolvimento urbanístico de Contumil. A vasta área a poente da estação ferroviária de Contumil é atualmente uma das maiores bolsas de terrenos livres do município, servida por duas estações de metro, atualmente subaproveitadas. Para o seu desenvolvimento propomos uma estrutura urbana em redor de um novo parque de proximidade e um corredor verde, ladeados por áreas de serviços e de habitação. A proximidade ao campus universitário da Asprela, o “bairro do conhecimento e da inovação” do Porto, será um fator que contribuirá decisivamente para a transformação desse território.

No extremo mais oriental do município, propomos a expansão do Parque Oriental, na continuidade do projeto concluído no presente mandato, integrando novas áreas verdes e a estruturação do território de acordo com um plano a ser elaborado no próximo mandato autárquico. Esse plano complementar a requalificação dos espaços públicos de Azevedo de Campanhã, cujos projetos estão terminados e cujo início de obra está para muito breve.

Integrado nesta estratégia de desenvolvimento a médio prazo, propomos que a Câmara Municipal prepare a transferência para Campanhã da maioria dos seus serviços técnicos, instalando-os num edifício municipal construído de raiz que, usufruindo da rede de mobilidade intermodal que estamos a construir, irá reforçar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos, contribuindo ao mesmo tempo para a coesão da cidade e o reforço da base económica a oriente.

Para além de Campanhã, a nossa proposta contempla o desenvolvimento de outras áreas, para onde se propõem novos projetos de desenvolvimento e regeneração urbanística. No que respeita à área central da Cidade, reveste-se de importância estrutural a construção do Parque da Lapa, uma nova área verde de proximidade, entre a rua da Boavista e a Rua de Cervantes, nas imediações da linha de metro e da Praça da República. Esta será a maior área verde a construir no centro da Cidade que, a par das operações de reabilitação e construção de habitação, transformará o coração do Porto num território reabilitado e requalificado.

Na freguesia de Ramalde propomos a concretização do novo parque linear ao longo da Ribeira da Granja, entre a Circunvalação e a nova sede da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, na Prelada, constituindo no futuro um corredor ecológico que enquadrará os novos empreendimentos que aí têm vindo a ser construídos. Essa área verde, juntamente com o Parque da Prelada, será a peça fundamental da estrutura ecológica da área norte da Cidade. Finalmente, ainda em Ramalde, propõe-se a elaboração de um projeto de requalificação do espaço público da Zona Empresarial do Porto, reforçando dessa forma a atratividade da área como polo privilegiado para fixação de novas empresas e atividades.

Para a área de Lordelo do Ouro, para além das operações relacionadas com a habitação acessível, a prioridade é o desenvolvimento de um projeto de regeneração urbana dos terrenos do Aleixo, para onde se propõe a construção de novas frentes urbanas ladeando um novo parque público de proximidade, bem como o reforço da oferta habitacional com novas capacidades construtivas para o município, de acordo com o previsto do novo PDM.

Nas freguesias mais ocidentais, a prioridade de desenvolvimento de novas áreas urbanas vai para a concretização da Avenida Nun'Alvares e respetiva urbanização, um projeto com mais de 60 anos que tem agora reunidas as condições para a sua concretização, graças ao novo PDM e à conjuntura favorável que o Executivo municipal soube criar. Para lá da função estruturante que a nova Avenida vai assumir na mobilidade da parte ocidental da Cidade, a reformulação do projeto original de acordo com diretrizes mais consentâneas com a envolvente próxima permitirá a criação de um trecho urbano de grande qualidade, integrando equipamentos de uso público e áreas verdes de proximidade na Ervilha e em Nevogilde.

Finalmente, tendo em vista a eficácia da gestão do território e a defesa de valores patrimoniais e paisagísticos, propomos reivindicar junto do Estado Central a gestão do território ribeirinho sob jurisdição da APDL - Administração dos Portos do Douro, de Leixões, e Viana do Castelo -, naquela que será uma ação de verdadeira descentralização territorial que permitirá um maior escrutínio e alinhamento das ações urbanísticas que se desenvolvem nessas áreas com as opções politicamente legitimadas da Autarquia.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- prioridade à Zona Oriental do Porto:
- nova ponte rodoviária sobre o Douro, incluindo o novo acesso entre a cota baixa e a cota alta
- reconversão do antigo Matadouro Municipal
- Projeto Urbano de São Roque/Corujeira - UOPG 11 do novo PDM
- reabilitação da Praça da Corujeira e ruas adjacentes
- reconversão da área em redor da Rua Justino Teixeira e da Avenida 25 de Abril em uma área de atividade económica e de serviços
- projeto de desenvolvimento urbanístico de Contumil - UOPG 8 e 9 do novo PDM
- expansão do Parque Oriental
- requalificação dos espaços públicos de Azevedo de Campanhã
- qualificação da Área Central da Cidade:
- novo Parque da Lapa
- parque linear da ribeira da Granja
- requalificação do espaço público da Zona Empresarial do Porto
- Frentes Fluvial e Atlântica:
- projeto de regeneração urbana dos terrenos do Aleixo
- concretização da Avenida Nun'Alvares
- áreas verdes de proximidade na Ervilha e em Nevogilde
- reivindicar junto do Estado Central a gestão do território ribeirinho sob jurisdição da APDL

IV.1. 3. ESTÍMULO À REABILITAÇÃO URBANA

Nos últimos oito anos a Cidade sofreu uma aceleração da reabilitação do seu centro histórico a todos os níveis notável. Quando, em 2013, se escrevia nos jornais que 70% do parque edificado do centro do Porto estava em ruínas ou extremamente degradado, numa altura em que andar na Baixa e na Ribeira era uma experiência solitária, desoladora e deprimente, antevia-se que a reabilitação da Cidade seria uma tarefa para várias gerações. Era a época em que dava medo circular na Baixa depois do entardecer e em que o património que define a atmosfera e personalidade da Cidade estava em larga medida em ruínas e a cair.

Hoje, a Cidade está incomparavelmente melhor. A adoção de várias políticas e práticas pró-desenvolvimento, aliadas ao dinamismo e vitalidade económica que a Cidade adquiriu neste período, aumentaram significativamente o investimento na reabilitação, tendo a Cidade sido capaz de fazer em poucos anos aquilo que se imaginava levar décadas a concluir.

Depois do sucesso da política de reabilitação urbana do Centro Histórico do Porto, durante o último mandato autárquico a reabilitação urbana foi alargada para outros territórios para além do centro da Cidade, com especial enfoque na Baixa, na Lapa, na frente fluvial em Miragaia, Lordelo e Foz Velha, e em quase toda a freguesia de Campanhã. Nos últimos quatro anos foram delimitadas sete novas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). Essas áreas correspondem a zonas especiais onde se prevê o investimento público que servirá de catalisador da iniciativa privada e onde se aplicam benefícios fiscais para a reabilitação urbana. Atualmente, 36% de toda a Cidade está integrada em ARU.

Hoje, depois de definido o quadro de referência do desenvolvimento da Cidade e determinadas as novas prioridades no âmbito do novo Plano Diretor Municipal, propomos o reforço da política de promoção da reabilitação urbana, com a definição, no próximo mandato autárquico, de sete novas Operações de Reabilitação Urbana (ORU), para cada uma das ARU já delimitadas: Foz Velha, Lordelo, Miragaia, Baixa, Lapa, Bonfim e Azevedo de Campanhã. Essas operações corresponderão ao programa de intervenção a levar a cabo em cada uma das ARU, definindo ações prioritárias, projetos estratégicos e investimentos prioritários. No fundo, corresponderão a verdadeiros planos de ação, alinhados com a estratégia definida no PDM e com a política de gestão urbanística do município.

A expansão da reabilitação urbana para outros territórios não significa, no entanto, o abrandamento da reabilitação e regeneração do Centro Histórico do Porto. Neste âmbito, propomos a implementação de um novo plano de Gestão do Centro Histórico, que tem vindo a ser definido e se encontra no estágio final de elaboração, e que irá atualizar conceitos e reforçar instrumentos de valorização e conservação do Porto Património da Humanidade como território único, vibrante e dinâmico.

Paralelamente, pretendemos completar a reabilitação do Centro Histórico e da Baixa, definindo duas novas Áreas de Intervenção específicas em Santa Clara e na Lapa, alinhadas com os objetivos de reabilitação do espaço público e valorização do património construído, a qualificação ambiental do território e da sua estrutura ecológica e a promoção da oferta de habitação qualificada em áreas dela carenciada.

Outro dos territórios com um programa específico de intervenção serão as ilhas do Porto, em particular no Bonfim e em Campanhã. Depois de feitos os levantamentos e definida e contratualizada a Estratégia Local de Habitação, o atual Executivo tem vindo a trabalhar com o IHRU e com a Faculdade de Arquitetura na definição de um programa específico de intervenção nas ilhas do Porto, que será implementado no terreno no próximo mandato, aproveitando os instrumentos financeiros postos à disposição pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) recentemente aprovado pela União Europeia.

Finalmente, como eixo estratégico de desenvolvimento da reabilitação urbana em todo o território municipal, propõe-se um programa de combate à pobreza energética e de promoção da eficiência energética do edificado, com financiamento público e privado, que viabilize intervenções no parque edificado mais antigo, cuja propriedade privada e fracos recursos económicos de proprietários e inquilinos não tenham permitido a sua regeneração e melhoria da sua eficiência energética até à data.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- novas Operações de Reabilitação Urbana (ORU) para cada uma das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) já delimitadas: Foz Velha, Lordelo, Miragaia, Baixa, Lapa, Bonfim e Azevedo de Campanhã
- novo Plano de Gestão do Centro Histórico
- duas novas Áreas de Intervenção específicas em Santa Clara e na Lapa
- programa específico de intervenção nas ilhas do Porto
- programa de combate à pobreza energética e de promoção da eficiência energética do edificado

IV. 2. QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO E ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público é a face mais visível de todas as Cidades, lugar de encontros, palco da cidadania, domínio comum de todos os seus habitantes. A sua importância para a paisagem urbana e para a qualidade de vida dos cidadãos justifica que um dos principais eixos do nosso programa diga respeito à intervenção no espaço público.

O paradigma de utilização do espaço público está em rápida mutação. A exigência que os cidadãos muito justamente colocam na sua qualificação, bem como a alteração nos hábitos de mobilidade e o progressivo abandono da primazia do automóvel, abrem novos desafios e oportunidades para o resgate do espaço público a favor do peão, que progressivamente deve reassumir o papel de protagonista na sua apropriação.

O atual executivo municipal tem vindo a experimentar um conjunto de operações de urbanismo tático, ações temporárias que transformam transitoriamente o espaço público, permitindo novas leituras e novos usos e ensaiando soluções que, resultando, se transformam em definitivas. São disso exemplo as novas esplanadas instaladas em locais onde antes não eram permitidas, ou o aumento das áreas pedonais temporárias, ou ainda as ações inesperadas de ativação do espaço público relacionadas com as crianças, com o desporto e com o lazer. O nosso programa de ação pretende continuar com essas ações, sempre no sentido da humanização e qualificação dos espaços da Cidade.

A primazia dos modos suaves, e muito em particular do peão, é outra das prioridades da nossa proposta para a Cidade. A par de um projeto específico de pedonalização do Centro Histórico que se pretende implementar, fator central na qualificação do Porto Património Mundial, propõe-se a criação de uma rede de sinalética direcional específica para o peão em toda a Cidade, com particular enfoque nas zonas de maior pressão de trânsito pedonal. No que respeita ao aumento do espaço pedonal disponível, propõe-se a implementação das Zonas XXI, quarteirões específicos definidos em PDM onde se prevê a construção de garagens destinadas exclusivamente para moradores. Nessas áreas pretende-se a redução do estacionamento ao longo dos arruamentos e a conversão da área ocupada pelos automóveis estacionados em zonas de estadia, esplanadas ou pequenas áreas ajardinadas, contribuindo decisivamente para a qualidade de vida dos cidadãos.

Outro dos vetores fundamentais de qualificação do espaço público diz respeito à arborização dos principais espaços-canal da Cidade. Prevista no novo PDM, essa ação será desenvolvida no próximo mandato, desde logo com o lançamento de um plano de arborização dos eixos viários fundamentais, que constituirão uma rede de conexão ecológica entre os grandes espaços verdes existentes ou a criar. Esse plano será conexo com a criação de um manual de intervenção no espaço público, que permitirá fixar opções de desenho coerentes em todos os espaços públicos da Cidade.

Finalmente no que respeita à paisagem urbana, propõe-se um plano de iluminação arquitetónica específico para o património construído da Cidade, que permita o aumento da eficiência energética, a qualificação do ambiente urbano e a valorização da história urbanística e arquitetónica da Cidade.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- resgate do espaço público a favor do peão
- operações de urbanismo tático, de transformação transitória do espaço público
- projeto de pedonalização do Centro Histórico
- rede de sinalética direcional específica para o peão
- implementação das Zonas XXI, onde se pretende a construção de garagens exclusivas para moradores e a redução do estacionamento nos arruamentos
- plano de arborização dos eixos viários fundamentais
- criação de um manual de intervenção no espaço público
- plano de iluminação arquitetónica

IV. 3. UMA GESTÃO URBANÍSTICA MODERNA: TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E EFICÁCIA DA TRAMITAÇÃO

A gestão urbanística é uma das áreas de atuação do município mais diretamente relacionada com a competitividade económica, a coesão territorial e social, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida da Cidade. O urbanismo, como disciplina agregadora das diversas políticas sectoriais com impacto territorial, tem um papel central na gestão das intervenções dos agentes públicos e privados e na definição das futuras transformações urbanas. Trata-se, portanto, de uma área da política autárquica com carácter instrumental e operativo, mas que também suporta uma visão estratégica de desenvolvimento socio-territorial do município.

No âmbito do Urbanismo, a área da gestão é, porventura, aquela que mais interfere diretamente com a vida dos cidadãos, seja pela maior ou menor eficácia com que tramitam os processos urbanísticos, seja pelo impacto que as decisões tomadas têm na transformação e qualificação do ambiente urbano.

São três os grandes valores que balizam a nossa política urbanística: a defesa do interesse público; a promoção de uma cultura de serviço aos cidadãos baseada nos princípios de abertura e eficácia; e a promoção de uma cultura de transparência e responsabilidade ética na gestão do bem comum. Nesse sentido, ao longo do último mandato, esta área foi objeto de particular atenção, tendo-se procedido à total digitalização de processos, à realização de sessões públicas com associações da fileira da construção, à produção de conteúdos específicos para promoção de boas práticas e à divulgação pública e periódica de dados sistematizados sobre a dinâmica urbanística da Cidade.

Ao longo do último mandato a Gestão Urbanística do município foi colocada à prova, de forma muito exigente, em particular durante o período pandémico que ainda atravessamos. Apesar das circunstâncias absolutamente excecionais com que nos deparámos desde março de 2020, a Câmara Municipal soube responder de forma eficaz, nunca tendo encerrado os seus serviços nem diminuído o serviço prestado aos cidadãos. Para essa eficácia muito contribuiu o processo de modernização que tinha sido, entretanto, implementado, com particular relevo para a integral digitalização da submissão de processos e da sua tramitação, que permitiu manter o normal fluxo dos processos em todas as circunstâncias. Desde 2019 que todo o processo de licenciamento é feito exclusivamente por meios digitais, de forma totalmente segura e transparente. Todos os interessados sabem, a todo o momento, de forma remota e em tempo real, o estado dos seus processos urbanísticos.

Esse esforço manter-se-á como principal objetivo do nosso programa político. Acreditamos que a rapidez, transparência, previsibilidade e escrutínio das decisões tomadas no âmbito da gestão urbanística são fatores determinantes para a confiança dos agentes privados na administração pública e para a competitividade económica da Cidade do Porto. Assim, propomos um conjunto de projetos mobilizadores nesta área que reforçarão o nosso compromisso com a qualidade da decisão urbanística.

Neste sentido propomos a criação de um Novo Portal Geográfico da Gestão Urbanística que disponibilizará a informação publicamente disponível sobre os processos em curso no Município. Esse portal será semelhante aos implementados no último mandato, como por exemplo para o novo PDM ou para o cadastro e inventário de todas as propriedades municipais, hoje disponíveis para consulta pública no portal geográfico da Câmara Municipal.

Como já foi referido, durante o último ano entrou em vigor um novo Plano Diretor Municipal e um novo Regulamento de Taxas Urbanísticas. Com vista à transparência da gestão, à simplificação de procedimentos e à orientação dos interessados, esse vasto conjunto de alterações nas regras urbanísticas do município será divulgado de forma mais acessível por projetistas e requerentes com a edição de um conjunto de regulamentos comentados e ilustrados, que permitirão esclarecer de forma mais direta as dúvidas mais comuns e os conceitos adotados pelo Município.

Para além das ferramentas disponíveis on-line de auxílio à gestão urbanística, no próximo mandato proceder-se-á ao reforço da proximidade entre a Câmara Municipal e as diversas entidades da fileira da construção, operacionalizando-se protocolos já estabelecidos ou criando novas parcerias com atores relevantes do setor. São exemplo disso as iniciativas públicas que propomos levar a cabo com a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII), as Ordens Profissionais dos Arquitetos, dos Engenheiros e dos Engenheiros Técnicos, ou com as faculdades e escolas de arquitetura e engenharia do Porto, entre outras.

A par destas ações, propomos a realização de sessões periódicas com promotores e projetistas, que permitam um esclarecimento mais direto das dúvidas que os novos regulamentos possam induzir.

Finalmente, importa referir que é à Gestão urbanística que compete a concretização das opções previstas no novo PDM, aprovando-se ou condicionando-se as construções futuras. Nesse sentido, com o objetivo de promover a qualidade dos projetos apresentados pelos particulares, a Câmara Municipal irá promover as boas práticas através do exemplo, com a realização de sessões públicas de divulgação de projetos de reconhecida qualidade concretizados no Município.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- novo Portal Geográfico da Gestão Urbanística
- edição de regulamentos comentados e ilustrados
- reforço da proximidade entre a Câmara Municipal e as diversas entidades da fileira da construção
- sessões periódicas de esclarecimento com promotores e projetistas
- sessões públicas de divulgação de projetos de reconhecida qualidade concretizados no município

URBANISMO E HABITAÇÃO

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- promoção de novos fogos com renda acessível em terrenos municipais: operação de Lordelo do Ouro; operação do Monte Pedral; operação do Monte da Bela; operação das Antas; operação da Lapa
- reabilitação para arrendamento acessível de imóveis municipais
- construção de novos fogos em instalações militares desativadas ou noutras parcelas devolutas do Estado, em parceria com o IHRU
- construção de novas residências de estudantes no Morro da Sé e no Monte Pedral, em parceria com a Academia
- incentivo à iniciativa privada para construção de habitação acessível: benefícios fiscais e urbanísticos; reforço do programa Porto com Sentido
- prioridade à Zona Oriental do Porto:
- nova ponte rodoviária sobre o Douro, incluindo o novo acesso entre a cota baixa e a cota alta
- reconversão do antigo Matadouro Municipal
- Projeto Urbano de São Roque/Corujeira - UOPG 11 do novo PDM
- reabilitação da Praça da Corujeira e ruas adjacentes
- reconversão da área em redor da Rua Justino Teixeira e da Avenida 25 de Abril em uma área de atividade económica e de serviços
- projeto de desenvolvimento urbanístico de Contumil – UOPG 8 e 9 do novo PDM
- expansão do Parque Oriental
- requalificação dos espaços públicos de Azevedo de Campanhã
- qualificação da Área Central da Cidade:
- novo Parque da Lapa

URBANISMO E HABITAÇÃO

- parque linear da ribeira da Granja
- requalificação do espaço público da Zona Empresarial do Porto
- Frentes Fluvial e Atlântica:
- projeto de regeneração urbana dos terrenos do Aleixo
- concretização da Avenida Nun'Alvares
- áreas verdes de proximidade na Ervilha e em Nevogilde
- reivindicar junto do Estado Central a gestão do território ribeirinho sob jurisdição da APDL
- novas Operações de Reabilitação Urbana (ORU) para cada uma das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) já delimitadas: Foz Velha, Lordelo, Miragaia, Baixa, Lapa, Bonfim e Azevedo de Campanhã
- novo Plano de Gestão do Centro Histórico
- duas novas Áreas de Intervenção específicas em Santa Clara e na Lapa
- programa específico de intervenção nas ilhas do Porto
- programa de combate à pobreza energética e de promoção da eficiência energética do edificado
- resgate do espaço público a favor do peão
- operações de urbanismo tático, de transformação transitória do espaço público
- projeto de pedonalização do Centro Histórico
- rede de sinalética direcional específica para o peão
- implementação das Zonas XXI, onde se pretende a construção de garagens exclusivas para moradores e a redução do estacionamento nos arruamentos
- plano de arborização dos eixos viários fundamentais

URBANISMO E HABITAÇÃO

- criação de um manual de intervenção no espaço público
- plano de iluminação arquitetónica
- novo Portal Geográfico da Gestão Urbanística
- edição de regulamentos comentados e ilustrados
- reforço da proximidade entre a Câmara Municipal e as diversas entidades da fileira da construção
- sessões periódicas de esclarecimento com promotores e projetistas
- sessões públicas de divulgação de projetos de reconhecida qualidade concretizados no município



EIXO V: COESÃO SOCIAL

Dadas as características sociológicas da Cidade, a Coesão Social é uma obrigatoria prioridade estratégica, sendo assim necessário manter muitas das ações e programas que criámos nos últimos oito anos e implementar um conjunto de novas políticas ativas que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, tudo visando promover uma verdadeira inclusão e coesão social através de medidas e práticas assentes num conhecimento aprofundado dos fenómenos de pobreza e de exclusão social e implementadas em estreita colaboração e parceria com as diversas instituições para melhor ter em conta as respostas locais já existentes e garantir eficácia nos objetivos.

A população mais vulnerável, e os seus diferentes segmentos, carecem especialmente de medidas nela especificamente focadas, designadamente promovendo projetos que apoiem: as pessoas idosas; as crianças, os jovens em risco e as suas famílias; as vítimas de violência doméstica; as pessoas com necessidades especiais; as pessoas em situação de sem abrigo; a população migrante e as minorias étnicas.

Importará também conceder uma especial atenção às questões da saúde e das respostas sociais, nomeadamente, mas não apenas nas áreas que resultam do processo de transferência de competências em sede de descentralização.

Uma outra dimensão decisiva é a da habitação, área em que o País regista situações de pobreza extrema, porquanto o rendimento de muitas famílias, que vivem amiúde em situações indignas, não é capaz de garantir o acesso a uma solução habitacional adequada. A habitação, mais do que um direito fundamental constitucionalmente consagrado, é um bem essencial à vida das pessoas, a partir do qual se constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos fundamentais como a educação, a saúde, a proteção social ou o emprego e que o Estado deve garantir com o apoio das autarquias locais. A tal entendimento substantivo procuraremos corresponder com a nossa melhor atenção e os nossos melhores esforços.

V. 1. GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS

(I) No que diz respeito às pessoas idosas implementar ações que permitam o reforço das respostas ao envelhecimento da população criando ambientes urbanos que fomentem junto das pessoas de maior longevidade uma maior participação cívica.

No âmbito da implementação do Plano de Ação “Porto, Cidade Amiga das Pessoas Idosas”, pretende-se, para além do desenvolvimento e disseminação de projetos de combate ao risco de isolamento social e proteção social em curso, incrementar medidas que estimulem a fazer da pessoa idosa protagonista de uma vida ativa e de um envelhecimento positivo e saudável.

Em complemento serão criadas estruturas colaborativas com participação de seniores para reflexão e decisão da intervenção social local, designadamente: Grupo de Trabalho Local em Envelhecimento Positivo; Fóruns Participativos; Conselho Consultivo; Grupos Colaborativos; Conselho Municipal da Cidade Amiga da Pessoa Idosa e Comissão de Proteção do Cidadão Sénior.

(II) O fenómeno da violência doméstica e de género tem adquirido novos contornos, pelo que será elaborado o novo Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 2022-2030, inserido na Estratégia Nacional “Portugal+ Igual” que terá como objetivo o acesso universal dos direitos, recursos e serviços necessários à participação na sociedade, prevenindo e combatendo a exclusão e lutando contra todas as formas de discriminação a ela conducentes.

(III) Não obstante todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, fruto da intervenção da Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e do NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto, continua a verificar-se a existência de pessoas em situação de pobreza extrema e exclusão social, sendo a face mais visível o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo.

Nesse sentido será promovido o reforço de respostas de integração social e/ou profissional de pessoas em situação de sem abrigo em contexto habitacional, sendo priorizada a promoção de respostas em contexto habitacional em colaboração com as entidades da Cidade com vista à redução e/ou eliminação do fenómeno.

Por outra via, será estimulada uma maior articulação supramunicipal designadamente ao nível da Área Metropolitana, com vista quer a uma resposta de maior proximidade às redes de suporte de origem quer ao nível da prevenção do fenómeno, considerando que a maioria desta população é natural de outros municípios.

(IV) No que diz respeito ao apoio à população migrante e às minorias étnicas será consolidada a resposta dos Mediadores Municipais e Interculturais que assenta numa parceria estratégica, coordenada pelo Município do Porto e estabelecida com quatro entidades de territórios vulneráveis, assumindo a prossecução de objetivos comuns e a consolidação de sinergias nos territórios para a concretização destes.

Será dado particular enfoque no Serviço Municipal de Mediação Intercultural, criando e consolidando canais de comunicação com serviços da Cidade, agregando novas parcerias nos territórios e diferentes contextos - educativo, cultural, de saúde, entre outros, consolidando a estratégia para a empregabilidade das comunidades migrantes e ciganas, bem como a estratégia para interculturalidade na educação, e, por fim, reforçar a presença dos mediadores nos processos de articulação institucional e de mediação.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- reforço das respostas ao envelhecimento da população, designadamente implementando o Plano de Ação “Porto, Cidade Amiga das Pessoas Idosas”
- criação de estruturas colaborativas com participação de seniores para reflexão e decisão da intervenção social local
- desenvolvimento do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 2022-2030
- prosseguimento da aplicação da Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
- maior articulação supramunicipal, designadamente ao nível da área metropolitana, na resposta as situações de pessoas em situação de sem abrigo
- apoio à população migrante e às minorias étnicas, designadamente reforçando o Serviço Municipal de Mediação Intercultural

V. 2. SAÚDE E RESPOSTAS SOCIAIS

(I) Na área da saúde, componente essencial das políticas de coesão, serão reforçadas várias iniciativas:

- Reforçar e criar iniciativas complementares, dirigidas a cuidadores informais, designadamente aos mais carenciados (Pausas Breves para Cuidar Melhor), no sentido da promoção da sua saúde, bem-estar psicológico e inclusão social, aliviando a sobrecarga física e emocional e contribuindo para o aumento dos seus níveis de descanso, ao mesmo tempo que os capacita para uma prestação de cuidados ajustada às necessidades efetivas da pessoa cuidada.

Na sequência da pandemia, pretende-se intensificar a capacitação de instituições da Cidade, designadamente das que trabalham junto de públicos particularmente vulneráveis, com vista à sua resiliência no sentido da atuação em matéria de promoção da saúde e prevenção da doença, através do desenvolvimento de um Programa de Apoio à Adequação das suas Respostas Sociais em Contexto Pandémico/Epidémico.

- Com vista ao reforço da promoção da saúde, dar continuidade às ações previstas no Plano Municipal de Saúde e robustecer a iniciativa “Porto sem Diabetes”, através da criação de uma rede de entidades parceiras no sentido de intensificar a atuação em matéria de prevenção do desenvolvimento de Diabetes Mellitus (DM) tipo 2, dirigindo a atuação à população em geral e/ou a indivíduos com fatores de risco identificados para o desenvolvimento da doença, mas não descurando a capacitação dos indivíduos já diagnosticados com DM, no sentido de uma gestão adequada da doença e da potenciação da integração de cuidados de saúde.
- Elaborar, de forma participada, a Estratégia Municipal de Saúde que deve substituir, embora integrando, o Plano Municipal de Saúde, a Carta de Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Porto e Perfil Municipal de Saúde.
- No âmbito do processo de transferência de competências, será definido e executado um plano de requalificação e de construção de novos edifícios para os Centros de Saúde da Cidade.

(II) No âmbito das respostas sociais:

- Criar um programa específico de apoio às instituições particulares de solidariedade social que vise, por um lado, apoiar a manutenção das respostas existentes e estimular e apoiar a criação de novas respostas, nomeadamente no apoio à primeira infância, à terceira idade, às pessoas com deficiência e aos grupos mais vulneráveis.
- Construir 3 centros infantis municipais com as valências de creche e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres, para responder às necessidades das famílias.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- reforço e criação de iniciativas complementares, dirigidas a cuidadores informais e apoio à capacitação de instituições da Cidade para respostas sociais
- robustecimento da iniciativa “Porto sem Diabetes”
- elaboração participada de uma Estratégia Municipal de Saúde
- definição e execução um plano de requalificação e de construção de novos edifícios para os Centros de Saúde da Cidade, no âmbito do processo de transferência de competências
- criação de um programa específico de apoio às instituições particulares de solidariedade social
- construção de 3 centros infantis municipais com as valências de creche e CATL

V. 3. OUTRAS DIMENSÕES DE INTERVENÇÃO SOCIAL

(I) No decurso da transferência de competências na área social, será criado um “ESPAÇO SOCIAL” – Espaço de Aceleração de Coesão Social aberto à comunidade através de um serviço de atendimento social centralizado e dotado de um conjunto de serviços sociais partilhados, integrados, de excelência e inovadores:

- prestação de esclarecimentos sobre todas as políticas públicas municipais, nacionais e da comunidade europeia;
- encaminhamento para respostas adequadas;
- estabelecer a ligação a toda a estrutura de Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social, Rendimento Social de Inserção e Habitação Social no que refere ao respetivo encaminhamento e agendamento de atendimento;
- Gabinete de inclusão para atendimento dedicado à prestação de informação sobre temáticas da deficiência/incapacidade;
- serviços partilhados- recursos físicos disponíveis para utentes e entidades da Cidade;
- serviços integrados – através de uma intervenção social integrada, ou seja, pela ótica de necessidades de cada pessoa/família e não pela área de competências das entidades com intervenção social;
- serviços de excelência- implementação de projetos com elevado potencial de impacto social;
- serviços inovadores - Incubadora de projetos sociais para responder a problemas emergentes e negligenciados pelas respostas tipificadas.

(II) Continuar-se-á a privilegiar a Rede Social enquanto principal instrumento da intervenção social na Cidade, reforçando o trabalho em rede e promovendo um modelo colaborativo que possibilita a abordagem integrada dos problemas e da intervenção social, por forma a integrar contributos, concertar esforços, otimizar recursos e assim potenciar as respostas existentes.

- Com vista a otimizar a intervenção social será criada uma ferramenta que permite sistematizar a informação social que permitirá à Rede Social atualizar, com a periodicidade que entenda, o Diagnóstico Social e retirar informação que lhe permita reformular o Plano de Desenvolvimento Local e elaborar os Planos de Ação anuais.
- Será ainda criado um outro instrumento associado a este Hub de informação: a Georreferenciação das Respostas Sociais do Concelho. Com base nos instrumentos referidos será possível colocar à disposição do Município uma ferramenta de comunicação/informação privilegiado, a partilhar pelos parceiros que integram a Rede Social, através de recolha e análise dinâmica de informação e, simultaneamente, uma ferramenta ativa (Hub de Informação), atualizada e desenhada de modo a que seja capaz de recolher informação local, territorializada e definida em função da estratégia de desenvolvimento social.

(III) Assumindo que as políticas de emprego constituem um fator fundamental de coesão, vão ser desenvolvidos projetos e ações que permitam promover a empregabilidade, quer através do reforço de competências pessoais quer através do apoio à criação do próprio emprego.

- Considerando a relevância que o fenómeno NEET (jovens entre 15-29 anos, desempregados ou inativos, que não estudam nem estão em formação) ainda apresenta na Cidade do Porto, será consolidada a resposta criada para esta população visando o desenvolvimento de diversas atividades para inserção no mercado de trabalho e a definição de projetos de empregabilidade para estes jovens.
- Para dar resposta aos jovens NEET, pessoas com deficiência ou incapacidade e outros públicos socialmente vulneráveis será desenvolvido o Programa Parcerias para o Impacto, que prevê a criação de um novo modelo de parceria, envolvendo agentes públicos e privados, com base na responsabilidade social das empresas e organizações. Nesse sentido, procurar-se-á reconhecer as empresas e organização que no âmbito da sua atividade integrem estes públicos específicos.
- A Cidade necessita também de novas respostas que podem ser encontradas através do empreendedorismo social. Nesse sentido, promover-se-á a criação de novos projetos de empreendedorismo social enquanto fonte de novas respostas a problemas sociais, capacitar os seus promotores e qualificar o contexto de apoio às iniciativas de empreendedorismo social já instaladas e com potencial para serem desenvolvidas, potenciando o respetivo impacto. Será reforçada a articulação entre os vários stakeholders que intervêm nesta área, no Município, alinhando e complementando atividades, potenciando os recursos e dinâmicas existentes, consolidando e intensificando o trabalho em rede.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- criação de um “ESPAÇO SOCIAL” – Espaço de Aceleração de Coesão Social, no quadro da transferência de competências na área social
- aposta continuada na Rede Social enquanto principal instrumento da intervenção social na Cidade
- georreferenciação das Respostas Sociais do Concelho
- consolidação da resposta criada para os jovens NEET, pessoas com deficiência ou incapacidade e outros públicos socialmente vulneráveis, designadamente através do desenvolvimento do Programa Parcerias para o Impacto
- apoio à criação de novos projetos de empreendedorismo social

V. 4. HABITAÇÃO SOCIAL

(I) Manter como prioritário o investimento no plano de conservação, manutenção e requalificação do parque de habitação pública municipal em regime de renda apoiada constituído por 13.004 fogos onde residem cerca de 30.000 pessoas, dando particular atenção a soluções de eficiência energética, ao conforto e à humanização e dignificação da habitação social.

(II) Investir na reabilitação do espaço público dos 50 bairros sociais, em regime de renda apoiada, para garantir a mobilidade e a acessibilidade e responder às necessidades de saúde e bem-estar no habitat.

(III) Garantir o alojamento de 500 famílias por ano no regime de arrendamento apoiado, através das diversas soluções previstas na política municipal de habitação e na Estratégia Local de Habitação.

(IV) Construção de um condomínio social adequado a pessoas idosas, pessoas com mobilidade condicionada e/ou com deficiência, promovendo a inclusão e a vivência comunitária.

(V) Reforçar as medidas integradas nas políticas sociais municipais e na Rede Social no cumprimento do direito à habitação, nomeadamente de combate à pobreza e à exclusão social, de erradicação da condição de pessoas em situação de sem abrigo ou outras direcionadas a grupos especialmente vulneráveis.

(VI) Conceber e propor ao Governo, por se tratar de uma área da sua competência, um plano de combate ao tráfico de droga nos bairros sociais, em articulação com as autoridades policiais e de investigação criminal.

(VII) No âmbito do programa municipal de apoio ao arrendamento privado ou empréstimo bancário – “Porto Solidário”, dirigido às famílias em situação de vulnerabilidade económica e social, serão apoiadas 1.500 famílias anualmente.

(VIII) No âmbito do diagnóstico, planeamento e participação, após a respetiva regulamentação da Lei de Bases da Habitação, será elaborada a Carta Municipal de Habitação e criado o Conselho Municipal de Habitação.

(IX) Reforçar e dinamizar o Observatório de Habitação da Cidade.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- manutenção de prioridade ao investimento no plano de conservação, manutenção e requalificação do parque de habitação pública municipal em regime de renda apoiada
- Investimento na reabilitação do espaço público dos 50 bairros sociais em regime de renda apoiada
- garantia de alojamento de 500 famílias por ano no regime de arrendamento apoiado
- construção de um condomínio social adequado a pessoas idosas, pessoas com mobilidade condicionada e/ou com deficiência
- reforço das medidas integradas nas políticas sociais municipais e na Rede Social no cumprimento do direito à habitação
- proposta ao Governo, por se tratar de área da sua competência, de um plano de combate ao tráfico de droga nos bairros sociais, em articulação com as autoridades policiais e de investigação criminal
- elaboração da Carta Municipal de Habitação e criação do Conselho Municipal de Habitação
- apoio anual a 1.500 famílias no âmbito do programa municipal de apoio ao arrendamento privado ou empréstimo bancário “Porto Solidário”
- reforço e dinamização do Observatório de Habitação da Cidade

COESÃO SOCIAL

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- reforço das respostas ao envelhecimento da população, designadamente implementando o Plano de Ação “Porto, Cidade Amiga das Pessoas Idosas”
- criação de estruturas colaborativas com participação de seniores para reflexão e decisão da intervenção social local
- desenvolvimento do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 2022-2030
- prosseguimento da aplicação da Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
- maior articulação supramunicipal, designadamente ao nível da área metropolitana, na resposta as situações de pessoas em situação de sem abrigo
- apoio à população migrante e às minorias étnicas, designadamente reforçando o Serviço Municipal de Mediação Intercultural
- reforço e criação de iniciativas complementares, dirigidas a cuidadores informais e apoio à capacitação de instituições da Cidade para respostas sociais
- robustecimento da iniciativa “Porto sem Diabetes”
- elaboração participada de uma Estratégia Municipal de Saúde
- definição e execução um plano de requalificação e de construção de novos edifícios para os Centros de Saúde da Cidade, no âmbito do processo de transferência de competências
- criação de um programa específico de apoio às instituições particulares de solidariedade social
- construção de 3 centros infantis municipais com as valências de creche e CATL

COESÃO SOCIAL

- criação de um “ESPAÇO SOCIAL” – Espaço de Aceleração de Coesão Social, no quadro da transferência de competências na área social
- aposta continuada na Rede Social enquanto principal instrumento da intervenção social na Cidade
- georreferenciação das Respostas Sociais do Concelho
- consolidação da resposta criada para os jovens NEET, pessoas com deficiência ou incapacidade e outros públicos socialmente vulneráveis, designadamente através do desenvolvimento do Programa Parcerias para o Impacto
- apoio à criação de novos projetos de empreendedorismo social
- manutenção de prioridade ao investimento no plano de conservação, manutenção e requalificação do parque de habitação pública municipal em regime de renda apoiada
- Investimento na reabilitação do espaço público dos 50 bairros sociais em regime de renda apoiada
- garantia de alojamento de 500 famílias por ano no regime de arrendamento apoiado
- construção de um condomínio social adequado a pessoas idosas, pessoas com mobilidade condicionada e/ou com deficiência
- reforço das medidas integradas nas políticas sociais municipais e na Rede Social no cumprimento do direito à habitação
- proposta ao Governo, por se tratar de área da sua competência, de um plano de combate ao tráfico de droga nos bairros sociais, em articulação com as autoridades policiais e de investigação criminal
- elaboração da Carta Municipal de Habitação e criação do Conselho Municipal de Habitação
- apoio anual a 1.500 famílias no âmbito do programa municipal de apoio ao arrendamento privado ou empréstimo bancário “Porto Solidário”
- reforço e dinamização do Observatório de Habitação da Cidade



EIXO VI: MOBILIDADE

A filosofia que preside ao nosso desiderato central de ir construindo, gradual mas firmemente, uma Cidade boa para viver, reforçada aliás pelas dinâmicas de imperiosidade associadas à descarbonização, pressupõe, em matéria de mobilidade, uma gestão centrada na oferta para a diversidade visando a promoção de uma cultura do cidadão multimodal.

Com a intermunicipalização da STCP, finalmente alcançada a 1 de janeiro de 2021, e a implementação de uma rede de interfaces/terminais que responda às exigências da Cidade, de entre os quais se destaca o Terminal Intermodal de Campanhã, estão finalmente reunidas as condições para uma renovação da rede de transportes públicos rodoviários que deverá assentar no desenvolvimento e implementação de um serviço de excelência que assuma uma forte componente de coesão social e territorial.

A transição, que se pretende assumida e serena, para uma crescente centralidade do transporte público na Cidade tem necessariamente de ir a par com medidas gradualistas de gestão do estacionamento em articulação com políticas de mobilidade, de restrição do acesso automóvel ao Centro, de aposta em parques dissuasores junto aos interfaces de transportes coletivos ou de criação de uma rede de parques de estacionamento de proximidade exclusivo para residentes. Em contrapartida, haverá que garantir uma gestão de tráfego eficiente, o que será conseguido por via de táticas programadas e/ou ação em tempo real, gestão remota da sinalização luminosa, painéis de mensagem variável em túneis e à superfície, controlo de acessos e videovigilância de tráfego. Estas são vias de sentido duplo em que o próximo quadriénio trará boas novidades para o cidadão do Porto.

Complementarmente, uma forte aposta nos modos suaves (aposta na rede pedonal e em percursos cicláveis e serviços partilhados) e nas questões de logística urbana desempenharão também um papel determinante na “revolução tranquila” que estamos e queremos continuar a levar a cabo.

VI. 1. O TRANSPORTE PÚBLICO E A PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DO CIDADÃO MULTIMODAL

VI.1. 1. APOSTA NA OFERTA DE SERVIÇO E NO AUMENTO DA QUOTA DE UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO

VI.1. 1. 1. LINHAS DE PROXIMIDADE - REDE PORTO.

A recente intermunicipalização da STCP, alcançada em janeiro de 2021, é condição indispensável à prossecução de políticas de transportes mais sustentáveis estando finalmente reunidas as condições para uma revisão da oferta da rede interna da Cidade que se complemente à escala supramunicipal.

Pretende-se assegurar um serviço de transporte público mais ajustado às necessidades de deslocação da população que reside e trabalha na Cidade do Porto, melhorando os seus níveis de serviço e assegurando as funções do transporte público como instrumento imprescindível ao funcionamento equilibrado de todo o sistema de transportes.

Neste contexto, assume particular relevância a criação da Rede Porto., que se consubstancia na implementação de um conjunto de novas linhas de proximidade que, em complemento e articulação com a rede existente, permitirão criar uma oferta de características eminentemente urbanas com cobertura de rede adequada e elevada frequência.

A Rede Porto. surge como a resposta da autarquia a um conjunto de debilidades que importa acautelar, possibilitando uma atuação mais próxima das necessidades da população. Desta forma, propõe-se a integração na Rede Porto. de duas tipologias de linhas a contratualizar:

- As linhas de proximidade, que assumem uma função de coesão social e territorial a desenvolver nas zonas da Cidade onde a oferta de serviço é ainda reduzida à escala do bairro (i.e. Campanhã, Aldoar, Foz e Nevogilde);
- Linhas complementares/circulares que deverão assumir um reforço de frequência e de oferta, nomeadamente ao fim de semana, acompanhando o ritmo da Cidade e do seu crescimento e desenvolvimento económico resultando numa melhoria global do serviço de transporte público rodoviário prestado no município do Porto.

Depois de um alargado e participado período de discussão pública sobre o destino a dar ao Ramal da Alfândega, os próximos anos serão essenciais para a concretização do seu aproveitamento, que deverá melhorar a acessibilidade entre Campanhã e o Centro Histórico, permitindo uma ligação de transporte público em conjunto com uma utilização pedonal e ciclável aos fins de semana. Esta solução permite disponibilizar um serviço que serve os moradores que habitam ao longo do percurso assim como possibilita um novo meio de transporte entre um dos grandes polos de mobilidade da Cidade e o seu centro histórico e ribeirinho.

VI.1. 1. 2. MELHORIA DAS PARAGENS – MELHOR ACESSIBILIDADE, CONFORTO E INFORMAÇÃO

Um serviço de excelência ao nível do transporte público engloba o conforto e a qualidade durante o tempo de espera e na devolução à Cidade após a viagem. No caso em concreto do autocarro, esta componente é assegurada pelas paragens e terminais. O município do Porto tem vindo a realizar um trabalho de melhoria contínua das infraestruturas urbanas de transporte público, nomeadamente com a criação e reabilitação de Terminais, bem como com a instalação de abrigos e plataformas provisórias ou ainda com a instalação de terminais eletrónicos de acesso à aplicação “Explore Porto” que permite conhecer em tempo real os horários, serviços e a localização do autocarro.

Conscientes da importância das Paragens na opção ou não pelo Transporte Público, pretende-se acelerar o processo de modernização destas infraestruturas através da realização de um diagnóstico geral das cerca de 900 paragens existentes na Cidade, modernizando as suas condições de conforto com particular ênfase na informação ao público.

VI.1. 1. 3. TRANSPORTE GRATUITO E A PEDIDO

Nos últimos meses, o setor do táxi na Cidade do Porto demonstrou uma forte resiliência e uma capacidade de resposta a novos desafios consolidando-se como um complemento eficaz ao transporte público em modo autocarro ou metro e assumindo-se claramente como um serviço que em muito pode contribuir para uma mobilidade urbana sustentável e eficiente.

O transporte a pedido para os centros de vacinação, contratualizado com ambas as centrais de táxi da Cidade do Porto, serviu de “balão de ensaio” para a implementação de um sistema de transporte a pedido que enquadre o setor do táxi no contexto de uma política de mobilidade ativa e sustentável. Dando continuidade ao serviço contratualizado para apoio ao Plano de Vacinação, pretende-se criar um serviço de transporte a pedido destinado à população mais idosa que continue a assegurar não só as suas necessidades de deslocações diárias, nomeadamente aos centros de saúde e consultas médicas, como também as suas deslocações de lazer, combatendo-se desta forma o isolamento das camadas mais idosas da população.

Este modelo permitirá ainda complementar toda a rede de autocarros e metro nas zonas de mais difícil acesso, garantindo para toda a população a conexão dessas zonas com a rede de transporte público.

Estas realidades serão prosseguidas e aprofundadas no próximo quadriênio. Para tal, haverá nomeadamente que proceder no duplo caminho seguinte.

(I) Modernização das Praças de Táxi: as plataformas digitais têm revolucionado o setor do transporte a pedido, seja em táxi seja em TVDE; no entanto, considerando que o critério de escolha passa pela georreferenciação dos veículos mais próximos do início da viagem, tal induz uma concentração de veículos nas zonas de maior procura, ou seja, na Baixa da Cidade e centro histórico ribeirinho em detrimento das suas zonas mais periféricas; visto que só o transporte em Táxi tem acesso às cerca de 70 Praças existentes na Cidade do Porto, é objetivo de o Município potenciar a permanência de veículos e a utilização destes pontos de referência, estrategicamente localizados na Cidade.

Desta forma contribuirá para uma melhor distribuição e maior proximidade do serviço de táxi que é, também, um serviço de transporte público. Tendo em vista este objetivo estratégico, foram já realizados Diagnósticos e Projetos para todas as praças de táxi no intuito de se avançar no curto prazo com as intervenções necessárias para a sua modernização ao nível da sua Identificação (novos totens), Acessibilidade (eliminação de barreiras arquitetónicas e instalação de pisos táteis), Segurança e Suporte ao Passageiro (reforço da iluminação pública, números de emergência, números de centrais de táxi), Informação ao passageiro (mapas de zona e terminais digitais Explore Porto).

(II) O Andante 13-18 – gratuidade nos transportes públicos: em 2019, passou a ser possível, ineditamente, que as crianças e jovens do Porto até aos 15 anos viajassem gratuitamente nos transportes públicos, uma vez que o Município assegurou o alargamento da medida metropolitana de gratuidade nos transportes públicos que estava limitada aos 12 anos; em 2020 o Município foi mais longe e estendeu o programa até aos 18 anos, cobrindo desta forma todo o período de escolaridade obrigatória. A medida está instituída e consolidada, estando agora a assinatura Porto.13-18 integrada no cartão Porto., sendo um dos benefícios dos munícipes que têm o cartão e idade elegível para este programa.

No ano letivo 2020/2021, 4.715 jovens viajaram gratuitamente nos transportes públicos, havendo a intenção de tornar o acesso ao Andante 13-18 cada vez mais simples por forma a que até ao final deste mandato todos os jovens até aos 18 anos que residam e estudem no Porto tenham a sua assinatura Andante 13-18 no cartão Porto. podendo utilizá-la sempre que necessário e usufruir gratuitamente de todo o sistema de transportes que se pretende cada vez mais integrado com as necessidades de toda a população.

VI.1. 1. 4. MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE PÚBLICO

Dois planos são especialmente relevantes, o dos interfaces e terminais e o dos Corredores Autocarros de Alta Qualidade (CAAQ):

(I) Interfaces e terminais: com base nos dados disponibilizados pela Área Metropolitana do Porto em 2016/2017, excluindo toda a rede STCP, existiam 23 operadores de transporte regular de passageiros que efetuam serviços intermunicipais com terminos ou paragem na Cidade do Porto, representando um total de 288 linhas que se traduzem em cerca de 2.000 viagens/dia. Estas 288 linhas concentram-se fundamentalmente em 8 eixos de entrada na Cidade e pela circunvalação, sendo que 78% dessas linhas entram pela zona da Asprela (45 linhas); S. Roque (34 linhas); Freixo (37 linhas) e Ponte do Infante (109 linhas). Aos movimentos diários do transporte regular de passageiros intermunicipal podemos somar ainda os serviços interurbanos e os serviços expressos que até há bem pouco tempo se encontravam um pouco dispersas pela Cidade, tentando sempre aproximar-se o mais possível do centro, seja com paragens dispersas, seja em terminais privados como Ateneu Comercial ou Campo 24 de Agosto; ou em terminais desregulados como Camélias ou Régulo Megauanha.

Finalmente, e em termos de serviços regulares, existem ainda os serviços internacionais que vinham a ganhar expressão e dimensão na Cidade no período pré-pandemia mantendo o seu interesse e a sua presença na Cidade. Para além destes existem ainda serviços ocasionais, correspondendo normalmente a alugueres, e nos últimos anos têm surgido os serviços de shuttle, tais como ligação a Leixões e ligação ao aeroporto.

Neste contexto, as interfaces de transportes apresentam-se como infraestruturas primordiais de articulação entre os diferentes subsistemas de transportes constituindo-se o Terminal Intermodal de Campanhã (em fase de conclusão da empreitada de construção) um marco histórico para a reorganização de todo o sistema de transporte público da Cidade do Porto.

A este terminal, de primeiro nível, crescem os terminais/interfaces do Hospital de São João/Pólo Universitário da Asprela, cuja requalificação/construção se encontra em curso, e o desenvolvimento de uma rede de interfaces intermédios que para além do Pólo Intermodal da Boavista constituído pelo Interface da Casa da Música e pelo terminal do Bom Sucesso (já totalmente renovado em 2019) deverá ainda contemplar a requalificação do Terminal das Camélias, concluindo-se desta forma a rede de interfaces/terminais rodoviários da Cidade do Porto, numa lógica integrada e de gestão articulada que potencie:

- a articulação em rede de todo os sistemas de interfaces/terminais da Cidade, potenciando sinergias e complementaridade entre modos de transporte;
- a redução dos tempos de espera e de transbordo entre serviços e modos de transporte;
- o aumento da inteligibilidade do sistema através de uma gestão da informação integrada tendo como base as necessidades do cliente;
- a melhoria das condições de conforto na utilização promovendo níveis de excelência para a gestão e operação da rede de interfaces/terminais rodoviários da Cidade do Porto.

(II) Corredores Autocarros de Alta Qualidade (CAAQ): a aposta no aumento da utilização dos transportes coletivos, nomeadamente do transporte público rodoviário, implica a existência de medidas de discriminação positiva destes modos na utilização das infraestruturas, capazes de garantir melhorias na velocidade e, especialmente, na fiabilidade do seu serviço; o desenvolvimento de uma estrutura de Corredores de Autocarros de Alta Qualidade (CAAQ), que complemente e se articule com a rede de metro, tem como objetivo a disponibilização em determinados eixos urbanos de maior procura de transportes, de um serviço de autocarros de maior fiabilidade passível de se aproximar das características oferecidas pelo serviço metro.

Em geral as soluções preconizadas para os Corredores de Autocarros de Alta Qualidade assentam numa intervenção infraestrutural que contemple a viabilização de um corredor dedicado BUS, a realocação de paragens associadas a atravessamentos seguros de peões, a criação de uma plataforma-paragem à cota da plataforma interna dos autocarros e, não menos importante, a informação nas paragens em tempo real, e a comunicação entre os veículos e a infraestruturas permitindo a prioridade ao autocarro em situações de cruzamento. Este tipo de intervenção tem como consequência o aumento efetivo da velocidade comercial e a fiabilidade em termos de cumprimentos de horários, minimizando consideravelmente os atrasos do serviço.

Tal deverá passar pela ampliação da rede de Corredores de Autocarros de Alta Qualidade (CAAQ) projetada para a zona oriental da Cidade, com a criação de um corredor com características de operação mais eficientes à semelhança do eixo Praça Dr. Francisco Sá Carneiro/Campo 24 de Agosto, devidamente articulada com o sistema de BRT (BUS Rapid Transit) e com as novas linhas de metro projetadas ou já em construção.

- Corredor de Autocarros de Alta Qualidade entre o Império e o Pólo Universitário do Campo Alegre ligando a futura linha de BRT Boavista/Império à futura linha de metro Boavista/Santo Ovídio;
- Corredor de Autocarros de Alta Qualidade no eixo Damião de Góis/Constituição.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÊNIO

- abertura do Terminal Intermodal de Campanhã
- requalificação dos terminais/interfaces do Hospital de São João e criação do interface do Pólo Universitário da Asprela
- requalificação do Terminal das Camélias
- criação da Rede Porto., que se consubstancia na implementação de um conjunto de novas linhas de proximidade em complemento e articulação com a rede de transporte público existente
- aceleração do processo de modernização das paragens de autocarro melhorando as suas condições de conforto com particular ênfase na informação ao público
- criação de um serviço de transporte a pedido destinado à população mais idosa
- modernização das Praças de Táxi
- aposta no incentivo à mobilidade em transportes públicos dos jovens até aos 18 anos de idade
- criação do Corredor de Autocarros de Alta Qualidade entre a Praça do Império e o Pólo Universitário do Campo Alegre ligando a futura linha de BRT Boavista/Império à futura linha de metro Boavista/Santo Ovídio;
- criação do Corredor de Autocarros de Alta Qualidade no eixo Damião de Góis/Constituição

VI. 2. MODOS SUAVES: APOSTA NA REDE PEDONAL E EM PERCURSOS CICLÁVEIS E SERVIÇOS PARTILHADOS

VI.2. 1. PROMOÇÃO DA BICICLETA COMO MODO DE TRANSPORTE

A utilização da bicicleta no conjunto das deslocações centradas na Cidade do Porto é ainda residual. A envolvente urbana, o tipo e características da infraestrutura, a orografia da Cidade e as condições de segurança são os principais fatores que ao longo dos anos têm contribuído para um crescimento pouco expressivo da utilização deste modo de transporte nas deslocações urbanas.

Por outro lado, a adaptação da Cidade à bicicleta foi lenta tendo assentado, entre 2001 e 2013, na colocação de novos materiais, mantendo-se a estrutura e o perfil de distribuição do espaço público entre diferentes modos de transporte. Nos últimos anos, a maior generalização do uso da bicicleta em contexto urbano, nomeadamente para fins lúdicos e de turismo, contribuiu para uma redobrada atenção a este fenómeno, nomeadamente no que respeita à melhoria das condições de segurança dos seus utilizadores. A rede ciclável foi sendo expandida procurando-se a ligação entre segmentos da rede com o objetivo de promover percursos e eixos de circulação que constituíssem a base de uma rede de percursos cicláveis seguros e atrativos.

O tema da bicicleta e da sua utilização como meio de transporte na Cidade tem-se apresentado atualmente como um dos processos de adaptação do espaço público, ou do espaço-canal, que mais debate tem provocado. Efetivamente, se por um lado, o incremento do uso da bicicleta em meio urbano pode vir a ter um impacto na redução da taxa de utilização automóvel, constituindo o seu incentivo uma questão de gestão sustentável da Cidade, por outro lado, o aumento do uso da bicicleta terá repercussões quer na redistribuição do espaço-canal quer através da imposição de medidas de acalmia de tráfego, quer ainda no que respeita à reconfiguração do espaço-canal.

Apesar de nos últimos anos se terem promovido importantes investimentos para a concretização de uma rede integrada de percursos cicláveis, esta carece ainda de dimensão que lhe confira características de rede articulada, nomeadamente no que respeita às ligações intermunicipais ainda por implementar. Neste sentido, torna-se imprescindível a materialização das ligações intermunicipais, nomeadamente entre o Porto e Gondomar e Porto/S. Mamede (ambas aprovadas e em fase de elaboração de projeto) que potenciam as ligações intermunicipais, consolidando as redes internas da Cidade, nomeadamente na zona da Asprela, promovendo-se assim o uso da bicicleta como forma de mobilidade em meio urbano, sobretudo em deslocações pendulares e em complementaridade à oferta de transportes públicos, privilegiando as ligações que permitam atingir um maior número de cidadãos.

VI.2. 2. AUMENTO DA REDE DE PERCURSOS PEDONAIS ASSISTIDOS

Partindo de uma leitura crítica sobre a acessibilidade pedonal existente e a sua relação com as dinâmicas demográficas e económicas da Cidade, numa área marcada por uma topografia acidentada que cria estrangulamentos às ligações entre a marginal do rio e as centralidades da cota alta foi desenvolvido um primeiro projeto de ligação na zona de Miragaia, mais precisamente nas escadas do Monte dos Judeus onde foram instaladas escadas mecânicas que ajudam a vencer a grande diferença de cotas entre a rua do Cidral e a rua do Monte dos Judeus, suavizando a ligação do largo de Miragaia até à rua da Restauração. Aí surgirá em 2022 uma segunda ligação, o Elevador do Palácio de Cristal com acesso precisamente pela rua da Restauração, permitindo completar a ligação até ao sistema de transportes públicos que circula na rua D. Manuel II, e andando um pouco mais em zona plana até à nova linha Rosa do Metro do Porto.

Encontra-se ainda em curso o desenvolvimento do projeto de ligação das Virtudes ligando a Fonte das Virtudes à Calçada das Virtudes por meio de escadas mecânicas.

Considerando que o défice de acessibilidade é um fator condicionante da vivência da Cidade, pretende-se dar continuidade à rede de percursos pedonais assistidos, nomeadamente na ligação entre cotas e a sua articulação com a rede de transporte público, como por exemplo ligando a Praça da Batalha à rede de transporte público em S. Bento por meios mecanizados.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- promoção das ligações cicláveis intermunicipais, nomeadamente entre o Porto e Gondomar e Porto/S. Mamede
- Consolidação das redes cicláveis internas da Cidade, nomeadamente na zona da Asprela
- continuidade à rede de percursos pedonais assistidos, concluindo o elevador do Palácio de Cristal e as obras de ligação nas Virtudes, sendo ainda objetivo ligar a Praça da Batalha à rede de transporte público em S. Bento por meios mecanizados

VI. 3. LOGÍSTICA URBANA

A logística em meio urbano será um dos grandes temas da próxima década. Com a alteração dos padrões de consumo, potenciada pelo contexto pandémico vivido em 2020 e 2021, e a alteração dos padrões de mobilidade em curso e os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir, a logística urbana atingirá uma dimensão nunca antes vista, com um exponencial aumento no número de entregas e uma clara diminuição da dimensão dos volumes/entrega, paralela a uma necessidade de consumo just in time cada vez maior, levando a um aumento de circulações em meio urbano e à necessidade de revisão e otimização de rotas e modelos de distribuição e necessariamente a uma adaptação da Cidade.

Consciente destes desafios, e visando fomentar uma logística urbana mais eficiente e sustentável, foi desenvolvido o Plano de Logística Urbana sustentável do Porto, para um período de 3 anos contemplando:

- soluções que aumentem o grau de organização da micrologística do abastecimento urbano reduzindo o tráfego de pesados nos centros das Cidades, com efeitos positivos na qualidade ambiental e repartição do espaço-canal;
- a criação do Observatório para a Logística Urbana; este observatório terá como missão a caracterização deste setor na Cidade, através da recolha e de informação das operações logísticas aproveitando o momento atual de comunicação e cooperação institucional, não só para instalar o Observatório, mas também para implementar novas medidas de melhoria do setor com o apoio e intervenção dos agentes;
- a alavancagem das recentes alterações sociais e comportamentais – nomeadamente, de consumo – e a crescente consciencialização ambiental para implementar medidas que promovam uma logística de baixa intensidade carbónica – ex.: veículos elétricos, centros de consolidação urbana;
- a alavancagem da crescente disponibilidade e predisposição para adoção de novas tecnologias e soluções digitais, transformando o Porto num laboratório vivo para a logística urbana.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- desenvolvimento e aplicação do Plano de Logística Urbana sustentável do Porto
- criação do Observatório para a Logística Urbana

VI. 4. O TRANSPORTE INDIVIDUAL E A TRANSIÇÃO SERENA PARA UMA CULTURA DO CIDADÃO MULTIMODAL

VI. 4. 1. IMPLEMENTAÇÃO DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO – ZAAC

Os espaços pedonais devem garantir níveis de qualidade de circulação, quer no que respeita à mobilidade, quer no que respeita ao conforto e segurança. Se, no caso dos passeios, a principal preocupação deve ser a de garantir níveis adequados de mobilidade e conforto, nas zonas de acesso automóvel condicionado (ZAAC), por serem zonas tipicamente mais amplas de circulação pedonal, a principal preocupação deverá ser a segurança.

Nestas zonas, por existir uma partilha de um espaço comum por vários utilizadores, nomeadamente entre peões e veículos (transportes públicos e/ou veículos de residentes e de mercadorias) e por serem zonas de elevada afluência pedonal, devem ser promovidas medidas de restrição à circulação automóvel no sentido de proporcionar o aumento das condições de segurança através de um acesso automóvel regulado. Por outro lado, a Cidade do Porto tem experienciado, nos últimos anos, uma forte dinâmica do seu tecido económico.

Ou seja, a pressão introduzida na Cidade do Porto, nos últimos anos, devido ao aumento da circulação automóvel, em parte fruto da problemática acima referida, mas também da alteração profunda dos padrões de mobilidade da população nas últimas décadas (excessivamente assente na utilização do automóvel), originou, na Cidade, e por inerência no Centro Histórico, um aumento do estacionamento desordenado de veículos, comprometendo a segurança dos residentes, comerciantes e visitantes tendo sido definido um regulamento de acesso às zonas pedonais da Ribeira, Sé, Santa Catarina, Cedofeita, e Santo Ildefonso, em fase final de implementação, que se pretende alargar a outras zonas da Cidade que pelas suas características carecem de regulação no seu acesso, protegendo-se os moradores e os comerciantes, como é o caso da zona de Miragaia.

VI. 4. 2. EXTENSÃO DAS ZONAS ESCOLARES A TODOS OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA CIDADE

Nos últimos anos, a criação de Zonas Escolares junto a alguns equipamentos de ensino, permitiu uma reorganização do tráfego e uma acalmia das velocidades de circulação nas zonas envolventes. Há uma clara identificação de que existe um equipamento de ensino e de uma área de partilha peão-automóvel e/ou modos suaves de transporte através da qual os alunos terminam ou iniciam as suas viagens. O sucesso desta medida permite-nos avançar para uma cobertura integral dos equipamentos de ensino ao nível municipal, cuja implementação se deverá estender a todas as escolas do ensino básico no decorrer do próximo ano letivo.

VI. 4. 3. MOBILIDADE ELÉTRICA E POSTOS DE CARREGAMENTO

A rede de postos de carregamento de veículos elétricos tem acompanhado a tendência de crescimento dos veículos elétricos tendo aumentado nos últimos 2 anos de 5 para 21 postos de carregamento elétrico instalados na via pública. O Porto tem já a ferramenta normativa que permite promover a instalação de novos postos de carregamento de veículos elétricos na via pública de forma ágil, tendo um regulamento que permite convidar operadores para a instalação de postos em zonas estratégicas da Cidade, em detrimento de um modelo de concessão seguido em muitos municípios. Assim, pretende-se seguir uma política de carregamento rápido em espaço público, e lento em zonas de parque de estacionamento ou de habitação, à semelhança dos países nórdicos.

VI. 4. 4. GESTÃO DE TRÁFEGO: UM SISTEMA DE GESTÃO DA MOBILIDADE INOVADOR E MAIS INTEGRADO

Se é certo que a Cidade do Porto assistiu a um decréscimo de tráfego automóvel motivado pela construção do metro e depois pela crise económica de 2008, a verdade é que não se pode esperar que a pressão do tráfego, associada ao crescimento económico e ao maior dinamismo do conjunto das atividades urbanas, deixe de constituir uma matéria de relevo para a gestão sustentável da Cidade. Ao longo dos últimos anos, os Sistemas de Semaforização deixaram de ser simplesmente um instrumento de Regulação de Tráfego e da Segurança Rodoviária e passaram a fazer parte integrante de todo o sistema de mobilidade, transformando-se em instrumentos fundamentais para a implementação de planos de Mobilidade Urbana, Tráfego e Transporte, na promoção de acessibilidade para todos, introdução de redes cicláveis e pedonais, mobilidade para escolas, empresas e equipamentos de grande dimensão, mobilidade elétrica, gestão de estacionamento, ambiente, logística, entre outros. Quando integradas em plataformas smart cities, permitem uma recolha de dados, monitorização e gestão eficiente em todas as suas vertentes.

Após décadas de estagnação, o município do Porto iniciou em 2016 um processo conducente à modernização integral do seu Sistema de Gestão da Mobilidade - SGM, constituído por:

- Sistema Inteligente de Gestão de Tráfego - ITS;
- Sistema Luminoso Automático de Trânsito, vulgo Semáforos;
- CCTV - Gestão de tráfego, vulgo Câmaras de Vídeo;
- Sistema de controlo automático de acessos;
- Sistemas de Mensagem Variável dos túneis.

A par com este procedimento, o qual representava um valor de investimento aproximado de 8M€, o município iria substituir toda a rede de comunicações de dados associada ao SGM, por fibra ótica, o que significava um investimento de aproximadamente 2M€.

Esta alteração total do Sistema de Gestão da Mobilidade estaria agora em 2021 terminada, não fosse o litígio processual levantado entre concorrentes, e que só permitiu a assinatura do contrato precisamente em 2021.

Durante todo este tempo o município debateu-se com enormes dificuldades de gestão e manutenção do tráfego com um sistema obsoleto, avançando lentamente na substituição e expansão do seu sistema sempre limitado ao enquadramento legal que um processo aberto impunha.

O impacto destas circunstâncias só não foi maior pelo facto de o Município ter concretizado o seu Centro de Gestão Integrada - CGI, na qual o trabalho colaborativo na gestão da Cidade permitiu mitigar o impacto das ocorrências, principalmente ao nível do trânsito.

Finalmente a Cidade do Porto tem agora a possibilidade de, nos próximos 3 anos, concretizar o projeto de Cidade lançado em 2016.

Com a modernização do Sistema de Gestão da Mobilidade, a Cidade poderá dar um salto para o futuro na gestão corrente do trânsito bem como na reação a ocorrências. O novo SGM irá permitir monitorizar e atuar remotamente no funcionamento dos seus subsistemas independentemente do local da Cidade onde insiram, contribuindo desta forma para uma maior sustentabilidade e eficiência da Mobilidade Urbana.

VI. 4. 4. 1. A VIA DE CINTURA INTERNA (VCI)

A Via de Cintura Interna é uma artéria essencial para a mobilidade da área metropolitana do Porto, desempenhando a função de via de alta capacidade na distribuição e escoamento do tráfego que diariamente circula na Cidade do Porto e entre esta e os municípios da sua coroa. No entanto, para além destas funções, a VCI é diariamente atravessada por outros veículos pelo facto ser de utilização gratuita e de permitir que as ligações Norte/Sul se façam por um percurso mais curto face às alternativas existentes. Esta situação tem vindo a agravar as condições de circulação principalmente na parte da VCI que se encontra a norte do Rio Douro entre a Ponte da Arrábida e a Ponte do Freixo. O número de veículos que utilizam diariamente a VCI ultrapassa a capacidade para que foi projetada, provocando situações de congestionamento e de acidente. Esta degradação tem especial impacto quando se trata de avarias ou acidentes com veículos pesados sendo notório o efeito de contágio no trânsito local, chegando a afetar, por vezes, as zonas mais recônditas da Cidade do Porto. Perante este contexto, o município do Porto tem reivindicado a adoção de medidas que retirem tráfego da VCI, nomeadamente de veículos pesados, apontando como potencial medida a eliminação de portagens na CREP.

Tendo em vista a resolução destes problemas, o Município do Porto a par com a IP e os municípios de Matosinhos e Maia, constituíram em 2021 um grupo de trabalho com a missão de analisar, identificar e propor medidas que melhorassem a o funcionamento da VCI ao nível de:

- Redução do número de veículos pesados;
- Redução do número de acidentes com e sem vítimas;
- Melhoria dos níveis de serviço da Infraestrutura Viária.

Desse trabalho resultou a apresentação de 27 medidas especificamente identificadas, quantificadas e planeadas, as quais, após implementação irão dar um forte contributo para a mobilidade da Cidade do Porto em todas as suas vertentes de eficiência, conforto e segurança rodoviária e qualidade ambiental.

VI. 4. 4. 2. ESTACIONAMENTO

Os residentes representam cerca de 40% da capacidade de estacionamento na via pública, ou seja, o número de lugares disponíveis na via pública para os outros utentes corresponde apenas a cerca de 60% da oferta total. Tal significa que cerca de 40% do estacionamento na via pública está destinado ao aparcamento de longa duração, mantendo-se apenas 60% afeto à rotação.

Com o reforço e a consolidação da rede de transportes públicos, assim como um maior incentivo à sua utilização, a tendência para a ocupação da capacidade de estacionamento na via pública tenderá a diminuir.

Por outro lado, a requalificação do espaço público está intimamente ligada à redução do espaço destinado ao estacionamento de longa duração. Neste sentido, as “bolsas de residentes” deverão gradualmente dar lugar a uma rede de parques de estacionamento de proximidade, aproveitando a oferta já existente através de protocolos a celebrar com entidades detentoras de parques de estacionamento privados ou através da construção de uma rede de parques de estacionamento de proximidade, em zonas de forte pendor residencial, destinados exclusivamente a residentes.

VI. 4. 4. 3. SEGURANÇA RODOVIÁRIA

O conceito de sustentabilidade é indissociável do aumento da segurança rodoviária (melhoria da qualidade de vida e redução de externalidades) para todos os utilizadores da Via Pública, principalmente os mais vulneráveis que são os peões. Este desígnio passa pela adoção de um conjunto de medidas de Gestão de Tráfego, Sinalização Rodoviária e de Sensibilização, as quais, complementando-se entre si, contribuem para uma alteração de comportamentos de risco na condução e circulação a pé pelas ruas da nossa Cidade.

A encabeçar estas medidas está a redução da velocidade média praticada pela generalidade do tráfego motorizado, melhorando a interação entre todos os condutores e reduzindo o nível de sinistralidade. Contrariamente ao que se possa pensar no imediato, esta acalmia das velocidades não compromete os tempos médios de viagem em meio urbano. Pelo contrário, a regulação e uniformização de velocidades tem como efeito a redução da quantidade de pequenos acidentes diários que afetam drasticamente o nível de serviço de toda a rede viária da Cidade. Para além desta enorme vantagem, e não menos importante, está a redução da gravidade dos acidentes com uma redução efetiva do número de vítimas, ligeiras ou graves, bem como do número de mortes que infelizmente ainda ocorrem, principalmente por atropelamento.

Em paralelo às práticas de condução, ou más práticas de condução, que tanto prejudicam a mobilidade urbana, também a Infraestrutura assume um papel essencial na indução ou mitigação da sinistralidade rodoviária. Na Cidade do Porto, e à semelhança da generalidade das Cidades portuguesas, a Infraestrutura Viária foi concebida durante décadas para o predomínio do automóvel em detrimento dos restantes utilizadores, principalmente os mais vulneráveis. Como tal, o esforço de adaptação dos últimos anos tem sido grande, progressivo e nem sempre bem explicado ou compreendido. No entanto, os bons resultados têm surgido, o que levou o Município do Porto a propor diminuir em 30% os acidentes com vítimas nas vias sob sua gestão, bem como diminuir tendencialmente para zero “0” o número de vítimas mortais.

Após um ligeiro decréscimo no número de acidentes verificado em 2012, como consequência direta da redução da taxa de motorização e do volume de tráfego verificada nesse ano em resultado da crise económica e financeira que lhe antecedeu, os anos seguintes voltaram a verificar uma tendência crescente no número de acidentes rodoviários registados na Cidade com particular enfoque, pela sua gravidade, nos atropelamentos. Neste âmbito, 88% dos atropelamentos registados na Cidade do Porto, ainda ocorrem nas passadeiras, o que corrobora a ideia de que todo o esforço de melhoria deverá ser aplicado nestas zonas de Proteção ao peão que simultaneamente são zonas de conflito entre este e o tráfego rodoviário.

Assim, e com o intuito de proteger os peões e simultaneamente proteger os condutores de ações inadvertidas que coloquem em risco os primeiros, têm vindo a ser implementadas pelo município ações de duas naturezas, a saber:

(I) primeiro, a instalação de semáforos para proteção ao atravessamento dos peões com tempo de sinal verde exclusivo, ou nas travessias já semaforizadas a eliminação de tempos de verde para o peão em conflito com movimentos rodoviários, normalmente de mudança de direção.

(II) segundo, a instalação de balizas flexíveis na via e/ou dissuasores metálicos nos passeios, como medida tática e de carácter provisório para:

- evitar o estacionamento junto das passadeiras o qual bloqueia a visão entre peões e condutores, com maior gravidade para as crianças e/ou jovens de pequena estatura;
- evitar manobras de ultrapassagem junto às passadeiras, normalmente sobre veículos que param na via da direita para ceder a passagem dos peões;
- encurtar a distância de atravessamento do peão, avançando com áreas de resguardo sobre a via;
- induzir o abrandamento da velocidade dos veículos, nas zonas de aproximação às passadeiras através do estreitamento delimitado da via;
- evitar o estacionamento sobre o passeio, obrigando os peões a circular pela via em conflito com a circulação de veículos, situação agravada quando se trata de pessoas com mobilidade reduzida;
- segregação entre modos de transporte, nomeadamente dos percursos cicláveis, de modo a criar um canal próprio e protegido que mitigue a utilização de passeios pelas bicicletas e outros modos suaves de transporte.

A utilização de balizas e de dissuasores, tem sempre um carácter tático no sentido de conseguir uma intervenção rápida e/ou imediata que proteja um local de risco ou potencial risco detetado. Ao mesmo tempo estas intervenções têm um carácter temporário, pois planeia-se a sua remoção após a realização de intervenções com carácter definitivo como por exemplo o alargamento dos passeios junto às zonas de atravessamento, ou a instalação de semáforos ativados com radar de controlo de velocidade.

Foi através da implementação destas medidas que se inverteu um cenário de aumento da sinistralidade rodoviária que se vinha agravando na Cidade do Porto para um cenário de zero mortes por atropelamento nos anos de 2017 e 2019, situação esta que não encontra paralelo desde que há registo de dados de sinistralidade rodoviária na Cidade. Outro efeito detetado na monitorização de algumas artérias intervencionadas, é o aumento da fluidez de tráfego nas principais vias estruturantes correspondendo a uma abordagem assente na prevenção sistemática de acidentes em detrimento de uma abordagem exclusivamente reativa de tratamento às zonas de acumulação de acidentes que caracterizava a perspetiva metodológica vigente.

Estancado que está o aumento da sinistralidade rodoviária na Cidade do Porto com a redução substantiva do número de atropelamentos torna-se possível a adoção de um plano sistemático de correção definitiva da infraestrutura substituindo-se as balizas e dissuasores pela implementação gradual dos projetos de construção civil que assegurem a proteção ao peão que se pretendeu até à data, de forma tática e temporária, assegurar.

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- implementação das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado – ZAAC – em fase final de implementação nas zonas pedonais nomeadamente na Ribeira, Sé, Santa Catarina, Cedofeita, e Santo Ildefonso e perspetivando o alargamento em Miragaia e outras zonas da Cidade
- extensão das Zonas escolares a todos os estabelecimentos de ensino básico da Cidade
- alargamento rede de postos de carregamento de veículos elétricos
- implementação do novo Sistema de Gestão da Mobilidade
- implementação das 27 medidas identificadas para a VCI com vista a melhorar o seu funcionamento
- construção de uma rede de parques de estacionamento de proximidade, em zonas de forte pendor residencial, destinados exclusivamente a residentes
- adoção de um plano sistemático de correção da medida tática e de carácter provisório de instalação de balizas flexíveis na via e/ou dissuasores metálicos nos passeios, após observação de que foi cumprido o seu papel em termos de segurança (ausência de mortes por atropelamento)

MOBILIDADE

PRINCIPAIS METAS PARA O QUADRIÉNIO

- abertura do Terminal Intermodal de Campanhã
- requalificação dos terminais/interfaces do Hospital de São João e criação do interface do Pólo Universitário da Asprela
- requalificação do Terminal das Camélias
- criação da Rede Porto., que se consubstancia na implementação de um conjunto de novas linhas de proximidade em complemento e articulação com a rede de transporte público existente
- aceleração do processo de modernização das paragens de autocarro melhorando as suas condições de conforto com particular ênfase na informação ao público
- criação de um serviço de transporte a pedido destinado à população mais idosa
- modernização das Praças de Táxi
- aposta no incentivo à mobilidade em transportes públicos dos jovens até aos 18 anos de idade
- criação do Corredor de Autocarros de Alta Qualidade entre a Praça do Império e o Pólo Universitário do Campo Alegre ligando a futura linha de BRT Boavista/Império à futura linha de metro Boavista/Santo Ovídio;
- criação do Corredor de Autocarros de Alta Qualidade no eixo Damião de Góis/Constituição
- promoção das ligações cicláveis intermunicipais, nomeadamente entre o Porto e Gondomar e Porto/S. Mamede
- Consolidação das redes cicláveis internas da Cidade, nomeadamente na zona da Asprela

MOBILIDADE

- continuidade à rede de percursos pedonais assistidos, concluindo o elevador do Palácio de Cristal e as obras de ligação nas Virtudes, sendo ainda objetivo ligar a Praça da Batalha à rede de transporte público em S. Bento por meios mecanizados
- desenvolvimento e aplicação do Plano de Logística Urbana sustentável do Porto
- criação do Observatório para a Logística Urbana
- implementação das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado – ZAAC – em fase final de implementação nas zonas pedonais nomeadamente na Ribeira, Sé, Santa Catarina, Cedofeita, e Santo Ildefonso e perspetivando o alargamento em Miragaia e outras zonas da Cidade
- extensão das Zonas escolares a todos os estabelecimentos de ensino básico da Cidade
- alargamento rede de postos de carregamento de veículos elétricos
- implementação do novo Sistema de Gestão da Mobilidade
- implementação das 27 medidas identificadas para a VCI com vista a melhorar o seu funcionamento
- construção de uma rede de parques de estacionamento de proximidade, em zonas de forte pendor residencial, destinados exclusivamente a residentes
- adoção de um plano sistemático de correção da medida tática e de carácter provisório de instalação de balizas flexíveis na via e/ou dissuasores metálicos nos passeios, após observação de que foi cumprido o seu papel em termos de segurança (ausência de mortes por atropelamento)

